

# VAA-VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, SA

(Sociedade Aberta)

Rua Nova da Trindade, nº 1-r/c-esq – 1200-301 LISBOA

Capital Social de 29.007.998 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº único de inscrição e pessoa colectiva 500.978.654

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2008

Contas Individuais

Senhores Accionistas,

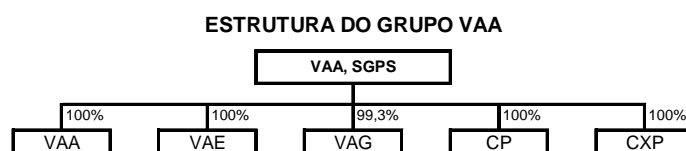
### 1. Introdução

Nos termos do contrato social e da legislação vigente, o Conselho de Administração da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A, com o presente documento, vem relatar a forma como decorreram os negócios sociais durante o exercício económico de 2008.

Para o efeito, elaborámos e aqui estamos a submeter à apreciação dos Senhores Accionistas o presente RELATÓRIO DE GESTÃO, que inclui e do mesmo fazem parte: o Balanço Analítico em 31/12/2008, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, todas referentes ao exercício económico, coincidente com o ano civil, de 2008, bem como os correspondentes Anexos. Incluímos, também, a Relação das acções detidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização (art.º 447º, nº 5 do CSC), a Lista dos accionistas que detém uma participação no capital da sociedade superior a 10% (art.º 448º, nº 4 do CSC), e a Lista das participações qualificadas (art.º 6º do Regulamento CVM nº 11/2000 com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento CVM nº 24/2000).

### 2. Estrutura do Grupo

Com é do conhecimento dos nossos accionistas e do mercado em geral, o Grupo Vista Alegre Atlantis é formado pelas seguintes sociedades.



VAA (Vista Alegre Atlantis, SA), sociedade de direito português que detém toda a actividade produtora do Grupo (porcelana, cristal, louça de forno, faiança e vidro manual), as cadeias de lojas nacionais e quatro imóveis destinados a venda (Quinta Nova, Nova Ivima, Terreno/Pinhais no Casal da Areia e Edifícios ex-matérias primas na Vista Alegre);

VAE (VA-Vista Alegre España, SA), sociedade de direito espanhol que, naquele país, exerce as actividades de distribuidor e retalhista;

VAG (V.A.GRUPO-Vista Alegre Participações, SA), sociedade de direito português, detentora de diversos imóveis;

CP (Faianças da Capôa-Indústria de Cerâmica, SA), sociedade de direito português, detentora da fábrica de Aradas/Aveiro onde a VAA exerce a actividade industrial de produção de faiança;

CXP (Cerexport-Cerâmica de Exportação, SA), sociedade de direito português, dona do edifício da Esgueira/Taboeira/Aveiro, no qual a VAA exerce a actividade industrial de produção de louça de forno.

### **3. Actividade da Empresa**

A VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA só exerce actividade industrial e comercial indirectamente, por via das suas participadas, pelo que nos dispensamos de efectuar aqui a sua descrição, uma vez que no relatório de gestão que acompanha as contas consolidadas é feita a análise evolutiva e a apreciação dos negócios do Grupo.

### **4. Impostos Diferidos**

Tal como vem acontecendo desde 2001, a empresa reconheceu nas contas de 31/12/2008 os efeitos decorrentes da aplicação da Directriz Contabilística nº 28, relativa ao tratamento dos impostos diferidos.

Porém, tendo em consideração o atraso na realização da reestruturação económica, decidiu-se, tal como no ano anterior, não contabilizar qualquer activo por imposto diferido originado em reporte fiscal.

Assim, nas contas reportadas a 31/12/2008:

- Os activos por impostos diferidos, no valor de € 500.309,88, respeitam a provisões para pensões e os passivos por impostos diferidos, no montante de € 258.922,05, são devidos pelos acréscimos de amortizações e de mais-valias fiscais potenciais resultantes de reavaliações livres praticadas nos termos da Directriz Contabilística nº 16/95, particularmente do procedimento previsto no seu ponto 3.3.1., isto é, a revisão anual do justo valor, especialmente quando este se afasta significativamente do valor mensurado na contabilidade.

### **5. Proposta de aplicação de resultados**

O exercício económico de 2008 encerrou com um prejuízo de € 4.067.290,93, propondo o Conselho de Administração que o mesmo seja transferido para a conta de resultados transitados.

### **6. Factos relevantes**

À semelhança de anos anteriores, entendemos por conveniente recordar os seguintes assuntos que consideramos de interesse para os senhores accionistas:

- Conforme foi divulgado no nosso comunicado de 14/1/2008, em Março de 2007, a nossa participada Vista Alegre Atlantis, SA, requereu na Secretaria de Estado do Emprego, ao abrigo do Decreto-Lei nº 220/2006 de 3/11, o Estatuto de Empresa em Reestruturação, o qual, conforme o nosso comunicado de 3/3/2009, lhe foi concedido para o triénio de 2009 a 2011, pelo Despacho nº 6600/2009, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 42, de 2/3/2009;

- Por carta entregue na sociedade em 11/2/2008, o Sr. Dr. Mário Cristina de Sousa renunciou ao cargo de Vogal do Conselho de Administração, cargo para o qual havia sido eleito na reunião da Assembleia Geral que teve lugar em 29/5/2007, com continuação em 28/6/2007;
- Por deliberação do Conselho de Administração, tomada em 21/4/2008, o Sr. Eng. Joaquim Serrão da Silva Correia foi cooptado para o preenchimento da vaga de Vogal do Conselho de Administração, a qual tinha sido aberta com a renúncia apresentada pelo Sr. Dr. Mário Cristina de Sousa;
- Em 9/1/2001, a Assembleia Geral de Accionistas, por maioria, aprovou um projecto de cisão-fusão, mediante o qual se previa: o destaque das participações sociais detidas pela V.A. GRUPO e pela Empresa Electro Cerâmica, SA para a VISTA ALEGRE-Sociedade de Controlo, SGPS, S.A.; o destaque das participações sociais detidas pela Cerexport-Cerâmica de Exportação, S.A para a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, SA, hoje VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A; a transformação da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A em sociedade gestora de participações sociais e a alteração da sua designação social para VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A; o aumento do capital social da Porcelanas da Quinta Nova, S.A, subscrito pela VAA e realizado com a entrega dos bens activos e passivos desta afectos à sua actividade industrial e comercial, e a alteração da sua designação social para Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A; a fusão da VAA, da Cristais Atlantis, SGPS, S.A e da Vista Alegre-Sociedade de Controlo, SGPS, S.A, absorvendo a VAA as duas segundas. Em consequência de um procedimento cautelar requerido no 1º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa, processo nº 15/2001, por um accionista titular, na época, de 1,6% do capital social da então Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A, a execução das deliberações sociais referidas no parágrafo anterior esteve suspensa. A requerida foi citada em 25/1/2001, tendo apresentado a contestação no prazo e nas condições fixadas e sendo o referido procedimento cautelar julgado totalmente improcedente em 5/3/2001, o que voltou a acontecer mais tarde já na instância superior. A acção principal referente a este procedimento cautelar corresponde ao processo nº 26/2001, que corre seus termos no mesmo Tribunal, tendo a ré sido citada em 12/2/2001 e contestado no prazo legal. As deliberações da Assembleia Geral foram executadas por escrituras de 27/4/2001 e 11/5/2001 com efeitos, respectivamente, em 1/5/2001 e 1/6/2001;
- Já após o encerramento do exercício de 2008:
  - Por fax de 19/1/2009, a VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA foi informada, nos termos e para os efeitos do artigo 175º do CVM, pela Caixa-Banco de Investimento, SA e pelo Banco Millennium BCP Investimento, SA, em nome e representação da Cerútil-Cerâmicas Utilitárias, SA, que esta havia decidido lançar uma Oferta Pública de Aquisição Geral das acções representativas do capital social da VAA, nos termos e condições do anúncio preliminar que juntava e que se encontrava disponível no sitio da Internet da CMVM em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt);
  - Das mesmas entidades, recebemos o Aditamento ao Anúncio Preliminar datado de 3/2/2009;
  - Dentro do prazo legal, a Cerútil entregou na VAA os projectos de Anúncio de Lançamento e de Prospecto relativos àquela Oferta Pública de Aquisição, tendo elaborado o competente relatório sobre a oportunidade e condições daquela operação, o qual foi enviado à CMVM e disponibilizado no sitio da Internet da VAA em [www.vaa.pt](http://www.vaa.pt) em 12/2/2009;
  - Conforme os nossos comunicados emitidos na devida ocasião, a Cerútil adquiriu 4.053.347 acções VAA em Bolsa, 25.020.533 acções VAA ao Banco BPI, SA, 14.503.999 acções VAA à Caixa Geral de Depósitos, SA e 14.610.724 acções VAA ao

Banco Comercial Português, SA passando, assim, a ser detentora de um total de 58.188.603 acções representativas de 40,119% do capital social desta Sociedade;

- Por outro lado, de acordo com as informações recebidas do Banco BPI, SA (sua carta de 23/2/2009), conjunta do Banco Espírito Santo, SA e Banco Espírito Santo de Investimento, SA (sua carta de 12/2/2009) e da Caixa Geral de Depósitos (sua carta de 6/3/2009):
- a) O Banco BPI, SA, no passado dia 20/2/2009, cedeu todos os créditos que detinha sobre o Grupo VAA em favor da VISABEIRA INDÚSTRIA-SGPS, SA, com excepção dos créditos com características de prestações suplementares que, por sua vez, foram cedidos em favor da CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA;
  - b) O Banco Espírito Santo, SA e o Banco Espírito Santo de Investimento, SA cederam, à VISABEIRA INDÚSTRIA- SGPS, SA, os créditos para eles emergentes do Contrato de Reestruturação Financeira celebrado com as sociedades do Grupo Vista Alegre Atlantis, em 3 de Fevereiro de 2006, alterado pelos primeiro e segundo aditamentos datados, respectivamente, de 21/4/2004 e 2/5/2007;
  - c) A Caixa Geral de Depósitos, por contrato celebrado em 6/3/2009, cedeu à VISABEIRA INDÚSTRIA- SGPS, SA os créditos de que era titular, na mencionada data, mantendo na sua titularidade os créditos resultantes das utilizações da tranche G3 ocorridas em 2008, bem como os créditos que, da mesma tranche, tenham lugar no futuro. Por contrato da mesma data, cedeu à CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA os créditos de que era titular emergentes de prestações suplementares;
  - d) O Banco Comercial Português, SA, por contrato celebrado em 27/3/2009, cedeu à VISABEIRA INDÚSTRIA – SGPS, SA os créditos de que era titular, emergentes do Contrato de Reestruturação Financeira celebrado em 3/2/2006, tendo exceptuado: as prestações adicionais, que cedeu à CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA; a Tranche G3, as garantias bancárias emitidas a favor da AICEP e a linha de desconto de letras de câmbio regulada na Tranche E. O BCP manteve a hipoteca genérica, constituída em 22/7/2003 e ampliada em 9/3/2004, sobre o edifício denominado Quinta Nova.

## **7. Declaração dos Membros do Conselho de Administração [Alínea c), nº 1 Artº 245º CVM]**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 245º, nº1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório Individual de Gestão, as Demonstrações Financeiras Individuais e demais documentos de prestação de contas individuais exigidos por lei ou regulamento, foram elaborados em conformidade com as Normas do Plano Oficial de Contabilidade aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado do emitente e que o Relatório Individual de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 22 de Abril de 2008

O Conselho de Administração

## Balço Analítico (Activo)

(€)

Activo	Exercícios			
	31/12/2008			31/12/2007
	Activo bruto	Amort e ajust's	Activo liquido	Activo liquido
<b>Imobilizado</b>				
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	170.000,00		170.000,00	321.126,09
Edifícios e outras construções	1.146.055,75	276.055,75	870.000,00	709.857,67
	1.316.055,75	276.055,75	1.040.000,00	1.030.983,76
<b>Investimentos financeiros</b>				
Partes de capital em empresas do grupo	19.173.229,33		19.173.229,33	17.805.921,78
Empréstimos a empresas do grupo	74.404.237,89		74.404.237,89	76.971.405,45
Partes de capital em empresas associadas	3.626,61	126,61	3.500,00	
Títulos e outras aplicações financeiras	833.187,71	573.901,64	259.286,07	259.286,07
	94.414.281,54	574.028,25	93.840.253,29	95.036.613,30
<b>Circulante</b>				
<b>Dividas de terceiros - Curto prazo</b>				
Empresas do grupo	444.798,17		444.798,17	423.910,54
Empresas participadas e participantes	8.246,40		8.246,40	8.246,40
Estado e outros entes públicos	5.000,00		5.000,00	5.593,97
Outros devedores	5.001,16		5.001,16	5.001,16
	463.045,73		463.045,73	442.752,07
<b>Títulos negociáveis</b>				
<b>Depósitos bancários e caixa</b>			0,00	
Depósitos bancários	33.222,84		33.222,84	4.865,24
	33.222,84		33.222,84	4.865,24
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Activos por impostos diferidos	500.309,88		500.309,88	
	500.309,88		500.309,88	
<b>Total de amortizações</b>		276.055,75		
<b>Total de ajustamentos</b>		574.028,25		
<b>Total do activo</b>	96.726.915,74	850.084,00	95.876.831,74	96.515.214,37

### Balço Analítico (Capital Próprio e Passivo)

Rubricas	(€)	
	31/12/2008	31/12/2007
<b>Capital Próprio:</b>		
Capital	29.007.998,00	29.007.998,00
Acções próprias:		
Valor nominal	-220,00	-220,00
Prémios	-1.634,18	-1.634,18
Prestações suplementares	38.181.653,20	38.181.653,20
Prémios de emissão de acções		
Ajustamentos de partes de capital em filiais	-32.544.753,31	-31.935.521,24
Resultados transitados	1.635.220,72	5.279.834,06
Resultado líquido do exercício	-4.067.290,93	-3.574.315,55
Total do capital próprio	32.210.973,50	36.957.794,29
<b>Passivo:</b>		
Provisões		
Provisões para pensões	1.887.961,80	
	1.887.961,80	
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	39.735.983,87	40.558.054,14
	39.735.983,87	40.558.054,14
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	13.411.093,35	9.403.553,62
Fornecedores, c/c	479.607,22	496.994,32
Empresas do grupo	7.733.568,39	8.809.901,62
Outros accionistas(sócios)		3.086,24
Fornecedores de imobilizado, c/c		26.250,00
Estado e outros entes públicos	88.444,74	24.966,98
Outros credores	26.250,00	
	21.738.963,70	18.764.752,78
<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>		
Acréscimos de custos	44.026,82	56.247,41
Passivos por impostos diferidos	258.922,05	178.365,75
	302.948,87	234.613,16
Total do passivo	63.665.858,24	59.557.420,08
Total do capital próprio e do passivo	95.876.831,74	96.515.214,37

### Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rubricas	(€)	
	2008	2007
<b>CUSTOS E PERDAS</b>		
Fornecimentos e serviços externos	16.525,57	51.666,54
Custos com o pessoal:		
Remunerações		14.000,00
Encargos sociais:		
Outros		14.000,00
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		2.477,51
Ajustamentos	62.763,88	1.346.791,35
Provisões	1.887.961,80	1.950.725,68
Impostos	26.147,33	13.791,89
Outros custos e perdas operacionais	695,07	1.797,55
(A)	1.994.093,65	1.430.524,84
Perdas em empresas do grupo e associadas	68.720,13	36.374,86
Amortiz. e ajust de aplicações e investimentos financeiros		
Juros e custos similares:		
Outros	3.449.389,95	2.221.596,30
(C)	5.512.203,73	3.688.496,00
Custos e perdas extraordinários		189.550,27
(E)	5.512.203,73	3.878.046,27
Imposto sobre o rendimento do exercício	-523.149,22	-6.564,72
(G)	4.989.054,51	3.871.481,55
Resultado líquido do exercício	-4.067.290,93	-3.574.315,55
	921.763,58	297.166,00
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>		
Reversões de amortizações e ajustamentos	150.000,00	
(B)	150.000,00	
Ganhos em empresas do grupo e associadas	545.259,75	62.165,42
Rend.de títulos negoc.e de out.aplic.financieiras		
Relativos a empresas do grupo	182.757,37	182.757,36
Outros juros e proveitos similares		
Relativos a empresas do grupo	17.522,07	23.500,00
Outros	26.099,06	28.739,31
(D)	921.638,25	297.162,09
Proveitos e ganhos extraordinários	125,33	3,91
(F)	921.763,58	297.166,00
Resumo:		
Resultados operacionais (B-A)	-1.844.093,65	-1.430.524,84
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)	-2.746.471,83	-1.960.809,07
Resultados correntes (D-C)	-4.590.565,48	-3.391.333,91
Resultados antes de impostos (F-E)	-4.590.440,15	-3.580.880,27
Resultado líquido do exercício (F-G)	-4.067.290,93	-3.574.315,55

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

(€)

Rubricas	2008		2007	
<b>1. ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de clientes				
Pagamentos a fornecedores		-59.926		-109.596
Pagamentos ao pessoal				-19.500
Fluxos das operações		-59.926		-129.096
Recebimentos (pagamentos) de IRC	-90.345		-95.192	
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais	43.565	-46.780	82.609	-12.583
Fluxos gerados antes das actividades extraordinárias		-106.706		-141.679
Recebimentos de rubricas extraordinárias				
Pagamentos de rubricas extraordinárias	0	0		0
Fluxos gerados pelas actividades operacionais (1)		-106.706		-141.679
<b>2. ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros			160.000	
Empréstimos concedidos			16.585.419	
Juros e proveitos similares	0		0	
Dividendos	0	0	0	16.745.419
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-3.500		-2.983.845	
Imobilizações corpóreas				
Empréstimos concedidos		-3.500	-13.601.574	-16.585.419
Fluxos das actividades de investimento (2)		-3.500		160.000
<b>3. ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	3.185.469		2.035.763	
Aumentos de capital e prestações suplementares	0		0	
Outros recebimentos	397.077	3.582.546	586.977	2.622.740
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos			-400.684	
Juros e custos similares	-3.443.982		-2.245.948	
Outros pagamentos				
Dividendos		-3.443.982		-2.646.632
Fluxos das actividades de financiamento (3)		138.564		-23.892
<b>4. VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3)</b>		28.358		-5.571
<b>5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO ANO</b>		4.865		10.436
<b>6. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO ANO</b>		33.223		4.865



**VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA**  
**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**EXERCÍCIO DE 2008**

O presente Anexo foi elaborado de acordo com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade, pelo que a numeração utilizada respeita cada um dos códigos de identificação constantes daquele normativo legal.

**1. Disposições do POC derogadas** e respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

- Não foram derogadas as disposições do POC

**3. Critérios valorimétricos** utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e ajustamentos.

**Imobilizações corpóreas:**

As Imobilizações Corpóreas, que incluem exclusivamente terrenos e edifícios, encontram-se registadas pelo seu justo valor, que resultou de uma avaliação independente efectuada, com referência a 31/12/2008, por uma entidade externa credenciada para o efeito.

**Investimentos financeiros**

As Partes de capital em empresas do grupo estão valorizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As Partes de capital em empresas associadas estão valorizadas ao preço de custo e ajustadas nos casos considerados necessários.

Os Títulos e outras aplicações financeiras estão valorizados ao custo de aquisição deduzido de ajustamentos correspondentes, sempre que se estima uma eventual perda de valor.

**Especialização de exercícios**

A empresa regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Acréscimos e diferimentos”.

**Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de terceiros estão reflectidas pelo seu valor líquido de realização. Os ajustamentos existentes para fazer face a créditos de cobrança duvidosa foram calculadas tendo por base o critério de prudência e objectividade, pelo que as mesmas reflectem o valor dos créditos potencialmente não recuperáveis.

**6.** Indicação das **situações que afectam** significativamente os **impostos futuros**.

A directriz contabilística n.º 28, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2003, estabelece a contabilização dos impostos sobre o rendimento, em termos de reconhecimento e mensuração, de modo a assegurar uma adequada periodização do imposto, tendo em conta não apenas a liquidação respeitante ao período, como em decorrência de liquidações referentes a outros períodos.

Os efeitos sobre as contas do exercício da aplicação da referida directriz, traduziram-se por:

Decomposição dos Impostos Diferidos e dos Impostos Correntes

(€)

Rubricas	Total		Operações na D.R.		Movimentação noutras Rubricas do Capital Próprio			
	2008	2007	2008	2007	Reavaliação		Outras	
					2008	2007	2008	2007
I Imposto do exercício	22.839	6.565	22.839	6.565				
II Gastos (proveitos) de impostos do exercício neste exercício e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:								
2. Impostos diferidos pela reversão de diferenças temporárias	0	43		43				
	0	43	0	43	0	0	0	0
III Gastos (proveitos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:								
3. Reporte de prejuízos	0							
5. Impostos diferidos com origem diferenças temporárias	-500.310		-500.310					
	-500.310	0	-500.310	0	0	0	0	0
IV Impostos diferidos (II+/-III)	-500.310	43	-500.310	43	0	0	0	0
V Impostos correntes (I+/-IV)	523.149	6.522	523.149	6.522	0	0	0	0

Decomposição dos Activos e Passivos por impostos diferidos

Rubricas	Total		Operações na D.R.		Movimentação noutras Rubricas do Capital Próprio			
	2008	2007	2008	2007	Reavaliação		Outras	
					2008	2007	2008	2007
Diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos								
Provisões n/aceites fiscalmente	1.887.962	0	1.887.962					
Prejuízos fiscais	0	0						
Total I	1.887.962	0	1.887.962	0	0	0	0	0
Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos diferidos								
Reavaliac Activos Imobilizados	977.064	673.078		-163	977.064	673.241		
Total II	977.064	673.078	0	-163	977.064	673.241	0	0
Valores reflectidos no balanço								
Activos por impostos diferidos (Total I X taxa(s))	500.310	0	500.310	0	0	0	0	0
Passivos por impostos diferidos: (Total II X taxa(s))	258.922	178.366	0	-43	258.922	178.409	0	0

Ver desenvolvimento no Relatório de Gestão

## 10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e nas respectivas amortizações e ajustamentos, respeitam a amortizações do exercício e a ajustamentos de equivalência patrimonial e são as que constam do mapa que se apresenta a seguir.

### Movimentos Ocorridos no Imobilizado Bruto

(10<sup>3</sup> €)

Rubricas	ACTIVO BRUTO					
	Saldo inicial	Acerto Justo Valor	Aumentos	Ajustºs	Transf e abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorporeas</b>						
Desp.de investigação e desenvolv.	9,9				-9,9	0,0
Prop. Industrial e out.direitos	1,6				-1,6	0,0
	<b>11,6</b>		<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-11,6</b>	<b>0,0</b>
<b>Imobilizações corporeas</b>						
Terrenos e recursos naturais	321,1	-151,1	0,0			170,0
Edifícios e outras construções	985,9	160,1	0,0			1.146,1
	<b>1.307,0</b>	<b>9,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1.316,1</b>
<b>Investimentos financeiros</b>						
Partes de capital empresas grupo	17.805,9		1.500,0	-132,7		19.173,2
Partes de capital empresas assoc.	0,1		3,5			3,6
Empréstimos empresas do grupo	76.971,4				-2.567,2	74.404,2
Títulos e outras aplic.financeiras	938,0				-104,9	833,2
	<b>95.715,5</b>	<b>0,0</b>	<b>1.503,5</b>	<b>-132,7</b>	<b>-2.672,0</b>	<b>94.414,3</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>97.034,1</b>	<b>9,0</b>	<b>1.503,5</b>	<b>-132,7</b>	<b>-2.683,6</b>	<b>95.730,3</b>

### Movimentos Ocorridos nas Amortizações e Ajustamentos

(10<sup>3</sup> €)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizaç	Saldo final
<b>IMOBILIZAÇÕES IN CORPÓREAS:</b>				
Desp.de investig.e desenvolvimento	9,9		-9,9	
Prop industrial e outros direitos	1,6		-1,6	
	<b>11,6</b>		<b>-11,6</b>	
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>				
Edifícios e outras construções	276,1			276,1
	<b>276,1</b>			<b>276,1</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>				
Partes capital emp. grupo				
Partes capital empresas associadas	0,1			0,1
Empréstimos empresas do grupo				
Títulos e outras aplicaç financeiras	678,8		-104,9	573,9
	<b>678,9</b>		<b>-104,9</b>	<b>574,0</b>

No corrente exercício não se procedeu à contabilização da dotação para amortizações dos edifícios no montante de 19,7 milhares de euros, por haver perspectiva de venda, e o seu valor de mercado não ser inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

## 12. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas

Os terrenos e edifícios foram reavaliados ao abrigo das disposições legais que autorizaram a reavaliação de activos imobilizados corpóreos, designadamente do DL n.º 31/98, tendo sido as reservas de reavaliação, utilizadas em 2006 para cobertura de prejuízos.

## 16. Firma e sede das empresas do grupo e das empresas associadas, com indicação da fracção de capital detida, bem como dos capitais próprios e do resultado do último exercício em cada uma dessas empresas, com menção desse exercício

## Investimentos Financeiros em 31/12/2008

(10<sup>3</sup> €)

Participadas	% detida	Valor de compra	Equivalência patrimonial	Provisão	Valor de balanço 31/12/08	Contas da participada em Dez/08 <sup>(1)</sup>	
						Cap.prop	Result 08
1. Partes capital empresas do grupo:							
Faianças da Capoa-Ind. Cerâmica, S.A	100,0	8.854,4	-6.974,6		1.879,8	3.194,6	-10,6
Vista Alegre Atlantis, S.A.	100,0	47.717,9	-47.717,9			4.491,0	-12.507,7
Cerexport-Sa.	100,0	32.204,3	-29.857,3		2.347,1	3.857,7	68,4
VA-Vista Alegre España, S.A	100,0	4.831,0	-4.831,0			2.119,3	-71,7
V.A.Grupo-Vista Alegre Participações, S.A	99,3	4.495,2	10.451,2		14.946,4	14.946,4	476,9
		98.102,8	-78.929,6		19.173,2	28.609,0	-12.044,7
2. Partes capital empresas associadas:							
VA Renting, LDA.	70,0	3,5			3,5		
Atlantis (UK)	100,0	0,1		-0,1			
	170,0	3,6		-0,1	3,5		
3. Títulos e outras aplicações financeiras:							
Internel, S.A		49,9		-49,9			
ACE-Arte da Mesa e Decoração		74,8		-74,8			
Saibraís, S.A		346,7		-346,7			
Centro Tecnológico da Cerâmica e Vidro		6,0			6,0		
Mesa, Ltd		2,3		-2,3			
Jotocar-João Tomás Cardoso, S.A		0,2	0,2	-0,4	0,0		
Duofil, Lda		249,4			249,4		
TVI, S.A		99,8		-99,8			
ROL		2,1			2,1		
Ind. Exp.(Dívida Pública)		1,7			1,7		
Cooperativa Aveiro-Ilhavo e Vagos		0,0		0,0			
		832,9	0,2	-573,9	259,2		

- 1) O Capital Próprio inclui as seguintes prestações acessórias de capital:
- Faianças da Capoa – Ind. Cerâmica, S.A. : 2.825,5 milhares de euros
  - Vista Alegre Atlantis, S.A. : 69.445,9 milhares de euros
  - VA – Vista AlegreEspanña, S.A : 2,132,8 milhares de euros

## 21. Movimentos ocorridos nos ajustamentos do activo circulante de acordo com o quadro seguinte

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Anulaç/Regular.	Saldo final
Ajustamentos p/ dívidas cob. Duvidosa	6.396.459,44		6.396.459,44		00

## 28. Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não existem dívidas em situação de mora incluídas na rubrica “Estado e outros entes públicos”.

## 30. Valor das dívidas a terceiros cobertas por **garantias reais** prestadas pela empresa, com indicação da natureza e da forma destas, bem como da sua repartição em conformidade com as rubricas do balanço

A responsabilidade por garantias bancárias prestadas em nome da Empresa a favor de terceiros totaliza € 59.685,93

Os imóveis, em conjunto com outros edifícios de outras empresas do Grupo Vista Alegre Atlantis, constituem garantia real (hipoteca) solidária de um financiamento grupado no valor de € 10.538.314,82.

## 32. Descrição das **responsabilidades da empresa por garantias prestadas**, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais.

A VAA não prestou quaisquer garantias a favor de terceiros.

### 34. Desdobramento da conta de provisões

Rubricas	Saldo em 31/12/2007	Aumentos em 2008	Reduções em 2008	Saldo em 31/12/2008
291 Provisões para pensões		1.887.961,80		1.887.961,80

### 36. Número de acções de cada categoria em que se divide o capital da empresa e seu valor nominal.

À data de 31/12/2008, o capital social da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA. é de € 29.007.998 e encontrava-se dividido em 145.039.990 acções com o valor nominal unitário de € 0,20 (vinte centimos) cada acção.

### 37. Participação no capital subscrito

Para efeitos do disposto no nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que 62,657% do capital social correspondente a 62,658% dos direitos de voto da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA são detidos pelo Banco Comercial Português, SA, pelo Grupo BPI (gestão discricionária) pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e pela Cerútil-Cerâmica Utilitária, SA (Grupo Visabeira), sendo que, conforme os nossos comunicados emitidos na devida ocasião, as acções detidas pela Cerútil foram adquiridas 4.053.347 acções em Bolsa, 25.020.533 acções ao Banco BPI, SA, 14.503.999 acções VAA à Caixa Geral de Depósitos, SA e 14.610.724 acções VAA ao Banco Comercial Português, SA passando, assim, a ser detentora do total das 58.188,603 acções representativas do capital social desta Sociedade:

#### Accionistas conhecidos com participação superior a 2,5%

Accionistas	Quantid de acções	% de capital	% de direitos de voto
Banco Comercial Português, SA	14.386.271	9,919%	9,919%
Grupo BPI (Entidades Geridas):	3.803.540	2,622%	2,622%
Fundos da BPI Gestão de Activos, SA	2.153.721	1,485%	1,485%
Fundos da BPI Pensões, SA	29.199	0,020%	0,020%
Fundo Frie Inter-Risco	1.620.620	1,117%	1,117%
CERÚTIL-Cerâmica Utilitária, SA	58.188.603	40,119%	40,119%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	14.386.269	9,919%	9,919%
Totais	90.764.683	62,579%	62,580%

### 40. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos capitais próprios da empresa, durante o exercício de 2008, respeitam à aplicação do resultado líquido obtido no exercício de 2007 (incluindo equivalência patrimonial); ao apuramento dos resultados do exercício de 2008, incluindo equivalência patrimonial e as operações com os acertos do justo valor dos terrenos e dos edifícios, ao abrigo da Directriz Contabilística nº 16/95.

#### Evolução do Capital Próprio

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital	29.007.998,00			29.007.998,00
Acções próprias:				
Valor nominal	-220,00			-220,00
Prémios	-1.634,18			-1.634,18
Prestações suplementares	38.181.653,20			38.181.653,20
Ajustam.de partes capital em filiais e assoc.	-31.935.521,24	2.514.227,77	3.123.459,84	-32.544.753,31
Resultados transitados	5.279.834,06	375.647,29	4.020.260,63	1.635.220,72
Resultado líquido do exercício	-3.574.315,55	3.574.315,55	4.067.290,93	-4.067.290,93
	36.957.794,29	6.464.190,61	11.211.011,40	32.210.973,50

As variações ocorridas nos capitais próprios no exercício de 2008, demonstram-se no quadro seguinte:

Rubricas	Em euros	
	Aumentos	Reduções
1. Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas: Outras variações nos capitais próprios: Ajustamentos da equival.patrimonial(Empresas do grupo)	2.514.227,77	3.123.459,84
	2.514.227,77	3.123.459,84
2. Resultados transitados: Aplicação do resultado líquido de 2007	65.251,66	3.636.480,97
Transferência do PEC do ano de 2004		1.843,97
Acerto justo valor dos terrenos e edifícios(Directriz contabilística nº 16/95)	310.394,63	301.379,39
Acerto justo valor dos terrenos e edifícios/pass.p/impostos diferidos		80.556,30
	375.646,29	4.020.260,63
3. Resultado líquido: Aplicação do resultado de 2007	3.574.315,55	
Resultado líquido apurado em 2008		4.067.290,93
	3.574.315,55	4.067.290,93
Total Geral	6.464.189,61	11.211.011,40

**43. Remunerações** atribuídas aos membros dos **órgãos sociais** que estejam relacionadas com o exercício das respectivas funções.

Remunerações ilíquidas atribuídas aos membros dos órgãos sociais durante o exercício de 2008:

Revisor Oficial de Contas (ROC).....14.000 €

**45. Demonstração dos resultados financeiros**

**Resultados Financeiros**

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2008	2007		2008	2007
Juros suportados	3.390.444,39	2.202.854,48	Juros obtidos	17.522,07	23.594,79
Perdas emp. do grupo e assoc.	68.720,13	36.374,86	Ganhos emp.do grupo e assoc.	545.259,75	62.165,42
Difer.de câmbios desfavoráveis	30.829,87		Rendimentos de imóveis	182.757,37	182.757,36
Outros custos e perdas financ.	28.115,69	18.741,82	Difer. de câmbios favoráv.	26.098,84	28.644,50
Resultados financeiros	(2.746.471,83)	(1.960.809,07)	Reversões o. prov. ganhos fin.	0,22	0,02
	771.638,25	297.162,09		771.638,25	297.162,09

**46. Demonstração dos resultados extraordinários**

**Resultados Extraordinários**

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2008	2007		2008	2007
Multas e penalidades		4.837,95	Ganhos em immobilizações		0,01
Correcç exercicios anteriores		196,31	Correcç exercicios anteriores	0,04	
Outros custos e perdas		184.516,01	Outros proveitos e ganhos	125,29	3,90
Resultados extraordinários	125,33	-189.546,36			
	125,33	3,91		125,33	3,91

## 47. Informações exigidas por diplomas legais

Informação nos termos e para os efeitos do nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

- a) Os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, segundo é do nosso conhecimento, no exercício de 2008, não transaccionaram quaisquer acções representativas de capital da VAA.
- b) Informação respeitante a acções detidas pelos membros dos órgãos sociais em 31/12/2008

### Acções detidas pelos membros dos órgãos sociais

Nome	Cargo	Acções detidas		
		Próprio	Conjuge	Total
Eng Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcelos e Sousa	PCA	904.308		904.308
Drª Maria da Luz Azevedo Coutinho Vasconcellos e Souza	Vogal CA	44.307		44.307

## ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- a) Em 2008 não se verificaram operações financeiras significativas;
- b) Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	<u>31/12/08</u>	<u>31/12/07</u>
Depósitos à ordem	33,2	4,9
Caixa	<u>33,2</u>	<u>4,9</u>

- c) Em 2008 não se verificaram actividades financeiras não monetárias;
- d) As demonstrações financeiras foram elaboradas para a actividade global;
- e) Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para utilização pela empresa.



# **VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA**

*(Sociedade Aberta)*

*Rua Nova da Trindade nº 1 r/c esqdo - 1200-301 Lisboa*

Contribuinte 500 978 654 ▪ Capital Social 29.007.998 Euros C. R. Comercial Lisboa 466

## **Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas 31 de Dezembro de 2008 (IFRS)**

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE.....</b>	<b>18</b>
<b>RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....</b>	<b>27</b>
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 .....	27
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS.....	28
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO .....	29
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA .....	30
<b>NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>31</b>
INFORMAÇÃO GERAL .....	31
RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	32
ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS.....	39
INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS .....	40
<b>NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO .....</b>	<b>44</b>
INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	44
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	45
ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS .....	47
LOCAÇÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA .....	48
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO .....	50
INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....	51
IMPOSTOS DIFERIDOS .....	51
EXISTÊNCIAS .....	53
CLIENTES E ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS .....	54
DEVEDORES E DESPESAS ANTECIPADAS.....	54
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES.....	55
CAPITAL.....	55
ACÇÕES PRÓPRIAS.....	55
PRÉMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES .....	55
RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS.....	55
EMPRÉSTIMOS E DESCOBERTOS BANCÁRIOS .....	56
CREDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS .....	58
FORNECEDORES .....	58
PROVISÕES .....	59
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	61
<b>NOTAS À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS .....</b>	<b>61</b>
RÉDITO.....	61
CUSTOS COM O PESSOAL.....	62
IMPARIDADES.....	62
OUTROS CUSTOS E PERDAS E OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS .....	63
RESULTADOS FINANCEIROS .....	63
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	63
RESULTADO POR ACÇÃO .....	64
<b>OUTRAS NOTAS.....</b>	<b>64</b>
CONTINGÊNCIAS .....	64
COMPROMISSOS.....	65
GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO .....	66
TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	66
CUSTOS SUPOSTADOS COM SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES/REVISORES .....	68
EVENTOS SUBSEQUENTES.....	69
EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO .....	70
<b>LISTA DOS TITULARES DAS PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS.....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2008, ELABORADO NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTº 245º-A DO CVM .....</b>	<b>70</b>

# Relatório Consolidado de Gestão

---

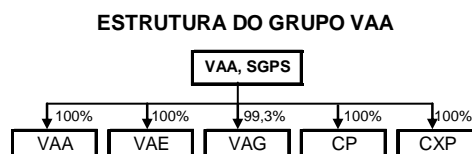
Senhores Accionistas,

Nos termos da legislação em vigor, o Conselho de Administração da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, elaborou e submete à apreciação dos Senhores Accionistas o Relatório e Contas Consolidadas do Grupo relativos ao exercício económico de 2008, que compreende: o Relatório Consolidado de Gestão, incluindo a Declaração dos Membros do Conselho de Administração elaborada nos termos e para o efeito da alínea c) do nº 1 do artº 245º do CVM, o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008 comparado com 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração Consolidada dos Resultados de 2008 comparados com 2007, a Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio em 2008, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa de 2008 comparados com 2007, as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Lista dos Titulares das Participações Qualificadas.

Conforme determinado legalmente, as contas apresentadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

## 1. Universo da Consolidação

Como é do conhecimento dos Senhores Accionistas e do mercado em geral, o Grupo Vista Alegre Atlantis é formado pelas seguintes sociedades.



VAA (Vista Alegre Atlantis, SA), sociedade de direito português que detém toda a actividade produtora do Grupo (porcelana, cristal, louça de forno, faiança e vidro manual), as cadeias de lojas nacionais e quatro imóveis destinados a venda (Quinta Nova, Nova Ivima, Terreno/Pinhais no Casal da Areia e Edifícios ex-matérias primas na Vista Alegre);

VAE (VA-Vista Alegre España, SA), sociedade de direito espanhol que, naquele país, exerce as actividades de distribuidor e retalhista;

VAG (V.A.GRUPO-Vista Alegre Participações, SA), sociedade de direito português, detentora de diversos imóveis;

CP (Faianças da Capôa-Indústria de Cerâmica, SA), sociedade de direito português, detentora da fábrica de Aradas/Aveiro onde a VAA exerce a actividade industrial de produção de faiança;

CXP (Cerexport-Cerâmica de Exportação, SA), sociedade de direito português, dona do edifício da Esgueira/Taboeira/Aveiro, no qual a VAA exerce a actividade industrial de produção de louça de forno.

## 2. Envolvente Macro Económica

É fácil constatar a forte contracção da economia nacional e internacional durante o exercício económico de 2008, particularmente na sua segunda metade. Com efeito, no último trimestre de 2008, em termos reais, a economia portuguesa ter-se-á contraído 2% e a dos nossos principais parceiros comerciais, ou seja, a Zona Euro, cerca de 1,5% o que, em termos anualizados, corresponde, respectivamente, a 7,8% e 5,9%.

A dificuldade revelada pelas empresas portuguesas em aumentar significativamente a produtividade e, conseqüentemente, o acompanhamento da competitividade internacional, levou a uma significativa perda de quota de mercado de Portugal (de 0,42% em 2003 para 0,35% em 2008) no comércio internacional de mercadorias.

**Economia portuguesa**  
(percentagem de crescimento real anual)

Agregados	2005-R	2006-R	2007-R	2008-E	2009-P	Média
PIB.....	0,4	1,3	1,9	0,3	-2,5	0,3
Consumo privado.....	1,3	0,7	1,3	1,5	0,3	1,0
Consumo público.....	0,4	0,0	0,1	0,1	1,0	0,3

Por outro lado a continua degradação da conjuntura económico-financeira mundial não permite prever, neste momento e de forma credível, o fim da crise instalada.

## 3. Evolução da Actividade

A falta das condições e dos meios, solicitados pela gestão, necessários à dinamização das vendas e à reestruturação interna da Empresa, especialmente nas áreas do Cristal, da Faiança, do Retalho Próprio, associada à forte contracção dos principais mercados de destino dos nossos produtos, nomeadamente Portugal e Espanha, conduziram, em 2008, a um significativo agravamento da situação económica e financeira da Vista Alegre Atlantis, SA.

### a) Vendas

Com excepção da louça de forno, cujas vendas totais, por efeito da exportação, apresentam um crescimento significativo, todos os negócios sofreram redução de vendas (-12,5%), especialmente no mercado nacional, que registou uma baixa de 17,5%, em boa parte devido à contracção das vendas de cristal (-33,7%) e à realização, no ano anterior, de um negócio especial de produtos de cutelaria.

**Vendas Consolidadas Anuais por Segmentos e Mercados**

(M€)

Segmentos	2008			2007			Variação (%)		
	MI	ME	Total	MI	ME	Total	MI	ME	Total
<b>Vendas Gerais:</b>									
Porcelana.....	17,9	11,8	29,8	19,5	12,7	32,1	-7,8%	-6,6%	-7,4%
Complementares.....	2,5	0,2	2,7	3,5	0,6	4,1	-28,4%	-65,6%	-33,7%
Forno.....	0,4	7,0	7,4	0,4	6,3	6,7	-4,5%	10,7%	9,7%
Decalques.....	0,3	0,1	0,3	0,4	0,1	0,5	-40,6%		-38,6%
Faiança.....	1,3	1,6	2,9	1,3	2,2	3,5	-0,6%	-27,3%	-17,4%
Cristal.....	6,9	5,1	12,0	8,6	5,3	13,9	-19,9%	-4,1%	-13,9%
Vidro Manual.....	1,8	1,6	3,4	2,1	1,5	3,6	-13,3%	4,6%	-5,7%
<b>Totais.....</b>	<b>31,1</b>	<b>27,4</b>	<b>58,5</b>	<b>35,8</b>	<b>28,7</b>	<b>64,5</b>	<b>-13,2%</b>	<b>-4,6%</b>	<b>-9,4%</b>
<b>Negócios Especiais:</b>									
Porcelana.....	0,3		0,3	0,6		0,6	-50,1%		-50,1%
Complementares.....	0,8		0,8	0,8		0,8	-3,8%		-3,8%
Forno.....		0,1	0,1		0,4	0,4		-68,2%	
Faiança.....					0,1	0,1			-100,0%
Cristal.....	0,0		0,0	1,8		1,8	-99,2%		-99,2%
<b>Totais.....</b>	<b>1,1</b>	<b>0,1</b>	<b>1,2</b>	<b>3,2</b>	<b>0,6</b>	<b>3,8</b>	<b>-65,5%</b>		<b>-67,0%</b>
<b>Totais Gerais.....</b>	<b>32,2</b>	<b>27,5</b>	<b>59,7</b>	<b>39,0</b>	<b>29,3</b>	<b>68,3</b>	<b>-17,5%</b>	<b>-6,0%</b>	<b>-12,5%</b>

O mercado externo, por efeito do bom desempenho da louça de forno, susteve a queda nos 6,0%, todavia, fortemente penalizado pela faiança (-30,4%), pelo cristal tradicional (-17%) e pelo mercado espanhol da porcelana.

**b) Resultados**

Devido à não realização da reestruturação dos negócios e da dinamização das vendas, que obrigou à manutenção de custos fixos superiores ao necessário, e à redução de 12,6% das vendas e das prestações de serviços (-8.617 k€), o resultado operativo do Grupo Vista Alegre Atlantis baixou de 4,5 milhões de euros em 2007 para 1,1 milhões de euros em 2008.

O aumento dos encargos financeiros, de 4.538 k€ para 6.711 k€, ficou a dever-se à subida, em 2008, do indexante Euribor e ao agravamento, contratualmente previsto, do spread aplicável que, de 2007 para 2008, triplicou.

**Resultados Consolidados**

(10<sup>3</sup> €)

Rubricas	2008		2007		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Produção (Vendas+Variação Produção).....	59,3	100,0%	68,1	100,0%	-13,0%
Margem Bruta.....	42,7	72,1%	48,5	71,2%	-11,9%
Fornec. e serviços externos.....	-15,0	-25,2%	-15,8	-23,2%	-5,3%
Custos com o pessoal.....	-30,0	-50,6%	-31,0	-45,5%	-3,2%
Outros resultados operacionais.....	3,4	5,7%	2,8	4,2%	19,0%
<b>Resultados operativo.....</b>	<b>1,1</b>	<b>1,9%</b>	<b>4,5</b>	<b>6,7%</b>	<b>-74,8%</b>
Amortizações do exercício.....	-7,6	-12,7%	-7,7	-11,3%	-1,5%
Ajustamentos do exercício.....	-1,4	-2,3%	-3,2	-4,7%	-57,8%
Provisões do exercício.....	-2,5	-4,2%	-0,4	-0,6%	520,0%
Imparidade de activos não amortizáveis.....	-1,8	-3,0%	-0,8	-1,2%	116,4%
Aumentos/reduções de Justo Valor.....			0,5	0,7%	-100,0%
<b>Resultados operacionais.....</b>	<b>-12,1</b>	<b>-20,4%</b>	<b>-7,1</b>	<b>-10,4%</b>	<b>70,4%</b>
<b>Resultados financeiros.....</b>	<b>-6,7</b>	<b>-11,3%</b>	<b>-4,5</b>	<b>-6,7%</b>	<b>47,9%</b>
<b>Resultados antes de impostos.....</b>	<b>-18,8</b>	<b>-31,7%</b>	<b>-11,6</b>	<b>-17,1%</b>	<b>61,6%</b>
Imposto sobre o rendimento.....	0,3	0,5%	-0,8	-1,1%	-143,1%
<b>Resultado depois de impostos.....</b>	<b>-18,5</b>	<b>-31,1%</b>	<b>-12,4</b>	<b>-18,2%</b>	<b>49,2%</b>
Interesses minoritários.....	0,0	0,0%			
<b>Resultado consolidado do exercício.....</b>	<b>-18,4</b>	<b>-31,1%</b>	<b>-12,4</b>	<b>-18,2%</b>	<b>49,1%</b>

No que se refere às provisões do exercício, o seu aumento de 0,4 para 2,5 milhões de euros, deve-se à constituição de uma provisão, no montante de 1,9 milhões de euros para fazer face a responsabilidades passadas por pensões de reforma futuras dos actuais membros do Conselho de Administração que, neste

momento, já cumprem os requisitos de pelo menos dez anos de serviço e três mandatos como Administradores previstos no artigo 24º dos Estatutos da Sociedade.

Para o cálculo desta verba, foi considerado o valor actual da totalidade das responsabilidades futuras e admitiu-se, por outro lado, que esse valor deveria ser repartido uniformemente, em anuidades, pelo número de anos que medeiam entre o momento em que o beneficiário obtém o direito à pensão e a data em que perfaz os 65 anos de idade. Foram considerados os proveitos médios anuais auferidos pelos beneficiários nos últimos três exercícios, as suas antiguidades ao serviço do Grupo Vista Alegre Atlantis quando atingirem 65 anos de idade, bem como os parâmetros actuariais utilizados pela sociedade gestora dos Fundos de Pensões do Grupo VAA.

Com o novo enquadramento accionista do Grupo, pensamos que estão reunidas as condições necessárias para a realização da reestruturação programada, para o início da recuperação das vendas e, conseqüentemente, dos resultados, sendo certo que 2009 será sempre um ano com características de transição, dificultado pela forte crise que se verifica em todos os mercados.

### **3.1. Investimentos**

Tal como vem acontecendo nos últimos anos, foram realizados apenas os investimentos imprescindíveis, o que, incluindo cerca de 430 mil euros de refractários para a porcelana e 150 mil euros na criação de um showroom comercial, não ultrapassou cerca de 1,2 milhões de euros.

### **3.2. Impostos Diferidos**

Tal como vem acontecendo em exercícios anteriores, o Grupo reconheceu nas contas de 31/12/2008 os efeitos decorrentes da aplicação da Norma Internacional de Contabilidade nº 12, relativa ao tratamento dos impostos diferidos.

Porém, tendo em consideração o atraso na realização da reestruturação económica decidiu-se, tal como em anos anteriores, não contabilizar, em 2008, nas sociedades nacionais, qualquer activo por imposto diferido devido a reporte fiscal.

No que respeita à nossa filial VA-Vista Alegre España, SA, tendo em conta os resultados aí esperados e a temporalidade da utilização do reporte fiscal em Espanha, manteve-se o activo por imposto diferido, no montante de 1,4 milhões de euros, originado em reporte fiscal.

### Reporte Fiscal da VAE

(10<sup>3</sup> €)

Ano	Reporte Fiscal		Activo por Imposto Diferido	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
1996	175	175		
1997	31	31		
2002	768	768	230	230
2003	1.464	1.464	439	439
2004	972	972	292	292
2005	1.349	1.349	405	405
2006	12	12	4	4
2008	102		31	
<b>Total</b>	<b>4.770</b>	<b>4.770</b>	<b>1.400</b>	<b>1.369</b>

Com efeito, para cobertura do lucro fiscal de 2007, no montante de 713 mil euros, foram utilizados os reportes fiscais de 1994, 1995 e parte de 1996.

Na VA Espanha, o reconhecimento dos impostos diferidos limitou-se ao primeiro ano da sua contabilização e seguintes, independentemente de prejuízos anteriores fiscalmente dedutíveis.

De acordo com a legislação em vigor, considerámos a taxa de IRC de 25% em Portugal e 30% em Espanha e, nas situações não ligadas a reporte fiscal, uma derrama de 1,5% sobre o valor dos entes que originaram activos ou passivos por impostos diferidos.

Nas condições anteriormente referidos, nas contas agora apresentadas, os activos e os passivos por impostos diferidos são os que constam do quadro seguinte.

### Activos e passivos por impostos diferidos

(10<sup>3</sup> €)

Rubricas	Sociedades portuguesas		VA Espanha		Total	
	Dez/08	Dez/07	Dez/08	Dez/07	Dez/08	Dez/07
<b>1. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:</b>						
1.1. Por Reporte Fiscal:						
Por reporte fiscal originado em 2002.....			230	230	230	230
Por reporte fiscal originado em 2003.....			439	439	439	439
Por reporte fiscal originado em 2004.....			292	292	292	292
Por reporte fiscal originado em 2005.....			405	405	405	405
Por reporte fiscal originado em 2006.....			4	4	4	4
Por reporte fiscal originado em 2008.....			31		31	
1.2. Por Provisões e Ajustamentos Não Fiscais.....	4.362	3.853	1.400	1.369	1.400	1.369
<b>ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....</b>	<b>4.362</b>	<b>3.853</b>	<b>1.400</b>	<b>1.369</b>	<b>5.762</b>	<b>5.222</b>
<b>2. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:</b>						
2.1. Por Amortizações Não Aceites.....	7.166	6.754			7.166	6.754
2.2. Por Mais-valias Fiscais a Suportar.....	2.559	1.447			2.559	1.447
<b>PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....</b>	<b>9.725</b>	<b>8.201</b>			<b>9.725</b>	<b>8.201</b>

### 3.3. Perspectivas

A evolução do Grupo VAA, tal como foi identificado pelos Bancos Assessores em 2005 e, desde então, tem vindo a ser divulgado, depende da implementação de medidas estruturais de cariz económico, indispensáveis à eliminação dos prejuízos registados nas suas áreas de negócio deficitárias e ao desenvolvimento dos seus negócios rentáveis e com possibilidade de crescimento.

Tal como vem acontecendo, sem deixar de trabalhar intensamente os seus produtos e mercados tradicionais, a Vista Alegre Atlantis privilegiará os produtos com procura crescente, os segmentos de mercado em expansão e os mercados de volume e em crescimento. Procederá à reestruturação da sua rede de retalho, à redução da estrutura e manterá uma política rigorosa de redução de custos e de baixos investimentos.

Reafirmamos a nossa intenção de constituir um parceiro de referência no segmento horeca, especialmente nos mercados de Portugal, Espanha e Angola.

Pensamos que estão reunidas as condições para que, em 2009, seja dado um passo significativo na reestruturação dos negócios da Empresa. Todavia, a situação de degradação interna e a forte crise vivida nos mercados não nos permitem antever a recuperação da Vista Alegre Atlantis, SA num horizonte de curto prazo.

#### **4. Factos Relevantes**

À semelhança de anos anteriores, entendemos por conveniente recordar os seguintes assuntos que consideramos de interesse para os senhores accionistas:

- Conforme foi divulgado no nosso comunicado de 14/1/2008, em Março de 2007, a nossa participada Vista Alegre Atlantis, SA, requereu na Secretaria de Estado do Emprego, ao abrigo do Decreto-Lei nº 220/2006 de 3/11, o Estatuto de Empresa em Reestruturação, o qual, conforme o nosso comunicado de 3/3/2009, lhe foi concedido, para o triénio de 2009 a 2011, pelo Despacho nº 6600/2009, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 42, de 2/3/2009;
- Por carta entregue na sociedade em 11/2/2008, o Sr. Dr. Mário Cristina de Sousa renunciou ao cargo de Vogal do Conselho de Administração, cargo para o qual havia sido eleito na reunião da Assembleia Geral que teve lugar em 29/5/2007, com continuação em 28/6/2007;
- Por deliberação do Conselho de Administração, tomada em 21/4/2008, o Sr. Eng. Joaquim Serrão da Silva Correia foi cooptado para o preenchimento da vaga de Vogal do Conselho de Administração, a qual tinha sido aberta com a renúncia apresentada pelo Sr. Dr. Mário Cristina de Sousa;
- Em 9/1/2001, a Assembleia Geral de Accionistas, por maioria, aprovou um projecto de cisão-fusão, mediante o qual se previa: o destaque das participações sociais detidas pela V.A. GRUPO e pela Empresa Electro Cerâmica, SA para a VISTA ALEGRE-Sociedade de Controlo, SGPS, S.A.; o destaque das participações sociais detidas pela Cerexport-Cerâmica de Exportação, S.A para a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, SA, hoje VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A; a transformação da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A em sociedade gestora de participações sociais e a alteração da sua designação social para VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A; o aumento do capital social da Porcelanas da Quinta Nova, S.A, subscrito pela VAA e realizado com a entrega dos bens activos e passivos desta afectos à sua actividade industrial e comercial, e a alteração da sua designação social para Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A; a fusão da VAA, da Cristais Atlantis, SGPS, S.A e da Vista Alegre-Sociedade de Controlo, SGPS, S.A, absorvendo a VAA as duas segundas. Em consequência de um procedimento cautelar requerido no 1º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa, processo nº 15/2001, por um accionista titular, na época, de 1,6% do capital social da então Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A, a execução das deliberações sociais referidas no parágrafo anterior esteve suspensa. A requerida foi citada em 25/1/2001, tendo apresentado a contestação no prazo e nas condições fixadas e sendo o referido procedimento cautelar julgado



totalmente improcedente em 5/3/2001, o que voltou a acontecer mais tarde já na instância superior. A acção principal referente a este procedimento cautelar corresponde ao processo nº 26/2001, que corre seus termos no mesmo Tribunal, tendo a ré sido citada em 12/2/2001 e contestado no prazo legal. As deliberações da Assembleia Geral foram executadas por escrituras de 27/4/2001 e 11/5/2001 com efeitos, respectivamente, em 1/5/2001 e 1/6/2001;

- Já após o encerramento do exercício de 2008:
  - Por fax de 19/1/2009, a VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA foi informada, nos termos e para os efeitos do artigo 175º do CVM, pela Caixa-Banco de Investimento, SA e pelo Banco Millennium BCP Investimento, SA, em nome e representação da Cerútil-Cerâmicas Utilitárias, SA, que esta havia decidido lançar uma Oferta Pública de Aquisição Geral das acções representativas do capital social da VAA, nos termos e condições do anúncio preliminar que juntava e que se encontrava disponível no sitio da Internet da CMVM em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt);
  - Das mesmas entidades, recebemos o Aditamento ao Anúncio Preliminar datado de 3/2/2009;
  - Dentro do prazo legal, a Cerútil entregou na VAA os projectos de Anúncio de Lançamento e de Prospecto relativos àquela Oferta Pública de Aquisição, tendo elaborado o competente relatório sobre a oportunidade e condições daquela operação, o qual foi enviado à CMVM e disponibilizado no sitio da Internet da VAA em [www.vaa.pt](http://www.vaa.pt) em 12/2/2009;
  - Conforme os nossos comunicados emitidos na devida ocasião, a Cerútil adquiriu 4.053.347 acções VAA em Bolsa, 25.020.533 acções VAA ao Banco BPI, SA, 14.503.999 acções VAA à Caixa Geral de Depósitos, SA e 14.610.724 acções VAA ao Banco Comercial Português, SA passando, assim, a ser detentora de um total de 58.188.603 acções representativas do capital social desta Sociedade;
  - Por outro lado, de acordo com as informações recebidas do Banco BPI, SA (sua carta de 23/2/2009), conjunta do Banco Espírito Santo, SA e Banco Espírito Santo de Investimento, SA (sua carta de 12/2/2009) e da Caixa Geral de Depósitos (sua carta de 6/3/2009):
    - e) O Banco BPI, SA, no passado dia 20/2/2009, cedeu todos os créditos que detinha sobre o Grupo VAA em favor da VISABEIRA INDÚSTRIA-SGPS, SA, com excepção dos créditos com características de prestações suplementares que, por sua vez, foram cedidos em favor da CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA;
    - f) O Banco Espírito Santo, SA e o Banco Espírito Santo de Investimento, SA cederam, à VISABEIRA INDÚSTRIA- SGPS, SA, os créditos para eles emergentes do Contrato de Reestruturação Financeira celebrado com as sociedades do Grupo Vista Alegre Atlantis, em 3 de Fevereiro de 2006, alterado pelos primeiro e segundo aditamentos datados, respectivamente, de 21/4/2004 e 2/5/2007;
    - g) A Caixa Geral de Depósitos, por contrato celebrado em 6/3/2009, cedeu à VISABEIRA INDÚSTRIA- SGPS, SA os créditos de que era titular, na mencionada data, mantendo na sua titularidade os créditos resultantes das utilizações da tranche G3 ocorridas em 2008, bem como os créditos que, da mesma tranche, tenham lugar no futuro. Por contrato da mesma data, cedeu à CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA os créditos de que era titular emergentes de prestações suplementares;
    - h) O Banco Comercial Português, SA, por contrato celebrado em 27/3/2009, cedeu à VISABEIRA INDÚSTRIA – SGPS, SA os créditos de que era titular, emergentes do Contrato de Reestruturação Financeira celebrado em 3/2/2006, tendo exceptuado: as prestações adicionais, que cedeu à CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA; a Tranche G3, as garantias bancárias emitidas a favor da AICEP e a linha de desconto de letras de câmbio regulada na Tranche E. O BCP manteve a hipoteca genérica, constituída em 22/7/2003 e ampliada em 9/3/2004, sobre o edifício denominado Quinta Nova.

## 5. Declaração nos termos do Artº 245, nº 1, alínea c) do CVM

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 245º, nº1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão,

as Demonstrações Financeiras Consolidadas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 22 de Abril de 2009

O Conselho de Administração

Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcellos e Souza  
Presidente do Conselho de Administração

José Fernandes Baeta  
Vogal

Lázaro Ferreira de Sousa  
Vogal

Eugénia Margarida Dias Antunes da Cunha  
Vogal

Maria da Luz Azevedo Coutinho de Vasconcellos e Souza  
Vogal

Joaquim Serrão da Silva Correia  
Vogal

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Rubricas	Notas	31-12-2008	31-12-2007
		IFRS	IFRS
<b>Activo:</b>			
<b>Não Corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis	6	46.174	50.836
Propriedades de Investimento	9	18.252	18.073
Activos fixos intangíveis	7	5.730	7.534
Investimentos financeiros	10	272	266
Impostos diferidos activos	11	5.762	5.222
<b>Total dos Activos não Correntes</b>		<b>76.190</b>	<b>81.931</b>
<b>Corrente:</b>			
Existências	12	22.084	22.496
Clientes e acréscimos de proveitos	13	10.444	13.330
Devedores e despesas antecipadas	13	610	786
Estado e Outros Entes Publicos		278	258
Caixa e seus equivalentes	14	328	239
<b>Total das Activos Correntes</b>		<b>33.743</b>	<b>37.108</b>
<b>TOTAL DOS ACTIVOS</b>		<b>109.933</b>	<b>119.039</b>
<b>Capital Próprio:</b>			
Capital	15	29.008	29.008
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital		38.182	38.182
Acções próprias	15	-2	-2
Reservas e resultados transitados	16	-76.965	-65.422
Resultado líquido consolidado		-18.400	-12.367
Interesses minoritários		105	101
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>-28.073</b>	<b>-10.501</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Não Corrente:</b>			
Empréstimos e descobertos bancários	17	74.954	76.188
Credores e acréscimos de custos	18	733	1.167
Provisões para outros riscos e encargos	19	520	199
Provisões para pensões de reforma	19	4.154	2.471
Impostos diferidos passivos	11	9.725	8.201
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>		<b>90.086</b>	<b>88.226</b>
<b>Corrente:</b>			
Instituições de crédito	17	24.620	14.153
Fornecedores	18	10.597	12.797
Credores e acréscimos de custos	18	10.181	11.017
Estado e Outros Entes Publicos	20	2.295	2.973
Proveitos diferidos		226	373
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>47.919</b>	<b>41.313</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>138.006</b>	<b>129.540</b>
<b>PASSIVOS + CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>109.933</b>	<b>119.039</b>

## Demonstração Consolidada dos Resultados

Rubricas	Notas	2008	2007
		IFRS	IFRS
Vendas e prestações de serviços	21	59.707	68.324
Custo das mercadorias e matérias consumidas		-16.564	-19.616
Variação da produção		-434	-230
<b>Margem Bruta</b>		42.709	48.479
Fornecimentos e serviços externos		-14.950	-15.794
Custos com o pessoal	22	-30.001	-30.992
Amortizações do exercício	4	-7.555	-7.671
Ajustamentos do exercício	4	-1.350	-3.196
Provisões do exercício	4	-2.516	-406
Outros custos e perdas operacionais	24	-2.786	-3.697
Trabalhos para a própria empresa			3
Imparidade de activos não amortizáveis	23	-1.785	-825
Aumentos/redução de justo valor			480
Outros proveitos e ganhos operacionais	24	6.171	6.542
<b>Resultados operacionais</b>		-12.062	-7.077
<b>Resultados financeiros</b>	25	-6.711	-4.538
<b>Resultados antes de impostos</b>		-18.773	-11.615
Imposto sobre o rendimento	26	377	-752
<b>Resultados depois de impostos</b>		-18.397	-12.367
Interesses minoritários		-3	
<b>Resultados consolidados do exercício</b>		<b>-18.400</b>	<b>-12.367</b>
<b>Resultados por acção (€)</b>	<b>27</b>	<b>-0,115</b>	<b>-0,085</b>

## Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio

Rubricas	Capital	Acções próprias	Prestações Suplementares	Prémios emissão acções	Interesses minoritários	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido consolidado	Total
<b>Saldo Dezembro 2006</b>	<b>29.008</b>	<b>-2</b>	<b>38.182</b>	<b>0</b>	<b>107</b>	<b>-51.391</b>	<b>-14.878</b>	<b>1.026</b>
Aplicação RL 2006						-14.878	14.878	0
Ajust diferenç justo valor dos activos						1.439		1.439
Ajust interesses minoritários					-6			-6
Ajuste Goodwill saída da VA Alemaha do perímetro de consolidação por liquidação						-326		-326
Acréscimo de mais valias potenciais em terrenos para venda						-881		-881
Outras variações						614		614
Resultado líquido consolidado							-12.367	-12.367
<b>Saldo final Dezembro 2007</b>	<b>29.008</b>	<b>-2</b>	<b>38.182</b>	<b>0</b>	<b>101</b>	<b>-65.422</b>	<b>-12.367</b>	<b>-10.501</b>
Aplicação RL 2007						-12.367	12.367	0
Impacto Imp.Diferidos mais valias fiscais terrenos e Edifícios						1.610		1.610
Ajust interesses minoritários					4			4
Outras variações						-787		-787
Resultado líquido consolidado							-18.400	-18.400
<b>Saldo final Dezembro 2008</b>	<b>29.008</b>	<b>-2</b>	<b>38.182</b>	<b>0</b>	<b>105</b>	<b>-76.966</b>	<b>-18.400</b>	<b>-28.073</b>

## Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Ano 2008		Ano 2007	
<b>1. ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de clientes		68.700		76.817
Pagamentos a fornecedores		-36.213		-40.163
Pagamentos ao pessoal		-29.708		-31.086
Fluxos gerados pelas operações		2.779		5.568
Pagamentos/recebimentos de IRC		-94		-97
Outros pagamentos/recebimentos operacionais		-3.103		-5.156
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		-418		315
Recebimentos de rubricas extraordinárias	20		9	
Pagamentos de rubricas extraordinárias	-41	-21	-35	-26
Fluxos gerados pelas actividades operacionais		-439		289
<b>2. ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	225		247	
Imobilizações incorpóreas			750	
Imobilizações corpóreas			771	
Juros e proveitos similares				
Subsídios ao investimento		225		1.768
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-5			
Imobilizações incorpóreas	-15			
Imobilizações corpóreas	-1.676	-1.696	-2.097	-2.097
Fluxos gerados pelas actividades de investimento		-1.471		-329
<b>3. ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	11.257		4.995	
Aumentos de capital, prest. supl.		11.257		4.995
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-2.101		-1.263	
Amortização de contratos de locação financeira	-447			
Juros e similares	-6.709	-9.257	-3.805	-5.068
Fluxos gerados pelas actividades de financiamento		1.999		-74
<b>4. VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>		89		-114
<b>5. EFEITO DAS DIFERENÇAS CAMBIAIS</b>				
<b>6. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES INICIAIS</b>		239		426
<b>7. ALTERAÇÃO DO UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO</b>				-74
<b>8. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES FINAIS</b>		328		239

## Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os valores encontram-se expressos em milhares de euros, excepto nos casos indicados

### a. Informação Geral

O Grupo Vista Alegre Atlantis (Grupo) é constituído pela VAA – Vista Alegre Atlantis, S.G.P.S., S.A. (VAA - SGPS, SA) e empresas subsidiárias. A VAA - SGPS, SA, foi constituída em 1980, sob a forma de sociedade por quotas, com a firma Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, Lda. A Sociedade tinha por objecto o exercício da indústria de porcelanas e outros produtos cerâmicos. Esta actividade era já exercida desde 1824 por outra empresa do Grupo, a qual, naquela data e por razões de reestruturação, decidiu autonomizar determinadas áreas de negócio.

A partir de finais de 1987, a Empresa passou a estar cotada nas Bolsas de Valores de Lisboa e Porto.

Em 2001, em conformidade com as deliberações tomadas em Assembleia Geral de accionistas de 9 de Janeiro de 2001, foram concretizadas as operações de cisão-fusão que haviam sido projectadas:

- o destaque das participações sociais detidas pela VA GRUPO – Participações, SA e pela Empresa Electro Cerâmica, SA, para a VISTA ALEGRE - Sociedade de Controlo, SGPS, S.A.;
- o destaque das participações sociais detidas pela Cerexport - Cerâmica de Exportação, SA, para a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, SA, hoje VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.;
- a transformação da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, SA, em sociedade gestora de participações sociais e a alteração da sua designação social para VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA;
- o aumento do capital social da Porcelanas da Quinta Nova, S.A, subscrito pela VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA e realizado com a entrega dos bens activos e passivos desta afectos à sua actividade industrial e comercial, e a alteração da sua designação social para Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A.;
- a fusão da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, da Cristais Atlantis, SGPS, S.A e da Vista Alegre - Sociedade de Controlo, SGPS, S.A, absorvendo a VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, as duas segundas.

A VAA - SGPS, SA, tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas, as quais consistem na produção, distribuição venda de artigos de porcelana, faiança, louça de forno, cristal e vidro manual, através de uma rede própria de retalho, de retalhistas e distribuidores independentes.

O Grupo possui unidades produtivas em Portugal e vende maioritariamente em países da zona Euro, em especial em Portugal e Espanha.

A VAA - SGPS, SA, tem a sua sede na Rua Nova da Trindade nº 1 R/C Esquerdo, 1200-301, Lisboa.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Abril e serão apresentadas à Assembleia Geral de accionistas convocada para o dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ .

A Empresa tem as suas acções cotadas na Bolsa de Valores do mercado oficial da *Euronext Lisbon*.

## 2. Resumo das principais políticas contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto nos terrenos e edifícios fabris, e nas propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que a Administração exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3.

### 2.2 Consolidação

#### (a) *Subsidiárias*

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão acerca das políticas financeiras e operacionais. Não existem direitos de voto potenciais que sejam exercíveis ou convertíveis. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição, mais os custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos líquidos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos Resultados.

As transacções internas, saldos e ganhos realizados em transacções entre empresas do grupo, são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas de subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

### 2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos na criação e no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um



segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

## 2.4 Conversão cambial

### (a) *Moeda Funcional e de Apresentação*

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“A moeda funcional”). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

### (b) *Transacções e Saldos*

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data do balanço dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto quando diferidos em Capital Próprio, se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa ou como cobertura de investimento líquido.

As diferenças de conversão em elementos não monetários, tais como investimentos detidos ao justo valor através de resultados, são reportadas como parte dos ganhos ou perdas do justo valor. As diferenças de conversão em elementos não monetários, tais como investimentos classificados como activos financeiros disponíveis para venda, são incluídas na reserva de justo valor nos capitais próprios.

## 2.5 Activos Intangíveis

### a) Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição. O goodwill de aquisições de subsidiárias é incluído nos activos intangíveis.

O goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual, sendo apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

O goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa um segmento de negócio (Nota 4).

### b) Direitos de Ingresso

Os direitos de ingresso das lojas em centros comerciais são apresentados ao seu custo histórico e são amortizados pelo período de duração dos respectivos contratos.

### i) Trespases de Lojas

Os trespases de lojas, com vida útil indefinida, não são amortizados, sendo que, o valor dos trespases foi alocado à unidade geradora de fluxos de caixa do segmento de negócio da porcelana para realização dos testes de imparidade.

## 2.6 Activos Fixos Tangíveis

Os terrenos e edifícios compreendem essencialmente fábricas, lojas de retalho e escritórios. São apresentados ao justo valor, com base em avaliações periódicas anuais, efectuadas por avaliadores externos independentes, menos depreciação subsequente, para os edifícios. A depreciação acumulada à data da reavaliação é eliminada do valor bruto do activo e o valor líquido passa a reflectir o valor reavaliado. Os demais activos fixos tangíveis são apresentados ao custo histórico, menos depreciação, ou ao custo histórico com as reavaliações legais, menos depreciação. O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os aumentos na quantia escriturada de um activo em resultado da reavaliação de terrenos e edifícios são creditados em Outras Reservas no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo activo são levadas à mesma rubrica em que foram registados os aumentos; as restantes diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do activo levada a gastos do período e a depreciação baseada no custo original do activo, é transferida da reserva de justo valor para resultados retidos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros activos é calculada pelo método das quotas constantes por duodécimos sobre o valor de custo ou de reavaliação, de forma a alocar o seu custo ou valor reavaliado ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

<b>Rubrica</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e Outras Construções	20 – 25
Equipamento Básico	5 – 10
Equipamento de Transporte	4 – 8
Ferramentas e Utensílios	3 – 6
Equipamento Administrativo	4 – 8

O processo de depreciação inicia-se no mês em que o bem entrou em funcionamento.

Os valores residuais dos activos, as vidas úteis e os métodos de amortização são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em outras reservas é transferido para lucros retidos.

## 2.7 Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

a) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

#### b) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os bens produzidos pela Empresa são movimentados, ao longo do ano, a preços standard, porém, no encerramento do exercício, procedeu-se à comparação entre o valor total dos custos reais de produção e o valor da produção realizada a preços standard, tendo-se procedido à correcção dos standards utilizados para valorização do stock em face dos desvios verificados. Nos casos em que as margens médias resultaram negativas, a valorização foi feita ao preço médio de venda. Deste procedimento, resultou um aumento do valor líquido do stock de produtos, em 31/12/2008, de 1.634 k€, ou seja, cerca de 9,8% do valor do standard utilizado durante o ano.

Foram considerados os ajustamentos, após revisão do standard de valorização do stock, tidos como suficientes, sem alteração de critérios em relação aos anos anteriores.

### 2.8 Activos Financeiros

O grupo classifica os activos financeiros como se segue:

Investimentos Financeiros: Activos financeiros, não derivados, que são classificados como disponíveis para venda.

Contas a receber de clientes e outros devedores: Activos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontrem cotados em mercados líquidos. Os saldos relativos a estes activos encontram-se registados no balanço consolidado nas rubricas clientes e acréscimo de proveitos, devedores e despesas antecipadas e caixa e seus equivalentes.

As contas a receber de clientes e outros devedores são registadas ao custo histórico e ajustadas pelos valores considerados necessários. O valor de, eventuais, ajustamentos das dívidas a receber é reconhecido na demonstração dos resultados.

### 2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Instituições de crédito".

### 2.10 Capital social

Todo o capital social é representado por acções ordinárias que são classificadas no capital próprio.

### 2.11 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado (dívidas de médio e longo prazo); qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto nos casos em que o Grupo possui um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.12 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, o mesmo não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo. De acordo com a legislação em vigor, considerámos a taxa de IRC de 25% e, nas situações não ligadas a reporte fiscal, uma derrama de 1,5% sobre o valor dos entes que originaram activos ou passivos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando o Grupo seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverta no futuro previsível.

## 2.13 Provisões para pensões de reforma

Algumas empresas do Grupo possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de um plano de benefício definido, sendo este um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço, deduzido do justo valor dos activos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais não reconhecidos e custo de serviços passados. A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projectada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Ganhos e perdas actuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas actuariais são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período médio remanescente dos anos de serviço dos empregados no activo.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, excepto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha recta ao longo do período em causa.

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários actuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor actual.

#### 2.14 Provisões para outros riscos e encargos

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados. O grupo considera que é provável que um exfluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, e conseqüentemente procedeu a uma estimativa do montante a pagar. Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

#### 2.15 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

##### a) Venda de bens – grosso

A venda de bens é reconhecida quando os produtos são entregues ao cliente, este os aceita e a cobrança das respectivas contas a receber esteja razoavelmente assegurada. A empresa tem acordado com alguns clientes uma percentagem de rappel que depende do volume de compras anual e do prazo de pagamento das mesmas. Com base nas taxas acordadas, a empresa estima no momento da venda, o valor a processar trimestral com acerto anual.

##### b) Venda de bens – retalho

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com cartão de crédito. O rédito a reconhecer é o valor bruto da venda e as despesas de utilização de cartões de crédito a pagar pela transacção.

##### c) Juros

Os juros são reconhecidos em função da proporção do tempo decorrido e do rendimento efectivo do activo.

#### 2.16 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais são reflectidos na demonstração dos resultados pelo método linear, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Cada pagamento efectuado é segregado entre o passivo em dívida e o encargo financeiro, de forma a se obter uma taxa constante sobre a dívida em aberto. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros são incluídas em Outros passivos não correntes, excepto a componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período.

#### 2.17 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e o Grupo cumprirá as obrigações inerentes. Os subsídios do Governo relativos a gastos são diferidos e reconhecidos na Demonstração dos Resultados pelo período necessário para os

balancear com os gastos que eles se destinam a compensar. Os subsídios do Governo relativos à compra de activos tangíveis são incluídos nos passivos não-correntes como subsídios do Governo diferidos e são creditados na Demonstração dos Resultados numa base linear pelo período esperado de vida dos activos correspondentes.

### 2.18 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais. (ver nota 33).

### 2.19 Novas normas, interpretações e alterações a normas

Em 2008 entraram em vigor um conjunto de interpretações:

#### **Com aplicação obrigatória em 2008:**

- IFRIC 12 - “Acordos sobre Serviços de Concessão” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008).
- IFRIC 13 - “Programas de Fidelização de Clientes” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008).
- IFRIC 14 - “IAS 19: Limites de um plano de benefícios definidos, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008).

A aplicação destas interpretações não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas de 2008.

#### **Com aplicação obrigatória após 2008:**

- Alteração à IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras: uma apresentação revista” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009).
- Alteração à IAS 23 – “Custos de empréstimos obtidos” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009).
- Alteração ao IFRS 2 – “Pagamentos baseados em acções: Condições de exercício e cancelamento” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009).
- Alteração à IAS 32 e IAS 1 – “Instrumentos com opções de venda exercíveis pelos detentores e obrigações recorrentes com a sua liquidação” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009).
- IFRS 8 - “Segmentos Operacionais” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009).
- Melhoria das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007) (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009).

O grupo optou por não antecipar a aplicação destas normas com obrigatoriedade após 2008, pois não se estimam impactos significativos, com excepção das alterações a nível de apresentação e divulgação, decorrentes da entrada em vigor das alterações à IAS 1 e do IFRS 8.

Existem à data, um conjunto de normas e interpretações contabilísticas já emitidas, no entanto ainda não aprovadas pela União Europeia:

- IFRS 1 - “Adopção pela primeira vez dos IFRS” (data de aplicação: 1 de Julho de 2009).
- IFRS 3 - “Concentrações empresariais” (data de aplicação: 1 de Julho de 2009).
- IAS 27 - “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (alterações)” (data de aplicação: 1 de Julho de 2009).
- IFRS 7 - “Incrementos quantitativos às divulgações relativas a Instrumentos Financeiros (alterações)” (data de aplicação: 1 de Janeiro de 2009).
- IAS 31 - “Investimentos em empreendimentos conjuntos (alteração)” (data de aplicação: 1 de Julho de 2009).
- IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Mensuração e Reconhecimento” (data de aplicação: 1 de Julho de 2009).
- IFRIC 12 - “Contratos relativos a serviços de concessão” (data de aplicação: 1 de Janeiro de 2009).

- IFRIC 15 - “Contratos relativos a construção de imóveis” (data de aplicação: 1 de Janeiro de 2009).
- IFRIC 16 - “Cobertura de investimento em moeda estrangeira” (data de aplicação: 1 de Outubro de 2008).
- IFRIC 17 - “Distribuição aos accionistas de activos não monetários” (data de aplicação: 1 de Julho de 2009).
- IFRIC 18 - “Transferência de activos de clientes” (data de aplicação: 1 de Janeiro de 2009).

Da futura adopção das normas acima referidas, as quais não se encontram ainda aprovadas pela União Europeia, não se estimam alterações significativas para as demonstrações financeiras consolidadas.

### **3. Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos**

---

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

#### **3.1 Estimativas contabilísticas e premissas importantes**

O grupo efectua estimativa e premissa sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

##### **a) Estimativa de imparidade**

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade do goodwill e dos outros activos, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.6. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 23).

##### **b) Impostos sobre o Rendimento**

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em diversas jurisdições. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre rendimento numa base global. Há inúmeras transacções e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o

curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final dessas inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

##### **c) Benefícios de pensões**

O valor presente da obrigação de pensões depende de vários factores, determinados numa base actuarial, usando várias premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido de pensões incluem a taxa de retorno esperada de longo prazo sobre os activos relevantes do plano e a taxa de desconto. As alterações nestas premissas terão impacto no valor contabilístico das obrigações de pensões.

A taxa esperada de retorno sobre os activos do plano foi determinada numa base uniforme, levando em consideração os retornos históricos de longo prazo, alocação de activos e estimativas futuras de retornos de investimentos a longo prazo.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício, a qual corresponde à taxa de juro que deveria ser usada para determinar o valor presente dos pagamentos estimados para liquidar as obrigações de pensões. Na determinação da taxa apropriada de desconto, o Grupo considera as taxas de

juro das obrigações de elevada qualidade denominadas na moeda na qual os benefícios serão pagos e com prazos de vencimento que se aproximem dos prazos da correspondente obrigação de pensões. Outras premissas chave para as obrigações de pensões são baseadas parcialmente em condições correntes de mercado. Na nota 19 apresenta-se informação adicional.

d) Encargos com Férias a Pagar

Com base nos quadros de pessoal à data de encerramento das contas, nos respectivos salários, na revisão salarial prevista e nos encargos sociais aplicáveis, o Grupo estima a verba a pagar referente a direitos a férias adquiridos até à data de encerramento das contas.

## 4. Informação por segmentos

---

### Segmento de negócio

Segmento de negócio é um componente distinguível do Grupo, comprometido em fornecer um produto ou serviço individual, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio.

O segmento de negócios é o segmento principal.

### Segmento geográfico

Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em fornecer produtos ou serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeita a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos.

O segmento geográfico é o segmento secundário.

### Reporte por segmentos

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos geográficos e de negócio do Grupo. Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são directamente atribuíveis assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos.

A 31 de Dezembro de 2008, o Grupo está organizado numa base mundial em cinco segmentos de negócio principais: (1) Porcelana, (2) Faiança), (3) Louça de Forno, (4) Cristal e Vidro Manual e (5) Imobiliário.



#### 4.1 Volume de negócios

##### 4.1.1 Informação por segmento de negócio

A repartição do volume de negócios por segmento de negócio e zonas geográficas a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é a seguinte:

##### Por segmento de negócio:

<b>31 de Dezembro de 2008</b>	<b>Porcelana</b>	<b>Faiança</b>	<b>Louça de Forno</b>	<b>Cristal/vidro manual</b>	<b>Imobiliário</b>	<b>Total</b>
Vendas brutas por segmento	33.890	2.933	7.518	15.365		59.707
Vendas entre segmentos						0
<b>Vendas</b>	<b>33.890</b>	<b>2.933</b>	<b>7.518</b>	<b>15.365</b>	<b>0</b>	<b>59.707</b>
<b>% Vendas</b>	<b>57%</b>	<b>5%</b>	<b>13%</b>	<b>26%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

<b>31 de Dezembro de 2007</b>	<b>Porcelana</b>	<b>Faiança</b>	<b>Louça de Forno</b>	<b>Cristal/vidro manual</b>	<b>Imobiliário</b>	<b>Total</b>
Vendas brutas por segmento	39.066	3.410	7.011	18.837		68.324
Vendas entre segmentos						0
<b>Vendas</b>	<b>39.066</b>	<b>3.410</b>	<b>7.011</b>	<b>18.837</b>	<b>0</b>	<b>68.324</b>
<b>% Vendas</b>	<b>57%</b>	<b>5%</b>	<b>10%</b>	<b>28%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

##### 4.1.2 Informação por zona geográfica

Os cinco segmentos de negócio do Grupo operam em três grandes áreas geográficas, apesar de serem geridos à escala mundial.

As vendas são distribuídas com base no país em que se localiza o cliente:

<b>Volume de negócios por zona geográfica:</b>	<b>31.12.2008</b>	<b>31.12.2007</b>
Portugal	32.236	39.067
Resto Europa	22.348	20.757
Outros	5.123	8.501
	<b>59.707</b>	<b>68.324</b>
<b>Total dos activos por zona geográfica:</b>	<b>31.12.2008</b>	<b>31.12.2007</b>
Portugal	106.471	114.866
Resto Europa	3.462	4.173
	<b>109.933</b>	<b>119.039</b>
<b>Total dos passivos por zona geográfica:</b>	<b>31.12.2008</b>	<b>31.12.2007</b>
Portugal	136.663	128.625
Resto Europa	1.343	915
	<b>138.006</b>	<b>129.540</b>
<b>Total dos investimentos por zona geográfica:</b>	<b>31.12.2008</b>	<b>31.12.2007</b>
Portugal	1.103	2.083
Resto Europa	39	163
	<b>1.142</b>	<b>2.246</b>
<b>Amort.Ajustamentos e Provisões</b>	<b>31.12.2008</b>	<b>31.12.2007</b>
Portugal	8.801	11.104
Resto Europa	212	169
	<b>9.013</b>	<b>11.273</b>

### Outra Informação por segmento de negócio

Os resultados por segmento de negócio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são:

31 de Dezembro de 2008							
	Porcelana	Faiança	Louça de Forno	Cristal/vidro manual	Imobiliário	Outros não imputados	Total
Lucro operacional	-2.482	-3.662	-683	-6.023	788		-12.062
Gastos financeiros líquidos (Nota 25)	-2.969	-310	-504	-1.500	-1.429		-6.712
Quota-parte do lucro de associadas (Nota 8)							
<b>Lucro antes de imposto sobre o rendimento</b>	<b>-5.451</b>	<b>-3.972</b>	<b>-1.187</b>	<b>-7.523</b>	<b>-641</b>	<b>0</b>	<b>-18.774</b>
Imposto sobre o rendimento						377	377
Interesses minoritários						-3	-3
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-5.451</b>	<b>-3.972</b>	<b>-1.187</b>	<b>-7.523</b>	<b>-641</b>	<b>-3</b>	<b>-18.400</b>

31 de Dezembro de 2007							
	Porcelana	Faiança	Louça de Forno	Cristal/vidro manual	Imobiliário	Outros não imputados	Total
Lucro operacional	1.363	-2.057	-642	-2.265	-3.475		-7.077
Gastos financeiros líquidos (Nota 25)	-1.931	-123	-326	-885	-1.273		-4.538
Quota-parte do lucro de associadas (Nota 8)							
<b>Lucro antes de imposto sobre o rendimento</b>	<b>-568</b>	<b>-2.180</b>	<b>-968</b>	<b>-3.150</b>	<b>-4.748</b>	<b>0</b>	<b>-11.615</b>
Imposto sobre o rendimento						-752	-752
Interesses minoritários							0
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-568</b>	<b>-2.180</b>	<b>-968</b>	<b>-3.150</b>	<b>-4.748</b>	<b>0</b>	<b>-12.367</b>

Outros elementos por segmento de negócio (gastos não caixa) são os seguintes:

31 de Dezembro de 2008						
	Porcelana	Faiança	Louça de Forno	Cristal/vidro manual	Imobiliário	Total
Investimentos	933	22	86	101		1.142
Depreciações	4.322	230	664	2.212	97	7.525
Amortizações	25			5		30
Ajustamentos	806	156	59	266	63	1.350
Provisões	1.426	125	314	651	0	2.516

31 de Dezembro de 2007

	Porcelana	Faiança	Louça de Forno	Cristal/vidro manual	Imobiliário	Total
Investimentos	1.426	14	342	407	57	2.246
Depreciações	4.945	316	842	1.498	32	7.633
Amortizações	32	0	0	6		38
Ajustamentos	1.807	217	350	823		3.197
Provisões	111	9	20	67	199	406

As transferências ou transacções entre segmentos são realizadas nos termos comerciais normais e nas condições aplicáveis a terceiros independentes.

Os activos, passivos e investimentos dos segmentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 são:

31 de Dezembro de 2008

	Porcelana	Faiança	Louça de Forno	Cristal/vidro manual	Imobiliário	Outros não imputados	Total
Activos	47.713	6.290	11.026	20.618	18.252		103.899
Invest.Financeiros						272	272
Imp. Dif.Activos						5.762	5.762
<b>Total activos</b>	<b>47.713</b>	<b>6.290</b>	<b>11.026</b>	<b>20.618</b>	<b>18.252</b>	<b>6.033</b>	<b>109.932</b>
Passivos							
Operacionais	12.249	2.143	2.772	7.891	1.244		26.299
Outros Passivos						111.707	111.707
<b>Total passivos</b>	<b>12.249</b>	<b>2.143</b>	<b>2.772</b>	<b>7.891</b>	<b>1.244</b>	<b>111.707</b>	<b>138.006</b>
<b>Investimentos</b>	<b>933</b>	<b>22</b>	<b>86</b>	<b>101</b>			<b>1.142</b>

31 de Dezembro de 2007

	Porcelana	Faiança	Louça de Forno	Cristal/vidro manual	Imobiliário	Outros não imputados	Total
Activos	52.597	8.119	11.289	23.471	18.075		113.551
Invest.Financeiros						266	266
Imp. Dif.Activos						5.222	5.222
<b>Total activos</b>	<b>52.597</b>	<b>8.119</b>	<b>11.289</b>	<b>23.471</b>	<b>18.075</b>	<b>5.488</b>	<b>119.039</b>
Passivos							
Operacionais	15.696	1.998	3.155	9.012	1.138		30.999
Outros Passivos						98.541	98.541
<b>Total passivos</b>	<b>15.696</b>	<b>1.998</b>	<b>3.155</b>	<b>9.012</b>	<b>1.138</b>	<b>98.541</b>	<b>129.540</b>
<b>Investimentos</b>	<b>1.426</b>	<b>14</b>	<b>342</b>	<b>407</b>	<b>57</b>		<b>2.246</b>

Os activos dos segmentos incluem, principalmente, activos fixos tangíveis, activos intangíveis, existências, contas a receber e disponibilidades. São excluídos impostos diferidos e investimentos financeiros. Os passivos dos segmentos correspondem a passivos operacionais. Excluem elementos como impostos e

empréstimos. Os investimentos compreendem adições aos activos fixos tangíveis (Nota 6), incluindo adições resultantes de aquisições através de concentrações empresariais.

## Notas ao Balanço Consolidado

### 5-Instrumentos Financeiros

Nos balanços consolidados às datas de 31 de Dezembro de 2008 e 2007 estão incluídos os seguintes instrumentos financeiros:

#### Activos Financeiros:

	Nota	Emprest. e contas a Receber	Activos Disponíveis para Vendas	Sub-Total	Activos não Abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>31 de Dezembro de 2008</b>						
<b>Activos não correntes</b>						
Investimentos Financeiros	10		272	272		272
<b>Activos correntes</b>						
Clientes e Acrésc.de proveitos	13	9.329		9.329	1.115	10.444
Devedores e Despesas antecipadas	13	316		316	294	610
Caixa e disponibilidades	14	328		328		328
<b>TOTAL</b>		<b>9.973</b>	<b>272</b>	<b>10.245</b>	<b>1.409</b>	<b>11.653</b>
<b>31 de Dezembro de 2007</b>						
<b>Activos não correntes</b>						
Investimentos Financeiros	10		266	266		266
<b>Activos correntes</b>						
Clientes e Acrésc.de proveitos	13	12.362		12.362	968	13.330
Devedores e Despesas antecipadas	13	435		435	351	786
Caixa e disponibilidades	14	239		239		239
<b>TOTAL</b>		<b>13.036</b>	<b>266</b>	<b>13.302</b>	<b>1.319</b>	<b>14.621</b>

## Passivos Financeiros:

	Nota	Outros Passivos Financeiros	Sub-Total	Activos não Abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>31 de Dezembro de 2008</b>					
<b>Passivos não correntes</b>					
Empréstimos bancários	17	74.954	74.954		74.954
Credores e acréscimo de custos	18	733	733		733
<b>Passivos correntes</b>					
Empréstimos bancários	17	24.620	24.620		24.620
Fornecedores	18	10.597	10.597		10.597
Credores e acréscimo de custos	18	5.091	5.091	5.090	10.181
Proveitos Diferidos			0	226	226
<b>31 de Dezembro de 2007</b>					
<b>Passivos não correntes</b>					
Empréstimos bancários	17	76.188	76.188		76.188
Credores e acréscimo de custos	18	1.167	1.167		1.167
<b>Passivos correntes</b>					
Empréstimos bancários	17	14.153	14.153		14.153
Fornecedores	18	12.797	12.797		12.797
Credores e acréscimo de custos	18	5.568	5.568	5.449	11.017
Proveitos Diferidos			0	373	373

## 6.

## Activos fixos tangíveis

	Terrenos e edifícios	Equip transp e Equip. Básico Ferra.Utens.	Eq. Administ	Outras imobiliz.	Imob.curso	Total
<b>Exercício de 2007</b>						
Valor líquido inicial	40.044	10.509	1.482	477	3.889	56.401
Reavaliações ( ajuste justo valor )	2.278				-29	2.249
Adições	106	1.805	198	5	132	2.246
Alienações e abates valor líquido	-2.059	-24	-267	-29	-47	-2.426
Transferências( curso 2006)	11	865	164		-1.040	0
Depreciação exercício(4.1.2)	-2.574	-4.485	-454	-120		-7.633
<b>Valor líquido final</b>	<b>37.806</b>	<b>8.669</b>	<b>1.123</b>	<b>332</b>	<b>2.905</b>	<b>50.836</b>

	Terrenos e edifícios	Equip transp e Equip. Básico Ferra.Utens.	Eq. Administ	Outras imobiliz.	Imob.curso	Total
<b>Exercício 2008</b>						
Valor líquido inicial	37.806	8.669	1.123	332	2.905	50.836
Reavaliações ( ajuste justo valor )	2.018				-40	1.979
Adições	187	730	75	30	121	1.142
Alienações e abates valor líquido	-15	-212	-32			-258
Transferências( curso 2007)	62	68	61		-190	0
Depreciação exercício(4.1.2)	-3.485	-3.527	-422	-91		-7.525
<b>Valor líquido final</b>	<b>36.574</b>	<b>5.727</b>	<b>805</b>	<b>271</b>	<b>2.796</b>	<b>46.174</b>

O  
valor  
das  
amo  
rtiza

ções acumuladas dos activos fixos tangíveis nos exercícios de 2008 e 2007 é respectivamente de 114.405m€ e 113.446m€.

#### -Métodos para avaliação do valor reavaliado dos activos fixos tangíveis

O cálculo do valor de reavaliação dos activos fixos tangíveis é feito com base em avaliações efectuadas no final de cada exercício, por avaliadores independentes profissionalmente qualificados. Os activos reavaliados, correspondem às unidades fabris e compreendem terrenos e edifícios.

Na determinação do justo valor das unidades fabris, foram utilizados dois métodos de avaliação, o método de reposição e o método do rendimento.

Através do método de reposição, admite-se a venda em bloco, por valores idênticos aos praticados para bens com localização e características semelhantes em mercado livre e informado, mas efectuando uma correcção de valores devido ao estado de usado do bem.

Pelo método do rendimento procede-se à análise da renda potencial caso se colocasse a propriedade no mercado de arrendamento, dentro de parâmetros médios, usualmente capitalizando o rendimento assim obtido, normalmente líquido de despesas de conservação e manutenção adequadas ao tipo de mercado e bem em causa.

O valor adoptado resulta da média dos valores obtidos pelos dois métodos utilizados.

Se os terrenos e edifícios fossem apresentados ao custo histórico, os valores de balanço seriam:

	<b>31-12-2008</b>	<b>31-12-2007</b>
Custo Histórico	31.855	30.000
Depreciação Acumulada	-20.616	-16.593
<b>Valor Líquido</b>	<b>11.239</b>	<b>13.407</b>

As rubricas de equipamento básico, transporte e administrativo, incluem os seguintes valores de locações financeiras:

Rubricas	31-12-2008		31-12-2007	
	Valor do contrato	Amortizações acumuladas	Valor do contrato	Amortizações acumuladas
Equipamento básico	1.852	1.688	1.852	1.445
Equipamento de transporte	28	28	28	28
Equipamento administrativo	132	132	132	132
Totais	2.012	1.848	2.012	1.605

O valor global com responsabilidades de juros vencidos referentes aos contratos de locação financeira totaliza 43m€.

## 7.

## Activos fixos intangíveis

	Goodwill	Propriid. Industrial	Trespasse	Imob. curso	Total
<b>Exercício de 2007</b>					
Valor líquido inicial	7.647	732	947	0	9.326
Eliminação goodwill VA Alemanha	-327				-327
Imparidade	-825				-825
Adições					0
Alienações e abates valor líquido		-604			-604
Transferências					0
Amortização do exercício (Nota 4.1.2)		-38			-38
<b>Valor líquido final</b>	<b>6.496</b>	<b>90</b>	<b>947</b>	<b>0</b>	<b>7.534</b>
<b>Exercício de 2008</b>					
Valor líquido inicial	6.496	90	947	0	7.534
Imparidade	-1.785				-1.785
Adições				13	13
Alienações e abates valor líquido		-2			-2
Transferências					0
Amortização do exercício (Nota 4.1.2)		-30			-30
<b>Valor líquido final</b>	<b>4.711</b>	<b>58</b>	<b>947</b>	<b>13</b>	<b>5.730</b>

Os activos intangíveis que não foram objecto de amortização, são, o goodwill e o Trespasse Loja do Chiado (considerado goodwill pois trata-se de um contrato de uma loja sem vida útil), por se considerar que não existe desvalorização destes bens mas sim valorização.

O valor destes bens, é alocado à unidade geradora de fluxos de caixa do segmento de negócio correspondente para a realização dos testes de imparidade.

#### Testes de imparidade do goodwill e do trespasse

Grupo testa anualmente a imparidade no Goodwill e no trespasse da loja do Chiado (bens que não estão a sofrer amortizações), de acordo com o referido na Nota 2.6.

Para cada uma das áreas de negócio, tendo por base as expectativas de resultados futuros gerados por réditos crescentes, num horizonte de cinco anos, isto é, com perpetuidade a partir de 2013, foi utilizado o método do desconto dos respectivos cash flows (resultados antes de amortizações, provisões, ajustamentos, resultados financeiros, resultados extraordinários e imposto sobre o rendimento) tomando-se, para o desconto, uma taxa de 7,4%/ano. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios da indústria.

O goodwill distribuído pelas unidades geradoras de caixa (UGCs) do Grupo identificadas de acordo com o segmento de negócio, registou alterações relativamente ao ano anterior, devido à imparidade reconhecida em dois segmentos de negócio no exercício de 2008 (1.785 m€).

	31-12-2008	31-12-2007
VAA Espanha	252	252
VAA (ex. Roma) (a)		158
VAA (ex. Atlantis) (a)		17
VAA (ex. Cerexport) (b)	2.693	2.693
VAA (ex. FPVA/QN) (a)	1.766	1.766
VAA (ex Capoa) (b)		1.610
	<b>4.711</b>	<b>6.496</b>

(a) À data de 1 de Janeiro de 2004, o Goodwill pertencente às sociedades Atlantis Roma, Lda, Atlantis-Cristais de Alcobaça, S.A. e Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A. foi incorporado na sociedade Vista Alegre Atlantis, S.A., por fusão das respectivas sociedades.

(b) Antes de 1 de Janeiro de 2004, o Goodwill pertencente às sociedades Cerexport-Cerâmica de Exportação, S.A. e Faianças da Capôa – Indústria de Cerâmica, S.A. foi adquirido pela sociedade, actualmente denominada, Vista Alegre Atlantis, S.A. por aquisição dos respectivos negócios.

No exercício de 2008, deparamos com a imparidade dos activos dos negócios do Cristal e da Faiança, pelo que reconhecemos no exercício um valor de 1.785€ em perdas de imparidade. A perda por imparidade deve ser imputada para reduzir a quantia escriturada dos activos de cada negócio, pela ordem que consta no parágrafo 104 da IAS 36, razão pela qual foi reduzido o valor do Goodwill no exercício em causa:

GOODWILL	Porcelana	Faiança	Louça do Forno	Cristal/Vidro manual	Total
<b>01 de Janeiro 2008</b>	<b>2.018</b>	<b>1.610</b>	<b>2.693</b>	<b>175</b>	<b>6.496</b>
Imparidades segmentos negócio		-1.610		-175	-1.785
<b>31 de Dezembro de 2008</b>	<b>2.018</b>	<b>0</b>	<b>2.693</b>	<b>0</b>	<b>4.711</b>

Importante salientar que uma vez reconhecidas no goodwill, estas perdas por imparidade são irreversíveis. Verificou-se durante o exercício a imparidade dos negócios acima referidos, não tendo no entanto existido qualquer alteração da agregação dos activos em relação à estimativa feita anteriormente, Dezembro de 2007.

#### Acontecimentos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade:

A não realização da reestruturação económica, como prevista nos exercícios de 2005/2006, conduziu à degradação dos negócios da Faiança e do Cristal/Vidro Manual e, conseqüentemente, à ocorrência de perdas por imparidade nestes negócios. (ver nota 23)

A decomposição do Goodwill por segmento, à data de 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é a seguinte:

Dezembro 2008	Porcelana	Faiança	Louça do Forno	Cristal/Vidro manual	Total
Portugal	1.766	0	2.693	0	4.459
Resto da Europa	252				252
	<b>2.018</b>	<b>0</b>	<b>2.693</b>	<b>0</b>	<b>4.711</b>

Dezembro 2007	Porcelana	Faiança	Louça do Forno	Cristal/Vidro manual	Total
Portugal	1.766	1.610	2.693	175	6.244
Resto da Europa	252				252
	<b>2.018</b>	<b>1.610</b>	<b>2.693</b>	<b>175</b>	<b>6.496</b>

## 8. Locação operacional e financeira

Os contratos de locação operacional celebrados pelo Grupo não têm expressão significativa e referem-se exclusivamente a viaturas. As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais são reflectidos na demonstração dos resultados pelo método linear, pelo período da locação.

O grupo aluga diversas viaturas, através de contratos de locação não revogáveis. Os contratos possuem diversos prazos, cláusulas de reajustamento e direitos de renovação. O grupo mantém contratos de Aluguer de Longa Duração (“Renting”) considerados como locação operacional cujo valor das rendas se distribui como se segue:



	31-12-2008	31-12-2007
Inferior a 1 ano	293	251
Entre 1 e 5 anos	399	502
	<b>692</b>	<b>753</b>

Pagamentos reconhecidos como gastos do período:

	31-12-2008	31-12-2007
Pagamentos de Locação	301	262
	<b>301</b>	<b>262</b>

As locações são classificadas como financeiras quando se transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um activo.

Os valores dos activos adquiridos por locação financeira (já evidenciados na nota 6) são os abaixo discriminados:

Rúbrica	31-12-2008		31-12-2007	
	Valor do contrato	Amortizações acumuladas	Valor do contrato	Amortizações acumuladas
Equip.básico	1.852	1.688	1.852	1.445
Equip.transporte	28	28	28	28
Equip.administrativo	132	132	132	132
<b>Total</b>	<b>2.012</b>	<b>1.848</b>	<b>2.012</b>	<b>1.605</b>

Maturidade dos contratos de locação financeira, em milhares de euros:

Contrato	Entidade	Não mais de 1 ano	Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	Total
200306357	BCP	5	3	8
200206952	BCP	54	106	160
200206947	BCP	88	186	274
400003308	BCP	60	209	269
400003309	BCP	51	180	231
1066952	BESL	140	21	161
1068094	BESL	17	3	20
2021583	BESL	67	26	92
<b>TOTAL</b>		<b>482</b>	<b>733</b>	<b>1.216</b>

Valor presente dos contratos de locação financeiro, em milhares de euros:

Contrato	Entidade	Valor em dívida a 31-12-2008	Valor Presente em 31-12-2008
200306357	BCP	8	7
200206952	BCP	160	155
200206947	BCP	274	267
400003308	BCP	269	251
400003309	BCP	231	216
1066952	BESL	161	157
1068094	BESL	20	19
2021583	BESL	92	90
<b>TOTAL</b>		<b>1.216</b>	<b>1.164</b>

## 9. Propriedades de Investimento

Trata-se de imóveis (terrenos e edifícios) não utilizados no decurso ordinário dos negócios do grupo, estando, no seu estado actual ou após processo de valorização, destinados a venda. Entretanto, uma parte destes imóveis é geradora de rendas pelo que os mesmos, tendo em conta a actividade do Grupo, podem ser considerados *Propriedades de Investimento*.

O modelo aplicado para o cálculo do valor das propriedades de investimento é o justo valor, com o respectivo reflexo nos passivos por impostos diferidos.

Anualmente e para todos os imóveis do Grupo, são feitas avaliações por avaliadores externos independentes com qualificação profissional reconhecida.

Na determinação do justo valor dos imóveis e no que concerne a terrenos e edifícios, esses avaliadores externos independentes utilizaram dois métodos de avaliação: o método de reposição e o método do rendimento.

Através do **método de reposição**, admitiram a venda em bloco, por valores idênticos aos praticados para bens com localização e características semelhantes em mercado livre e informado, mas efectuando uma correcção de valores devido ao estado de uso do bem.

Pelo **método do rendimento** procederam à análise da renda potencial caso se colocasse a propriedade no mercado de arrendamento, dentro de parâmetros médios, usualmente, capitalizando o rendimento assim obtido, normalmente líquido de despesas de conservação e manutenção adequadas ao tipo de mercado e bem em causa.

O valor adoptado resulta da média dos valores obtidos pelos dois métodos utilizados.

Para o cálculo do justo valor de prédios para arrendar, ou arrendados, utilizaram o método comparativo e o método do rendimento.

O Método Comparativo, é utilizado para determinação do Presumível Valor Venal na situação do bem devoluto, este método consiste em aplicar às áreas determinados índices unitários, calculados a partir do conhecimento de valores praticados em transacções de imóveis idênticos, levando em consideração os aspectos específicos dos bens, a sua integração no meio local, e as tendências do mercado.

No método de rendimento, (acima explicado), determinaram a renda anual bruta deduzida dos presumíveis custos de manutenção/conservação.

Considerando a renda líquida e aplicando uma taxa adequada, obtemos o valor de rendimento.

De acordo com os mesmos avaliadores, é usual admitir-se que o Valor Actual correspondente se identifique com o resultante da semi-soma entre o valor do imóvel supostamente devoluto e o valor ocupado (resultante da rentabilização das rendas). ( $V_{\text{actual}} = (V_{\text{dev}} + V_{\text{rend}}) \div 2$ ).

As quantias reconhecidas nos resultados para os exercícios de 2008 e 2007, referentes a rendimentos de propriedades de investimento e gastos operacionais, foram os seguintes, em milhares de euros:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Rendas dos imóveis	200	189
Manutenção/Conservação	-5	-7

#### Reconciliação das quantias escrituradas em propriedades de investimento:

<b>Propriedade Investimento Dez06</b>	<b>20.206</b>
Alienações ano 2007	-365
Variação Justo Valor	-1.768
<b>Propriedade Investimento Dez07</b>	<b>18.073</b>
Terrenos transferidos P.Investimento	403
Abate de terrenos CMI	-186
Variação Justo Valor	-38
<b>Propriedade Investimento Dez08</b>	<b>18.252</b>

## 10. Investimentos financeiros

A rubrica Investimentos Financeiros é constituída por pequenos investimentos em empresas que não são consideradas empresas associadas, tendo sido classificadas como activos financeiros disponíveis para venda.

A composição da rubrica de investimentos financeiros é a seguinte:

<u>Investimentos financeiros</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Duofil Lda	249	249
Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro	6	6
Lusitânia Gás SA	7	7
VA Renting	5	
ROL	2	2
Outras participações	2	2
	<u>272</u>	<u>266</u>

É de salientar que, em relação à participação mais relevante, se estima recuperar integralmente o valor por que se encontram registada:

- Duofil (249m€) – Esta participação representa uma pequena percentagem do capital social está disponível para venda, estimando-se que aquele valor será integralmente recuperável.

## 11. Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos decompõem-se como segue:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Impostos diferidos activos:		
- Imposto diferido activo recuperável a mais de 12 meses	5.762	5.222
	<u>5.762</u>	<u>5.222</u>
Impostos diferidos passivos:		
- Imposto diferido passivo revertível a mais de 12 meses	9.725	8.201
	<u>9.725</u>	<u>8.201</u>

Os movimentos brutos nos impostos diferidos activos durante o ano foram os seguintes:

<b>Activos por impostos diferidos</b>	<b>31-12-2008</b>	<b>31-12-2007</b>
Saldo início do ano	5.222	7.088
Impacto da variação das provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	501	-876
Impacto por variação de reporte fiscal em Espanha	31	
Impacto por conversão IFRS	8	-990
<b>Saldo final do ano</b>	<b>5.762</b>	<b>5.222</b>

Os movimentos brutos nos impostos diferidos passivos durante o ano foram os seguintes:

<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>31-12-2008</b>	<b>31-12-2007</b>
Saldo início do ano	8.201	9.385
Impacto por variação de amortizações potenciais não aceites (reavaliações)	-92	-597
Impacto por acertos de justo valor em edificios	-68	
Impacto por aplicação de impostos diferidos nas mais valias fiscais potenciais de todos os terrenos	1.678	881
Impacto por conversão IFRS	6	-1.468
<b>Saldo final do ano</b>	<b>9.725</b>	<b>8.201</b>

Os movimentos nos impostos diferidos activos e passivos durante o ano, tendo em conta as suas respectivas naturezas, são os seguintes:

<b>Impostos diferidos activos:</b>	<b>Provisões e Ajust/os.não aceites como custo fiscal</b>	<b>Reporte de Prejuízos (1)</b>	<b>Total</b>
Em 1 de Janeiro de 2007	5.719	1.369	7.088
Creditado (debitado) na demonstração de resultados	-876		-876
Movimentação rubrica de capital próprio	-990		-990
<b>Em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>3.853</b>	<b>1.369</b>	<b>5.222</b>
Creditado (debitado) na demonstração de resultados	509	31	540
Movimentação rubrica de capital próprio			0
<b>Em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>4.362</b>	<b>1.400</b>	<b>5.762</b>

<b>Impostos diferidos passivos</b>	<b>Por amortizações não aceites como custo fiscal</b>	<b>Por mais valias potenciais em terrenos</b>	<b>Total</b>
Em 1 de Janeiro de 2007	8.819	566	9.385
Creditado (debitado) na demonstração de resultados	-271		-271
Movimentação rubrica de capital próprio	-1.794	881	-913
<b>Em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>6.754</b>	<b>1.447</b>	<b>8.201</b>
Creditado (debitado) na demonstração de resultados	-86		-86
Movimentação rubrica de capital próprio	-68	1.678	1.610
<b>Em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>6.600</b>	<b>3.125</b>	<b>9.725</b>

(1) Reporte fiscal que originou Activos por Impostos Diferidos

Ano de origem	Prejuízo fiscal	Ano limite de utilização						Total
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	
2002	768	768						768
2003	1.464		1.464					1.464
2004	972			972				972
2005	1.349				1.349			1.349
2006	12					12		12
2008	102						102	102
	<b>4.667</b>	<b>768</b>	<b>1.464</b>	<b>972</b>	<b>1.349</b>	<b>12</b>	<b>102</b>	<b>4.667</b>

(1) Este reporte fiscal respeita unicamente à nossa participada VA – Vista Alegre España, SA a qual, em 2007, para cobertura de lucro fiscal anual de 713 mil euros, utilizou reporte fiscal de 1994, 1995 e parte de 1996, reportes estes não considerados para efeitos de mensuração de activos por impostos diferidos. Nestas mesmas condições (reporte fiscal não considerado para efeitos de activos por impostos diferidos), a VA Espanha tem ainda 206 mil euros de 1996 e 1997.

## 12.

## Existências

	31-12-2008			31-12-2007		
	Activo Bruto	Ajustamentos	Activo Liquido	Activo Bruto	Ajustamentos	Activo Liquido
Mercadorias	1.590	-410	1.180	2.061	-531	1.530
Matérias-Primas	3.641	-1.170	2.471	3.957	-1.153	2.804
Produtos em curso de fabrico	631		631	545		545
Produtos acabados	23.347	-5.545	17.802	23.492	-5.877	17.615
	<b>29.209</b>	<b>-7.125</b>	<b>22.084</b>	<b>30.056</b>	<b>-7.560</b>	<b>22.496</b>

O custo das existências vendidas e matérias consumidas reconhecido na demonstração dos resultados, em 2008 e 2007, totalizou 16.564 e 19.616 milhares de euros, respectivamente.

As existências encontram-se valorizadas de acordo com o enunciado na nota 2.7.

### Movimentos ocorridos nos ajustamentos de existências

(ver nota 23)	
Saldo dos ajustamentos em 01-01-2008	7.560
Reforço	893
Reversões de ajustamentos	-1.328
<b>Saldo dos ajustamentos em 31-12-2008</b>	<b>7.125</b>

Os valores de reforço e reversão de ajustamentos, estão reconhecidos na demonstração de resultados respectivamente nas rubricas de ajustamentos e proveitos operacionais.

## 13.

## Clientes e Acréscimos de proveitos

## Devedores e Despesas antecipadas

	31-12-2008	31-12-2007
Clientes e acréscimos de proveitos	10.444	13.330
Devedores e despesas antecipadas	610	786
	<b>11.053</b>	<b>14.116</b>

	31-12-2008	31-12-2007
Contas a receber de clientes e outros devedores	17.191	27.671
Menos: ajustamentos de contas a receber	-6.440	-13.915
Contas a receber de clientes e outros devedores-líquido	10.751	13.756
Pagamentos antecipados	294	351
Contas a receber de partes relacionadas	8	8
	<b>11.053</b>	<b>14.116</b>

<b>Devedores e despesas antecipadas</b>	31-12-2008	31-12-2007
Adiantamentos de fornecedores	25	55
Cauções diversas	19	19
Adiantamentos s/Remunerações	19	3
Associadas	8	8
Custos diferidos	294	351
Outros devedores	246	350
	<b>610</b>	<b>786</b>

**Movimento dos ajustamentos de dívidas a receber no exercício**  
(ver nota 23)

<b>Saldo dos ajustamentos em 01-01-2008</b>	<b>13.915</b>
Reforço	454
Utilização do ajustamento da criado em 2007, para anulação da dívida da VA Alemanha( VA Alemanha saiu do perímetro de consolidação por ter sido desactivada em 2007)	-6.309
Utilização directa da provisão	-45
Reversão de ajustamentos de dívidas de terceiros	-1.575
<b>Saldo dos ajustamentos em 31-12-2008</b>	<b>6.440</b>

O montante reconhecido no período por perdas de imparidade de contas a receber 454m€, (incluído na demonstração de resultados na rubrica de ajustamentos) refere-se a contas a receber resultantes da actividade normal do Grupo.

Os 6.309€ são referentes a utilização de ajustamentos criados em exercícios anteriores referente à VA Alemanha, pois com a saída desta empresa do perímetro de consolidação estes valores foram transferidos para ajustamentos de dívidas a receber em 2007 e este ano foi utilizado o valor para anulação da dívida da VAGMBH.

A reversão de ajustamentos de dívidas a receber, refere-se a contas a receber resultantes da actividade normal do Grupo, e estão incluídas na demonstração de resultados em outros proveitos e ganhos operacionais.

## 14.

## Caixa e seus equivalentes

	31-12-2008	31-12-2007
Depósitos à ordem	321	232
Caixa	7	7
	<b>328</b>	<b>239</b>

## 15.

## Capital

## Acções próprias

## Prémios de emissão de acções

O número total autorizado de acções ordinárias é de 145.039.990 acções escriturais com valor nominal de € 0,20 por acção. Todas as acções emitidas se encontram realizadas.

	Nº de acções (milhares)	Acções ordinárias VN	Acções ordinárias Prémio	Acções próprias VN	Acções próprias Prémio	Total
Em 31 de Dezembro de 2005	53.955	53.955	19.258	-1	-1	73.211
Em 31 de Dezembro de 2007/2008	145.040	29.008	0	-1	-1	29.006

No final do exercício de 2008, a Sociedade mantinha em carteira 1.100 acções próprias, valorizadas ao preço de € 0,20 euros cada. O prémio pago foi de 1,685 euros por acção. O montante total pago para aquisição das acções, foi de 1.854 euros e foi deduzido ao capital próprio.

## 16.

## Reservas e resultados transitados

O movimento ocorrido nas rubricas de reservas e resultados foi o seguinte:

	Resultados Anos Anteriores	Reavaliação de terrenos e edifícios	Outras Reservas	Total
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2007</b>	<b>-88.433</b>	<b>37.042</b>		<b>-51.391</b>
Resultado ano anterior	-14.878			-14.878
Ajuste Goodwill saída da VA Alemanha do Perimetro	-326			-326
Reavaliação de terrenos e edificios e prop.investim.		1.439		1.439
Acréscimo de mais valias fiscais potenciais em terrenos para venda			-881	-881
Outras	614			614
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>-103.022</b>	<b>38.481</b>	<b>-881</b>	<b>-65.422</b>
Resultado ano anterior	-12.367			-12.367
Impacto Imp.Diferidos mais valias fiscais terrenos e Edifícios		1.610		1.610
Outras	-786			-786
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>-116.175</b>	<b>40.091</b>	<b>-881</b>	<b>-76.965</b>

## 17.

## Empréstimos e descobertos bancários

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, os empréstimos e os descobertos bancários, Tinham a seguinte expressão:

	31-12-2008	31-12-2007
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	70.500	70.900
Outros empréstimos	4.454	5.288
	<u>74.954</u>	<u>76.188</u>
Passivo corrente		
Descobertos bancários	2.498	2.000
Empréstimos bancários	20.773	11.159
Outros empréstimos	1.349	994
	<u>24.620</u>	<u>14.153</u>
	<u><b>99.574</b></u>	<u><b>90.341</b></u>

Os subsídios reembolsáveis, incluídos em outros empréstimos, resultam de contratos de projectos de investimento financiados por fundos comunitários e nacionais. O valor está repartido por várias empresas do Grupo tendo vários prazos de reembolso previstos.

Em milhares de euros, os empréstimos obtidos, e não amortizados até 31 de Dezembro de 2008, apresentavam os seguintes prazos de reembolso e taxas de juro:

Inst. Crédito	Taxa de juro em 31-12-2008	Total	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BBPI	Eur 6m+1,5%	29.732	3.816	1.808	2.128	2.091	1.331	2.021	16.537
BBPI	Eur 6m+0,75%	495	495	0	0	0	0	0	0
BCP	Eur 6m+1,5%	23.350	4.178	1.534	1.807	1.775	1.130	1.715	11.211
BCP	Eur 6m+0,75%	1.003	1.003	0	0	0	0	0	0
BES	Eur 6m+1,5%	7.022	3.206	235	277	272	173	263	2.597
BESI	Eur 6m+1,5%	3.197	1.458	106	124	122	78	118	1.191
CGD	Eur 6m+1,5%	24.112	4.254	1.423	1.675	1.646	1.048	1.591	12.476
CGD	Eur 6m+0,75%	1.000	1.000	0	0	0	0	0	0
ITAU	Lib 6m+1,5%	264	264	0	0	0	0	0	0
Santander	Eur 6m+1,5%	3.437	3.437	0	0	0	0	0	0
API IAPMEI	Eur 6m	3.440	306	525	603	654	658	693	0
API PRIME	0%	2.363	1.043	1.320	0	0	0	0	0
BILBÃO		159	159	0	0	0	0	0	0
<b>Total Geral</b>		<b>99.574</b>	<b>24.620</b>	<b>6.950</b>	<b>6.614</b>	<b>6.559</b>	<b>4.417</b>	<b>6.401</b>	<b>44.012</b>

A decomposição, por moedas, dos saldos dos empréstimos e descobertos bancários é a seguinte:

	31-12-2008	31-12-2007
Euros	99.326	89.983
USD	248	358
	<u><b>99.574</b></u>	<u><b>90.341</b></u>



Os encargos financeiros relacionados com os empréstimos obtidos, são reconhecidos pela empresa como um gasto do período em que são incorridos.

Estão incluídos na demonstração de resultados em Resultados Financeiros:

	<b>31-12-2008</b>	<b>31-12-2007</b>
Juros com empréstimos e descobertos bancários	6.454	3.723

### Cedência de créditos

No final do ano os empréstimos bancários e descobertos estavam em negociação e em data posterior, os mesmos foram cedidos conforme abaixo se discrimina:

**-O Banco BPI, SA**, no passado dia 20/2/2009, cedeu todos os créditos que detinha sobre o Grupo VAA em favor da VISABEIRA INDÚSTRIA-SGPS, SA, com exceção dos créditos com características de prestações suplementares que, por sua vez, foram cedidos em favor da CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA;

**-O Banco Espírito Santo, SA** e o Banco Espírito Santo de Investimento, SA cederam, à VISABEIRA INDÚSTRIA- SGPS, SA, os créditos para eles emergentes do Contrato de Reestruturação Financeira celebrado com as sociedades do Grupo Vista Alegre Atlantis, em 3 de Fevereiro de 2006, alterado pelos primeiro e segundo aditamentos datados, respectivamente, de 21/4/2004 e 2/5/2007;

**-A Caixa Geral de Depósitos**, por contrato celebrado em 6/3/2009, cedeu à VISABEIRA INDÚSTRIA- SGPS, SA os créditos de que era titular, na mencionada data, mantendo na sua titularidade os créditos resultantes das utilizações da tranche G3 ocorridas em 2008, bem como os créditos que, da mesma tranche, tenham lugar no futuro. Por contrato da mesma data, cedeu à CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA os créditos de que era titular emergentes de prestações suplementares;

**-O Banco Comercial Português, SA**, por contrato celebrado em 27/3/2009, cedeu à VISABEIRA INDÚSTRIA – SGPS, SA os créditos de que era titular, emergentes do Contrato de Reestruturação Financeira celebrado em 3/2/2006, tendo exceptuado: as prestações adicionais, que cedeu à CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA; a Tranche G3, as garantias bancárias emitidas a favor da AICEP e a linha de desconto de letras de câmbio regulada na Tranche E. O BCP manteve a hipoteca genérica, constituída em 22/7/2003 e ampliada em 9/3/2004, sobre o edifício denominado Quinta Nova.

### Risco Financeiro:

Tendo em conta a dívida bancária e as respectivas condições da mesma, podemos considerar que o acréscimo de 1% (por exemplo de 4% para 5%) no indexante da taxa de juro (no nosso caso a Euribor 6 meses) provocaria os efeitos seguintes:

	2008	2007
Efeito nos custos financeiros (10 <sup>3</sup> €).....	975	874
Efeito/Vendas e prestações de serviços.....	1,6%	1,3%

Poderemos concluir que a variação de um ponto percentual no indexante das taxas de juro provocará uma variação nos resultados antes de impostos igual a 1,6 pontos percentuais do volume de negócios.

## 18. Credores e Acréscimos de custos

### Fornecedores

	31-12-2008	31-12-2007
Passivo não corrente		
Credores e Acréscimos de custos	733	1.167
Passivo corrente		
Fornecedores	10.597	12.797
Credores e Acréscimos de custos	10.181	11.017
	<b>20.778</b>	<b>23.814</b>

A decomposição da rubrica de “Fornecedores” é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Fornecedores conta corrente	9.236	10.774
Fornecedores facturas em recepção e conferência	275	
Fornecedores títulos a pagar	1.086	2.023
	<b>10.597</b>	<b>12.797</b>

A rubrica de “Credores e Acréscimos de Custos – Passivo Corrente” decompõe-se como se segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Acréscimos de custos	5.090	5.449
Outros credores	401	387
Factoring	3.627	3.171
Fornecedores de imobilizado	985	1.695
Adiantamento de clientes	78	312
Dívidas a partes relacionadas		3
	<b>10.181</b>	<b>11.017</b>

A rubrica de “Credores e Acréscimos de Custos”, inclui os seguintes saldos relativos a dívidas de locações financeiras:

<b>(ver nota 8)</b>	<b>31-12-2008</b>	<b>31-12-2007</b>
Dívidas de locações financeiras – pagamentos mínimos:		
Até 1 ano	482	376
Mais de 1 ano e até 5 anos	733	1.150
Mais de 5 anos		17
	<b>1.216</b>	<b>1.543</b>

Os Acréscimos de custos em Dezembro de 2008 e 2007, decompõem-se da seguinte forma:

<b>Acréscimos de Custos</b>	<b>31-12-2008</b>	<b>31-12-2007</b>
Encargos com pessoal	4.028	4.048
Rappel	321	384
Juros a liquidar Pedip	0	384
Imposto municipal sobre imóveis	100	100
Comissões	247	160
Outros	393	373
	<b>5.090</b>	<b>5.449</b>

## 19. Provisões

### 19.1 Provisões para outros riscos e encargos

	Dez/08	Dez/07
<b>Saldo inicial 01 de Janeiro</b>	<b>199</b>	<b>3.912</b>
Utilização da provisão constituída em 2006 para encerramento das Lojas CA		-2.080
Transferência da provisão constituída em 2006 para a situação líquida da VA Alemanha para ajustamentos de dívidas a receber		-1.726
Utilização da provisão constituída em 2006 para processos fiscais Atlantis		-58
Provisão constituída em 2006 VA França (sucursal) saiu do perímetro de consolidação		-48
Utilização de provisão para outros riscos e encargos	-199	
Constituição de provisão para outros riscos e encargos	520	199
<b>Saldo final 31 de Dezembro</b>	<b>520</b>	<b>199</b>

### 19.2 Provisões para pensões de reforma

O Grupo tem em vigor vários planos de benefício de reforma definidos, uns a cargo do Fundo de Pensões (BPI Pensões) e outros a cargo do Grupo.

	<b>31-12-2008</b>	<b>31-12-2007</b>
<b>Passivo – Provisões para pensões de reforma:</b>		
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido <u>a cargo do Grupo</u>	-4.154	-2.471
<b>Activo – Acréscimo de proveitos:</b>		
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido <u>com fundo constituído</u> (excesso do valor do Fundo de Pensões)	1.115	968

Os valores reflectidos na demonstração dos resultados relacionados com benefícios de reforma são os seguintes:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Custos operacionais</b>	1.996	203
Plano de benefício definido a <b>cargo do Grupo e</b>		
<b>Pessoal no activo</b>		
<b>Proveitos operacionais</b>		
Plano de benefício definido <b>com fundo constituído</b>	147	441

#### Plano de benefício definido a cargo do Grupo:

A responsabilidade decorrente destes planos é assegurada directamente pelo Grupo, sendo actuarialmente estimada, à data do encerramento das contas, por uma entidade especializada (BPI Pensões). À data de 31/12/2008, a responsabilidade ascende a 4.154 m€ e encontra-se totalmente registada no Passivo na rubrica de Provisões para pensões de reforma.

Movimento ocorrido no exercício:

	31-12-2008	31-12-2007
Saldo em 1 de Janeiro	2.471	2.573
Custos com juros + ganhos/perdas actuarias	1.996	203
Reformas pagas	-313	-306
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>4.154</b>	<b>2.471</b>

#### Plano de benefício definido com fundo constituído

As responsabilidades decorrentes destes planos encontram-se cobertas por um fundo de pensões autónomo gerido por uma entidade especializada (BPI Pensões).

Valores reconhecidos no balanço:

	2007	Varição	2008
Valor presente das obrigações	-3.286	531	-2.755
Valor de mercado do fundo	4.254	-384	3.870
Activo reconhecido no balanço	<b>968</b>	<b>147</b>	<b>1.115</b>

Face ao exposto, em 2008, foi registado um ganho operacional de 147m€.

#### Cenário actual relativo a Benefícios de Reforma

O estudo actuarial realizado pelo BPI Pensões, referente a 31 de Dezembro de 2008, assenta nos seguintes pressupostos e bases teóricas:

- Taxa de desconto do fundo de 6%;
- Taxa esperada de crescimento salarial de 3%
- Taxa de crescimento das pensões de 2%;
- Tábua de mortalidade - Francesa TV 73/77;
- Tábua de Invalidez - Suíça EKV 80;
- Taxa de rotação de pessoal de 0%;
- Idade normal de reforma de 65 anos (mulheres e homens)

	Fundo de Pensões ex - Vista Alegre	Fundo de Pensões ex - Atlantis	Responsabilidade com pensões sem fundo Vista Alegre
<b>31 de Dezembro de 2007</b>			
Responsabilidades passadas (1)	2.504	783	2.471
Valor do Fundo (2)	3.557	698	
Taxa de Financiamento (2) / (1)	142%	89%	
Excesso/ (Défice) de financiamento (2) - (1)	1.053	-85	-2.471
	968		
<b>31 de Dezembro de 2008</b>			
Responsabilidades passadas (1)	2.072	683	4.154
Valor do Fundo (2)	3.278	592	
Taxa de Financiamento (2) / (1)	158%	87%	
Excesso/ (Défice) de financiamento (2) - (1)	1.206	-91	-4.154
	1.115		

## 20. Estado e Outros entes Públicos

	31-12-2008	31-12-2007
Imposto sobre o rendimento	332	527
Imposto sobre o valor acrescentado	882	1.379
Contribuições para a Segurança Social	1.082	1.067
	<b>2.295</b>	<b>2.973</b>

## Notas à Demonstração Consolidada dos Resultados

### 21. Rédito

O rédito é reconhecido de acordo com o ponto 2.15 deste anexo.

Durante o exercício de 2008 e 2007 as categorias de rédito reconhecidas nos períodos incluem rédito proveniente de:

	31-12-2008	31-12-2007
Venda de bens	59.686	68.172
Prestação de Serviços	21	152
	<b>59.707</b>	<b>68.324</b>

## 22.

## Custos com o pessoal

	31-12-2008	31-12-2007
Remunerações	23.883	24.153
Pensões	13	13
Encargos com remunerações	6.105	6.827
	<b>30.001</b>	<b>30.992</b>

Nº Médio de empregados por empresa	31-12-2008	31-12-2007
VAA Vista Alegre Atlantis SGPS		1
Vista Alegre Atlantis, SA	1.825	1.910
VA Grupo- Vista Alegre Participações, SA	1	1
VA - Vista Alegre España, SA	44	40
	<b>1.870</b>	<b>1.952</b>

## 23- Imparidades

Foram efectuados testes de imparidade para verificar se o montante pelo qual os activos estão registados, possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade registada na demonstração de resultados consolidada na rubrica Imparidade de activos não amortizáveis ou na rubrica ajustamentos.

Durante o exercício de 2008 as imparidades/ajustamentos de activos reconhecidos tiveram os seguintes movimentos:

	Goodwill	Inventários	Cientes e contas a receber	Total
<b>01 de Janeiro de 2007</b>		<b>7.121</b>	<b>6.759</b>	<b>13.880</b>
Reforço	825	913	2.283	4.021
Reversões		-474	-130	-604
Variações no perimetro de consolidação			5.003	5.003
<b>Saldo em 31 Dezembro 2007</b>	<b>825</b>	<b>7.560</b>	<b>13.915</b>	<b>22.300</b>
Reforço	1.785	893	454	3.132
Reversões		-1.328	-7.929	-9.257
<b>Saldo em 31 Dezembro 2008</b>	<b>2.610</b>	<b>7.125</b>	<b>6.440</b>	<b>16.175</b>

As explicações para estes movimentos ocorridos durante o exercício, estão nas notas 7, 12 e 13, relativas respectivamente ao Goodwill, Existências e Clientes e Contas a Receber.

## 24. Outros custos e perdas e outros proveitos e ganhos operacionais

	31-12-2008		31-12-2007	
	Custos	Proveitos	Custos	Proveitos
Custos e proveitos relativos a anos anteriores	188	70	198	367
Multas e Penalidades/Benefícios contratuais	29	39	540	17
Perdas e Ganhos c/ Imobiliz- abates/alienação	148	12	1.567	1.421
Dívidas incobráveis	1.186			
Garantias Bancárias	71		77	
Comissões s/as cobranças nas lojas ( cartões)	219		259	
Ofertas/ Amostras Existências	187		355	
Impostos	184		168	
Diferenças de cambio	155	330	94	71
Descontos pronto pagamento	49		41	
Outros custos operacionais	371		398	
Direitos de Exclusividade/Merchandising		22		93
Direitos de Propriedade Industrial		109		526
Subsídios ao investimento		140		205
Venda de aparas/resíduos, refugos e moldes		299		109
Rend.e aplicações financeiras		200		182
Juros e similares		19		78
Reversões de amort. e ajustam.		2.902		605
Redução de provisões		202		2.080
Aumento Cobertura fundo Pensões		272		441
Debitos de desenvolvimento de novos produtos e fretes		321		93
Outros proveitos operacionais		412		255
Resgate parcial de um seguro compl. Reforma		822		
	<b>2.786</b>	<b>6.171</b>	<b>3.697</b>	<b>6.542</b>

## 25. Resultados financeiros

Os prejuízos financeiros ocorridos tiveram a seguinte origem e expressão:

	31-12-2008	31-12-2007
Juros com empréstimos e descobertos bancários	6.455	3.723
Juros de obrigações		
Outros encargos financeiros	256	815
	<b>6.711</b>	<b>4.538</b>

## 26. Imposto sobre o rendimento

	31-12-2008	31-12-2007
Imposto corrente	-76	-37
Imposto diferido	453	-715
	<b>377</b>	<b>-752</b>

## 27.

## Resultado por acção

### Básico e Diluído

O resultado diluído por acção é calculado ajustando o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação para incorporar os efeitos da conversão de todas as acções ordinárias diluidoras potenciais. A empresa não possui acções ordinárias potencialmente diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias da empresa durante o ano, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias.

	31-12-2008	31-12-2007
Prejuízo atribuível aos detentores do capital	-18.400	-12.367
Número de acções ordinárias emitidas deduzido das acções próprias	145.038.890	145.038.890
Resultado básico por acção (euros por acção)	-0,127	-0,085
Resultado diluído por acção (euros por acção)	-0,127	-0,085

## Outras Notas

## 28.

## Contingências

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio.

Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

Existem diversos processos legais nomeadamente na área do trabalho os quais a serem considerados cem por cento procedentes, o que não se concede, totalizam 402 milhares de euros.

Nesta data, existem responsabilidades com futuras pensões de reforma dos actuais membros do Conselho de Administração que já reúnem as condições, estatutariamente exigidas, para virem a beneficiar dessas mesmas pensões. De acordo com as responsabilidades passadas e os critérios referidos no Relatório de Gestão, encontra-se constituída uma provisão para lhe fazer face que totaliza 1.888 milhares de euros. À data de 31/12/2008, o valor potencial desta responsabilidade, por incapacidade dos beneficiários para a função ou por decisão de gestão da Empresa, é de cerca de 4,7 milhões de euros.

O Grupo explora diversas lojas em Centros Comerciais, cujos contratos de arrendamento, além de outras cláusulas, estipulam:

- As lojas não são trespassáveis;



- Caso o inquilino proceda ao encerramento da loja, terá que proceder ao pagamento da renda até ao final do prazo do contrato. Caso se procedesse ao encerramento destas lojas em 31 de Dezembro de 2008, a responsabilidade por rendas vincendas era de 2.909 milhares de euros.

O montante das garantias e cauções prestadas é de 1.276 e 1.343 milhares de euros, em 2008 e 2007, respectivamente.

Os seguintes imóveis encontram-se hipotecados a instituições bancárias:

Imóvel	Empréstimo (valor inicial)	Garantia Máxima (hipoteca)	Valor Líquido Contabilístico	Foi també m dado em penhor : - Equipa mentos industri ais,
Nova Ima	4.150	4.150	1.850	
Urbanização	1.439	1.439	1.515	
Urbanização II	} 3.000	} 3.930	} 3.810	
Pinhais do Casal da Areia				
R. Neves Ferreira	841	841	360	
L.Barão Quintela	3.000	3.000	3.210	
Palácio	} 13.377	} 13.377	} 7.740	
Cerexport I				
Ex- Quinta Nova	11.920	7.297	5.744	
Fábrica de Porcelana da V.Alegre lhavo	} 29.295	} 16.186	} 16.200	
Fábrica da Atlantis em Alcobaça				
Fábrica Faianças da Capoa em Aveiro				
		9.048	9.400	
		3.820	3.915	

cujo valor líquido contabilístico a 31.12.2008 ascende a 1.079 milhares de euros;

-Os seguintes estabelecimentos comerciais:

- Loja VA Chiado – Largo do Chiado, 20/23 Lisboa
- Loja VA Cascais – Av.25 de Abril, 475, Cascais
- Loja VA Porto – Rua Cândido dos Reis, 6, Porto
- Loja Atlantis Braga – Praceta, Stª Bárbara, nº1-A, Braga
- Loja Atlantis Porto – Rua Eugénio de Castro, 301 Porto
- Loja Atlantis Cascais – AV. Valbom, 28-B, Cascais

- E as marcas abaixo descritas:

- Marca Vista Alegre;
- Marca Atlantis;

## 29. Compromissos

### Compromissos para investimentos

Não existiam em 31-12-2008 compromissos para investimentos contratados mas ainda não incorridos:

	31-12-2008	31-12-2007
Activos fixos tangíveis		1

Compromissos de locações operacionais – onde o Grupo é o locatário

O grupo arrenda diversas viaturas, através de contratos de locação não revogáveis. Os contratos possuem diversos prazos, cláusulas de reajustamento e direitos de renovação. À data de 31 de Dezembro de 2008, o grupo mantinha contratos de Aluguer de Longa Duração (“Renting”) considerados como locação operacional cujo valor das rendas vincendas ascendia a 692 milhares de euros.

## 30. **Gestão do Risco Financeiro**

### 30.1 **Factores do risco financeiro**

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores de riscos financeiros: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

#### a) **Risco cambial**

O Grupo opera internacionalmente e consequentemente está exposto ao risco cambial. O risco cambial surge em transacções comerciais futuras, reconhecimento de activos e passivos e investimentos líquidos em operações externas.

#### b) **Risco de crédito**

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas por grosso são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. As vendas a retalho são efectuadas em dinheiro ou cartão de crédito.

O acesso pelo Grupo a crédito é realizado com instituições financeiras credíveis. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso.

#### c) **Risco de liquidez**

A empresa contratou com os bancos credores os princípios gerais referentes à reestruturação do seu passivo bancário, contrato esse que foi disponibilizado em 3 de Fevereiro de 2006 no sistema de informação da CMVM e na própria página institucional da empresa.

Já depois de encerradas as contas de 2008, os bancos credores cederam estes créditos à VISABEIRA INDUSTRIA, SGPS, SA, empresa esta do grupo a que pertence a CERUTIL – Cerâmicas Utilitárias, SA, que conforme os nossos comunicados, detém nesta data, cerca de 40,1% do capital da VAA e têm em curso uma OPA que visa adquirir o restante.

#### d) **Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro**

Como o Grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

## 31. **Transacções com partes relacionadas**

O capital social correspondente a 62,658% dos direitos de voto da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA é detido pelo Banco Comercial Português, SA, pelo Grupo BPI (gestão discricionária) pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e pela Cerútil-Cerâmica Utilitária, SA (Grupo Visabeira), sendo que, conforme os nossos comunicados emitidos na devida ocasião, as acções detidas pela Cerútil foram adquiridas 4.053.347 acções em Bolsa, 25.020.533 acções ao Banco BPI, SA, 14.503.999 acções VAA à Caixa Geral de Depósitos, SA e

14.610.724 acções VAA ao Banco Comercial Português, SA passando, assim, a ser detentora do total das 58.188,603 acções representativas do capital social desta Sociedade:

As entidades que, actualmente, detêm uma **participação qualificada** no grupo são:

Accionistas	Quantid de acções	% de capital	% de direitos de voto
Banco Comercial Português, SA	14.386.271	9,919%	9,919%
Grupo BPI (Entidades Geridas):	3.803.540	2,622%	2,622%
Fundos da BPI Gestão de Activos, SA	2.153.721	1,485%	1,485%
Fundos da BPI Pensões, SA	29.199	0,020%	0,020%
Fundo Frie Inter-Risco	1.620.620	1,117%	1,117%
CERÚTIL-Cerâmica Utilitária, SA	58.188.603	40,119%	40,119%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	14.386.269	9,919%	9,919%
<b>Totais</b>	<b>90.764.683</b>	<b>62,579%</b>	<b>62,580%</b>

Informação respeitante a acções detidas pelos membros dos órgãos sociais em 31/12/2008

#### Acções detidas pelos membros dos órgãos sociais

Nome	Cargo	Acções detidas		
		Próprio	Conjuge	Total
Eng Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcelos e Sousa	PCA	904.308		904.308
Drª Maria da Luz Azevedo Coutinho Vasconcellos e Souza	Vogal CA	44.307		44.307

Foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

#### Remuneração dos Órgãos Sociais

	31-12-2008	31-12-2007
Salários e outros benefícios de curto prazo da Administração	657	671
Pensões de reforma pagas a antigos administradores	231	225
Salários e outros benefícios do Conselho Fiscal	0	0
Salários e outros benefícios da Mesa da Assembleia Geral	0	0
	<b>888</b>	<b>896</b>

#### efícios Órgãos Sociais

Nos termos do artigo vigésimo quarto do Estatuto das Sociedades: “ Os membros do Conselho de Administração que, seguida ou interpoladamente, tenham exercido funções na sociedade ou em empresas do grupo, durante pelo menos 10 anos, no decurso dos quais tenham desempenhado pelo menos três mandatos como Administradores, terão direito a uma pensão de reforma equivalente a três por cento (3%) por cada ano de serviço, calculada na base média dos proveitos auferidos nos últimos três anos, não podendo em caso algum a pensão exceder a última remuneração anual.”

Nesta data, existem responsabilidades com futuras pensões de reforma dos actuais membros do Conselho de Administração que já reúnem as condições, estatutariamente exigidas, para virem a beneficiar dessas mesmas pensões. De acordo com as responsabilidades passadas e os critérios referidos no Relatório de Gestão, encontra-se constituída uma provisão para lhe fazer face que totaliza 1.888 milhares de euros. À data de 31/12/2008, o valor potencial desta responsabilidade, por incapacidade dos beneficiários para a função ou por decisão de gestão da Empresa, é de cerca de 4,7 milhões de euros.

Os saldos em aberto à data de 31 de Dezembro de 2008, com as partes relacionadas são quase exclusivamente provenientes de financiamentos obtidos dos Grupos BPI, CGD e BCP, as transacções, não têm expressão relevante, como podemos verificar nos quadros abaixo ([ver nota 17 ponto Cedência de Créditos](#)):

Os saldos activos e passivos de partes relacionadas, são os seguintes:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Saldos activos</b>		
Grupo BPI - Depósitos à ordem	3	109
Grupo CGD - Depósitos à ordem	53	2
Grupo BCP - Depósitos à ordem	211	64
	<u>266</u>	<u>175</u>
<b>Saldos passivos</b>		
Grupo BPI		
Descobertos bancários	495	
Empréstimos bancários	29.732	27.447
Fornecedores	278	278
	<u>30.505</u>	<u>27.725</u>
Grupo CGD - Depósitos à ordem		
Descobertos bancários	1.000	1.000
Empréstimos bancários	24.112	20.920
Fornecedores	240	240
	<u>25.352</u>	<u>22.160</u>
Grupo BCP - Depósitos à ordem		
Descobertos bancários	1.003	1.000
Empréstimos bancários	23.350	20.444
Fornecedores	942	1.101
	<u>25.295</u>	<u>22.544</u>
	<u><b>81.152</b></u>	<u><b>72.430</b></u>

Transacções com partes relacionadas:

	31-12-2008	31-12-2007
Grupo BPI Aquisições de serviços	92	202
Grupo BPI Vendas	0	0
Grupo CGD Vendas	28	26
Grupo BCP Vendas	1	10

## 32. Custos suportados com serviços prestados pelos auditores/revisores

Durante o exercício de 2008, o custo com os auditores/revisores ascende a 74m€, como podemos ver no mapa abaixo:

	31-12-2008	31-12-2007
Serviços de revisão legal de contas e auditorias	74	74
Serviços de consultoria fiscal	26	18
	<u>99</u>	<u>92</u>

Já após o encerramento do exercício de 2008:

Por fax de 19/1/2009, a VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA foi informada, nos termos e para os efeitos do artigo 175º do CVM, pela Caixa-Banco de Investimento, SA e pelo Banco Millennium BCP Investimento, SA, em nome e representação da Cerútil-Cerâmicas Utilitárias, SA, que esta havia decidido lançar uma Oferta Pública de Aquisição Geral das acções representativas do capital social da VAA, nos termos e condições do anúncio preliminar que juntava e que se encontrava disponível no sítio da Internet da CMVM em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt);

Das mesmas entidades, recebemos o Aditamento ao Anúncio Preliminar datado de 3/2/2009;

Dentro do prazo legal, a Cerútil entregou na VAA os projectos de Anúncio de Lançamento e de Prospecto relativos àquela Oferta Pública de Aquisição, tendo elaborado o competente relatório sobre a oportunidade e condições daquela operação, o qual foi enviado à CMVM e disponibilizado no sítio da Internet da VAA em [www.vaa.pt](http://www.vaa.pt) em 12/2/2009;

Conforme os nossos comunicados emitidos na devida ocasião, a Cerútil adquiriu 4.053.347 acções VAA em Bolsa, 25.020.533 acções VAA ao Banco BPI, SA, 14.503.999 acções VAA à Caixa Geral de Depósitos, SA e 14.610.724 acções VAA ao Banco Comercial Português, SA passando, assim, a ser detentora de um total de 58.188.603 acções representativas de 40,119% do capital social desta Sociedade;

Por outro lado, de acordo com as informações recebidas do Banco BPI, SA (sua carta de 23/2/2009), conjunta do Banco Espírito Santo, SA e Banco Espírito Santo de Investimento, SA (sua carta de 12/2/2009) e da Caixa Geral de Depósitos (sua carta de 6/3/2009):

O Banco BPI, SA, no passado dia 20/2/2009, cedeu todos os créditos que detinha sobre o Grupo VAA em favor da VISABEIRA INDÚSTRIA-SGPS, SA, com excepção dos créditos com características de prestações suplementares que, por sua vez, foram cedidos em favor da CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA; O Banco Espírito Santo, SA e o Banco Espírito Santo de Investimento, SA cederam, à VISABEIRA INDÚSTRIA- SGPS, SA, os créditos para eles emergentes do Contrato de Reestruturação Financeira celebrado com as sociedades do Grupo Vista Alegre Atlantis, em 3 de Fevereiro de 2006, alterado pelos primeiro e segundo aditamentos datados, respectivamente, de 21/4/2004 e 2/5/2007;

A Caixa Geral de Depósitos, por contrato celebrado em 6/3/2009, cedeu à VISABEIRA INDÚSTRIA- SGPS, SA os créditos de que era titular, na mencionada data, mantendo na sua titularidade os créditos resultantes das utilizações da tranche G3 ocorridas em 2008, bem como os créditos que, da mesma tranche, tenham lugar no futuro. Por contrato da mesma data, cedeu à CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA os créditos de que era titular emergentes de prestações suplementares;

O Banco Comercial Português, SA, por contrato celebrado em 27/3/2009, cedeu à VISABEIRA INDÚSTRIA – SGPS, SA os créditos de que era titular, emergentes do Contrato de Reestruturação Financeira celebrado em 3/2/2006, tendo exceptuado: as prestações adicionais, que cedeu à CERUTIL-Cerâmicas Utilitárias, SA; a Tranche G3, as garantias bancárias emitidas a favor da AICEP e a linha de desconto de letras de câmbio regulada na Tranche E. O BCP manteve a hipoteca genérica, constituída em 22/7/2003 e ampliada em 9/3/2004, sobre o edifício denominado Quinta Nova.

## 34.

## Empresas incluídas na consolidação

À data de 31 de Dezembro de 2008, as Empresas que constituem o Grupo VAA – Vista Alegre Atlantis e integraram o respectivo consolidado pelo método integral são seguintes:

	Percentagem de participação
Vista Alegre Atlantis, SA	100,00%
VA Grupo- Vista Alegre Participações, SA	99,30%
VA - Vista Alegre España, SA	100,00%
Cerexport-Sa.	100,00%
Faianças da Capôa - Indústria Cerâmica, SA	100,00%

## LISTA DOS TITULARES DAS PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

elaborada nos termos do disposto no Artigo 8º, n.1, e), do Regulamento n. 4/2004 da CMVM, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16º e 20º do Código dos Valores Mobiliários informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que têm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 10%, 20%, 33% e 50% dos direitos de voto, e de acordo com as notificações recebidas na sede da sociedade até à presente data, e com referencia a 31 de Dezembro de 2008, são as seguintes:

Accionista	Nº de acções detidas	% do capital social	% dos direitos de voto
<b>Banco BPI, SA:</b>			
a) Indirectamente (através de entidades geridas):			
(i) Fundos geridos pela BPI Gestão de Activos, SA.....	2.153.721	1,485%	1,485%
(ii) Fundos geridos pela BPI Pensões, SA.....	29.199	0,020%	0,020%
(iii) Fundo Frie Inter-Risco.....	1.620.620	1,117%	1,117%
<b>Total do BPI.....</b>	<b>3.803.540</b>	<b>2,622%</b>	<b>2,622%</b>
<b>Caixa Geral d Depósitos, SA:</b>			
a) Directamente (carteira própria).....	5.890.771	4,061%	4,062%
b) Indirectamente (através de entidades detidas):			
(i) Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA.....	8.495.498	5,857%	5,857%
<b>Total da CGD.....</b>	<b>14.386.269</b>	<b>9,919%</b>	<b>9,919%</b>
<b>Banco Comercial Português, SA:</b>			
a) Directamente (carteira própria).....	14.386.271	9,919%	9,919%
<b>Total do BCP.....</b>	<b>14.386.271</b>	<b>9,919%</b>	<b>9,919%</b>
<b>CERÚTIL-Cerâmica Utilitária, SA:</b>			
a) Directamente (carteira própria).....	58.188.603	40,119%	40,119%
<b>Total da CERÚTIL.....</b>	<b>58.188.603</b>	<b>40,119%</b>	<b>40,119%</b>
<b>TOTAIS.....</b>	<b>90.764.683</b>	<b>62,579%</b>	<b>62,580%</b>

Anexo ao Relatório de Gestão do Exercício de 2008, elaborado nos termos do nº 1 do Artº 245º-A do CVM

## a) Estrutura de capital

O capital social da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA é de € 29.007.998,00, representado por 145.039.990 acções escriturais ao portador de € 0,20/cada, todas com os mesmos direitos e obrigações.

Do total de 145.039.990 acções, encontram-se admitidas à negociação em mercado regulamentado na Euronext Lisboa 85.948.255 acções. As restantes 59.091.735 acções, que resultaram da conversão de dívidas em capital em Maio de 2006 encontram-se em processo de admissão à negociação na Euronext Lisboa.

De acordo com as comunicações recebidas na Empresa, o Capital Social da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, à data a que estamos a que estamos a elaborar o presente relatório, tem a seguinte repartição por accionistas e acções:

### Estrutura do Capital Social

Accionistas	Acções admitidas à negociação		Acções não admitidas à negociação <sup>(1)</sup>		Total	
	Quantid	%	Quantid	%	Quantid	%
Grupo BPI (Gestão).....	3.803.540	4,425%			3.803.540	2,622%
Grupo BCP.....			14.386.271	24,346%	14.386.271	9,919%
Grupo CGD.....	8.495.498	9,885%	5.890.771	9,969%	14.386.269	9,919%
Grupo Visabeira.....	19.373.910	22,542%	38.814.693	65,685%	58.188.603	40,119%
Outros Accionistas.....	54.274.208	63,148%			54.274.208	37,420%
Sub-Totais.....	85.947.156	100,000%	59.091.735	100,000%	145.038.891	100,000%
Acções próprias.....	1.099				1.099	
Totais.....	85.948.255		59.091.735		145.039.990	

(1) aumento de capital de Maio de 2006

## b) Eventuais restrições à transmissibilidade das acções

Estatutariamente não existe qualquer restrição à transmissibilidade das acções representativas do capital social de VAA.

Não temos conhecimento da existência de acordos parassociais ou outros entre os accionistas da Sociedade que obstem à livre transmissão das respectivas acções.

**c) Participações qualificadas no capital da sociedade**

Accionista	Nº de acções detidas	% do capital social	% dos direitos de voto
<b>Banco BPI, SA:</b>			
a) Indirectamente (através de entidades geridas):			
(i) Fundos geridos pela BPI Gestão de Activos, SA.....	2.153.721	1,485%	1,485%
(ii) Fundos geridos pela BPI Pensões, SA.....	29.199	0,020%	0,020%
(iii) Fundo Frie Inter-Risco.....	1.620.620	1,117%	1,117%
<b>Total do BPI.....</b>	<b>3.803.540</b>	<b>2,622%</b>	<b>2,622%</b>
<b>Caixa Geral d Depósitos, SA:</b>			
a) Directamente (carteira própria).....	5.890.771	4,061%	4,062%
b) Indirectamente (através de entidades detidas):			
(i) Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA.....	8.495.498	5,857%	5,857%
<b>Total da CGD.....</b>	<b>14.386.269</b>	<b>9,919%</b>	<b>9,919%</b>
<b>Banco Comercial Português, SA:</b>			
a) Directamente (carteira própria).....	14.386.271	9,919%	9,919%
<b>Total do BCP.....</b>	<b>14.386.271</b>	<b>9,919%</b>	<b>9,919%</b>
<b>CERÚTIL-Cerâmica Utilitária, SA:</b>			
a) Directamente (carteira própria).....	58.188.603	40,119%	40,119%
<b>Total da CERÚTIL.....</b>	<b>58.188.603</b>	<b>40,119%</b>	<b>40,119%</b>
<b>TOTAIS.....</b>	<b>90.764.683</b>	<b>62,579%</b>	<b>62,580%</b>

**d) Identificação de accionistas titulares de direitos especiais**

Não existem accionistas detentores de direitos especiais

**e) Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes**

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

**f) Restrições em matéria de direito de voto**

Nos termos dos estatutos da VAA:

- podem estar presentes na Assembleia Geral e nela discutir e votar os Accionistas que possuam um número de acções não inferior a cem;
- os accionistas detentores de menos de cem acções podem agrupar-se e, de entre eles, designar um só para os representar na Assembleia Geral;
- para que o Accionista possa estar presente na Assembleia Geral e nela discutir e votar, as suas acções deverão estar registadas em seu nome em conta de valores mobiliários, se escriturais, ou depositadas em seu nome junto da Sociedade ou numa Instituição Financeira, se tituladas, pelo menos vinte dias antes da data designada para a reunião da Assembleia Geral.



**g) Acordos parassociais restritivos da transmissibilidade das acções**

Não temos conhecimento de qualquer acordo deste tipo ou de outro.

**h) Regras aplicáveis à nomeação e substituição de membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

Nos termos estatutários:

- os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral, a qual escolherá o presidente;
- o mandato é de três anos e é permitida a reeleição, nos termos previstos na lei;
- as deliberações sobre alteração dos estatutos, devem ser tomadas por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos votos emitidos.

**i) Poderes do órgão de administração**

O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade, competindo-lhe a prática de todos os actos necessários ou convenientes à prossecução do objecto social.

Sem dependência do consentimento de outros órgãos sociais, o Conselho de Administração pode deslocar a sede social para qualquer outra parte do território nacional e pode estabelecer, manter e encerrar filiais, sucursais, agências, delegações, dependências, escritórios ou quaisquer outras formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

Em matéria de aumentos de capital, o Conselho de Administração apenas tem o poder de apresentar propostas à Assembleia Geral.

**j) Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição**

Não existem acordos com estas características.

**k) Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição**

Não existem acordos com estas características.

**l) Sistemas de controlo interno e de risco de gestão implementados na sociedade**

Tendo em conta que a VAA desempenha unicamente funções de holding, o controlo dos riscos inerentes à actividade é efectuado directamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções.

Nas empresas participadas, são definidos sistemas de controlo específico a cada uma das actividades, cujo órgão máximo é o Conselho de Administração de cada uma das empresas.

No controlo do risco devemos considerar o risco interno e o risco no relacionamento do Grupo com o exterior.

No que ao primeiro respeita, além do controlo exercido pelos diversos responsáveis e pelos órgãos instituídos, destacamos o controlo exercido pela Direcção dos Sistemas de Qualidade, que se baseia nos diversos procedimentos superiormente aprovados e nas boas práticas de gestão, a acção igualmente controladora desempenhada pelo Departamento de Controlo de Gestão e as auditorias externas periódicas no âmbito da certificação do processo administrativo e de controlo de todas as Áreas.

O controlo no ambiente externo é exercido, basicamente, pela Direcção Financeira, a quem compete, com base na informação externa recolhida, a aprovação do crédito a conceder e o controlo dos plafonds estabelecidos e/ou a estabelecer.

É prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

Refira-se, ainda, o controlo que é exercido pelos auditores externos, que actuam em todas as áreas e em todas as empresas do Grupo.

Lisboa, 22 de Abril de 2009

# VAA-VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, SA

Sociedade Aberta

Rua Nova da Trindade, nº 1 – r/c – esq - 1200-301 LISBOA

Capital Social de € 29.007.998 – Matriculada na C.R.C. Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa colectiva 500.978.654

## EXERCÍCIO DE 2008 RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

### INTRODUÇÃO:

O presente relatório, que apresenta um resumo dos aspectos mais relevantes sobre as práticas em matéria de governo da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, foi organizado em conformidade com o modelo previsto no Regulamento da CMVM nº 1/2007.

Analisado este Regulamento e o seu anexo, todas as Recomendações da CMVM sobre Código de Governo das Sociedades e o Artigo 245º-A do CVM, o Conselho de Administração da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, doravante designada VAA, está convicto que, genericamente, as práticas de gestão seguidas na VAA e no Grupo Vista Alegre Atlantis estão de acordo com o estatuído naqueles normativos.

Este Relatório encontra-se esquematizado segundo as instruções definidas no Anexo ao Regulamento da CMVM nº 1/2007, sendo entendimento do Conselho de Administração da VAA que foram cumpridas, na sua maioria, as disposições constantes das Recomendações da CMVM sobre Código de Governo das Sociedades.

### CAPÍTULO O:

#### Declaração de cumprimento:

Além das boas práticas de gestão, amplamente divulgadas e conhecidas nos meios empresariais prudentes, no governo da VAA é seguida a legislação aplicável, nomeadamente o Código Civil, o Código das Sociedades Comerciais, o Código do IRC, o Código de Valores Mobiliários e as Recomendações da CMVM. São seguidas, escrupulosamente, as disposições constantes do Contrato Social aprovado pelos Senhores Accionistas, bem como as deliberações, as recomendações e as observações por estes expressas nas reuniões da Assembleia Geral. São também de extrema importância as observações, conselhos e recomendações imanadas do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, nesta qualidade e na de Auditor Externo.

A VAA cumpre com a maioria das recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades, à excepção das seguintes:

#### Recomendação I.1.2:

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferir qualquer remuneração paga pela VAA ou por qualquer empresa do Grupo por esta encabeçado.

#### Recomendação I.2.1:

Os estatutos da VAA definem algumas limitações ao exercício do direito de voto, nomeadamente por impor um prazo de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação na reunião da Assembleia Geral superior a cinco dias úteis.

Porém, a VAA entende que os prazos definidos estatutariamente não limitam o exercício activo do direito de voto por parte dos accionistas.

#### Recomendação II.1.1:

Não obstante não existam comissões de controlo interno formais com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, o Conselho de Administração entende que tais funções têm sido garantidas pelo próprio Conselho, pelo Conselho Fiscal, pelo Revisor Oficial de Contas e pelos Auditores Externos ao nível da VAA e das restantes empresas do Grupo, sendo as mesmas funções exercidas, também, pelo Departamento de Controlo de Gestão. Não existe regulamento formal referente ao funcionamento dos órgãos de administração e de fiscalização. Tendo em conta a dimensão e complexidade do Grupo, considera-se que as disposições estatutárias e a legislação existente são suficientes nesta matéria.

#### Recomendação II.1.2:

Dos actuais seis administradores em exercício, três executivos e três não executivos, só dois, executivos, podem ser considerados independentes, nos termos que são definidos no artº 1º do Regulamento da CMVM nº 7/2001, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Regulamentos da CMVM nºs 11/2003, 10/2005 e 1/2007.

#### **Recomendação II.1.4:**

No Grupo VAA, não se encontra definida uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da Empresa. Todas as comunicações são, naturalmente, recebidas pelas respectivas hierarquias e encaminhadas para o responsável da área a que respeitam garantindo-se, nos casos pedidos os aconselháveis, a necessária confidencialidade.

#### **Recomendação II.1.5:**

A VAA, no capítulo adequado, divulga a informação relativa à remuneração fixa e variável dos seus administradores, que é paga na íntegra por outras empresas do Grupo, entendendo que a divulgação da remuneração individual de cada administrador não traz informação relevante para os accionistas.

Não tem sido apreciada, em Assembleia Geral, qualquer declaração sobre política de remunerações dos membros dos órgãos sociais, sendo certo que essas remunerações, já desde 2005 e, num dos casos, mesmo desde 2001, que não sofreram qualquer alteração.

De todos os membros dos órgãos sociais, só os membros executivos do Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas auferem remuneração, a qual, em todos os casos, não tem sofrido alteração nos últimos anos e, no que respeita aos Administradores Executivos, é paga pelas subsidiárias, onde exercem também cargos de administração.

### **CAPÍTULO I:**

#### **Assembleia Geral:**

##### **I.1. Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral:**

A mesa da assembleia-geral é presidida pelo Sr. Dr. Nuno Godinho de Matos, sendo que o cargo de secretário se encontra vago em consequência da renúncia apresentada pelo Sr. Dr. José Joaquim de Faria Pinto Leite e da decisão tomada na última reunião da assembleia-geral de não preenchimento da vaga.

##### **I.2. Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos:**

O mandato em curso respeita ao triénio de 2007 a 2009, tendo a eleição sido realizada na assembleia-geral que teve lugar em 28/6/2007, como continuação da assembleia geral convocada para 29/5/2007.

##### **I.3. Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia-geral:**

O cargo de presidente da mesa da assembleia-geral não tem sido remunerado.

##### **I.4. Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral:**

Nos termos dos estatutos da VAA, têm direito a estar presentes na Assembleia Geral e nela discutir e votar os Accionistas que possuam um número de acções não inferior a cem, registadas em seu nome em conta de valores mobiliários pelo menos vinte dias antes da data designada para a reunião da Assembleia-Geral.

Todavia, os instrumentos de representação dos accionistas, que têm lugar em todos os accionistas que sejam pessoas colectivas, deverão ser dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e entregues na sociedade pelo menos cinco dias úteis antes da data designada para a reunião da Assembleia-Geral. Nada sendo dito nos estatutos, os accionistas individuais poderão apresentar-se, no início da reunião, munidos de documento comprovativo da sua qualidade de accionista e participar validamente nos trabalhos.

O prazo de bloqueio das acções, para efeitos de participação nas reuniões da assembleia-geral, não está previsto estatutariamente. Na prática, as instituições onde os accionistas têm as acções depositadas, na própria carta pela qual identificam o accionista e a quantidade de acções por este detidas informam, também, que as mesmas ficam bloqueadas até à data de realização da reunião da assembleia-geral, tendo em vista evitar que, entre a comunicação e a data da reunião da assembleia-geral, o accionista perca essa qualidade e participe na reunião não sendo já accionista.

##### **I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral:**

Nada está previsto estatutariamente.

##### **I.6. Número de acções a que corresponde um voto:**

Nos termos estatutários, a cada cem acções corresponde um voto.

##### **I.7. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial:**

Nos termos dos artigos 12º e 13º dos estatutos da sociedade:

- a) Têm direito a estar presentes na Assembleia Geral e nela discutir e votar os Accionistas que possuam um número de acções não inferior a cem, registadas em seu nome em conta de valores mobiliários, se escriturais, ou depositadas em seu nome junto da Sociedade ou numa Instituição Financeira, se tituladas, pelo menos vinte dias antes da data designada para a reunião da Assembleia Geral;
- b) Os Accionistas que, face ao estatuído na alínea anterior, não possuam o número de acções necessário para estar presentes, participar e votar na Assembleia Geral poderão agrupar-se por forma a perfazê-lo, devendo designar por acordo um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral;
- c) Os Accionistas sem direito de voto e os obrigacionistas não poderão estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral, sendo nelas representados pelos seus representantes comuns;
- d) Os Accionistas que forem pessoas singulares poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por outro Accionista ou pelas pessoas a quem a lei imperativa o permitir;
- e) Os Accionistas que forem pessoas colectivas far-se-ão representar na Assembleia Geral pela pessoa que designarem para o efeito;
- f) Os instrumentos de representação previstos nos números anteriores deverão ser dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregues na sociedade pelo menos cinco dias úteis antes da data designada para a reunião da Assembleia Geral;
- g) A cada cem acções corresponde um voto.
- h) Sem prejuízo do disposto em disposição legal imperativa e nos presentes Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos emitidos.
- i) As deliberações sobre alteração dos estatutos, transformação, fusão, cisão e dissolução da Sociedade, devem ser tomadas por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos votos emitidos.

A VAA, previamente a cada Assembleia e respeitando os prazos legais, procede a ampla divulgação das datas em que as mesmas serão realizadas, sendo complementado no site institucional da VAA ( [www.vaa.pt](http://www.vaa.pt)) o aviso da convocatória.

#### **I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência:**

Estatutariamente, é permitido o voto por correspondência e:

- a) Os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral, e valem igualmente para a segunda convocação da Assembleia Geral para a qual foram emitidos, cabendo ao Presidente da Mesa, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, nos termos que forem publicitados na convocatória para a Assembleia Geral, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação.
- b) Considera-se revogado o voto por correspondência emitido, no caso de presença do Accionista ou do seu representante na Assembleia Geral.
- c) Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

#### **I.9. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência:**

A VAA não tem disponibilizado qualquer modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Na própria convocatória da reunião da assembleia-geral tem sido comunicado aos accionistas:

- a) Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos até 24 horas antes da Assembleia Geral, na sede da sociedade, em subscrito fechado, expedido por correio registado com aviso de recepção, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sem prejuízo da prova da qualidade de accionista, nos termos previstos.
- b) A declaração de voto será assinada pelo titular das acções, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu Bilhete de Identidade; se pessoa colectiva deverá a assinatura estar reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.
- c) Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste, de forma expressa e inequívoca: a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita; a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.
- d) Os votos por correspondência contam para a formação do *quórum* constitutivo da Assembleia Geral, e valem igualmente para a segunda convocação da Assembleia Geral para a qual foram emitidos, cabendo ao Presidente da Mesa, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.
- e) Considera-se revogado o voto por correspondência emitido, no caso de presença do Accionista ou do seu representante na Assembleia Geral.
- f) Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos;
- g) O escrutínio dos votos por correspondência será efectuado pela Mesa da Assembleia Geral, por adição aos votos expressos na Assembleia.

#### **I.10. Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia-geral:**

Embora esta questão seja estatutariamente omissa, como está referido no ponto anterior, tem sido comunicado na convocatória da reunião da assembleia-geral e praticado, quando existem votos por correspondência: serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos até 24 horas antes da Assembleia Geral, na sede da sociedade, em subscrito fechado, expedido por correio registado com aviso de recepção, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sem prejuízo da prova da qualidade de accionista.

#### **I.11. Exercício do direito de voto por meios electrónicos:**

Não está previsto estatutariamente nem tem sido exercido o direito de voto por meios electrónicos.

#### **I.12. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração:**

Não tem sido apreciada, em Assembleia Geral, qualquer declaração sobre política de remunerações dos membros dos órgãos sociais, sendo certo que essas remunerações, já desde 2005 e, num dos casos, mesmo desde 2001, que não sofreram qualquer alteração.

De todos os membros dos órgãos sociais, só os membros executivos do Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas auferem remuneração, a qual, em todos os casos, não tem sofrido alteração nos últimos anos e, no que respeita aos Administradores Executivos, é paga pelas subsidiárias, onde exercem também cargos de administração.

Os membros dos órgãos sociais terão as remunerações fixas e/ou variáveis que lhe forem fixadas pela Assembleia Geral ou por uma comissão de remunerações composta por 3 (três) membros, eleita conjuntamente com os demais órgãos sociais.

As remunerações variáveis do Conselho de Administração podem ser constituídas por uma participação, globalmente não superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos do exercício, sendo que não é paga qualquer parcela variável da remuneração desde 2003.

Os membros remunerados do Conselho de Administração não estão a auferir qualquer remuneração pela VAA Vista Alegre Atlantis SGPS SA, sendo remunerados directamente pelas restantes sociedades do Grupo onde exercem funções de administração.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não está directamente dependente da evolução da cotação das acções da Sociedade.

Não se encontra definida nenhuma política de compensações a atribuir aos membros do Conselho de Administração em caso de destituição ou cessação antecipada de contrato sendo, todavia, de referir o estatuído no artigo 24º dos estatutos da VAA, ou seja:

**Um** – Os membros do Conselho de Administração que, seguida ou interpoladamente, tenham exercido funções na sociedade ou em empresas em relação de Grupo, durante pelo menos dez anos, no decurso dos quais tenham desempenhado pelo menos três mandatos como Administradores, terão direito a uma pensão de reforma equivalente a 3% (três por cento) por cada ano de serviço, calculada na base média dos proveitos auferidos nos últimos três anos, não podendo em caso algum a pensão exceder a última remuneração anual.

**Dois** – A pensão atribuída será actualizada anualmente, de acordo com o índice oficial de inflação, e o seu pagamento efectuado em duodécimos.

**Três** – Caso o beneficiário receba alguma pensão oficial de reforma, será esse quantitativo abatido da pensão que tiver direito a receber da sociedade.

**Quatro** – Falecendo qualquer Administrador que se encontre na situação de aposentado, será atribuída ao seu cônjuge, enquanto se mantiver no estado de viuvez, uma pensão de sobrevivência igual a 50% (cinquenta por cento) do valor da pensão de aposentação a que o falecido tinha direito.

**Cinco** – No caso de falecer um Administrador em exercício e que, seguida ou interpoladamente, tenha exercido funções na sociedade ou em empresas em relação de Grupo, durante pelo menos dez anos, no decurso dos quais tenha desempenhado pelo menos três mandatos como Administrador, o seu cônjuge, enquanto se mantiver no estado de viuvez, terá direito a uma pensão de sobrevivência igual a 50% (cinquenta por cento) da remuneração anual do falecido no ano anterior ao óbito.

**Seis** – Os direitos previstos nos números anteriores não se aplicam aos administradores que tenham deixado de exercer os respectivos cargos por virtude de actos ilícitos praticados no exercício das suas funções.

**Sete** – A atribuição da pensão prevista no número um a Administradores que voluntariamente e sem estarem impedidos, abandonaram o exercício de funções antes de completados sessenta e cinco anos de idade, depende de deliberação da Assembleia Geral.

A avaliação do desempenho, individual e de cada um, dos membros do órgão de administração é, nos termos legais, submetida anualmente à apreciação dos accionistas em assembleia-geral.

### **I.13. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração:**

Nada está previsto além do artigo 24º dos estatutos da Sociedade, transcrito no ponto anterior, e da legislação geral do país no que respeita ao princípio da inamobibilidade.

### **I.14. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.**

Nada a acrescentar ao já referido nos pontos I.12. e I.13. anteriores.

### **I.15. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.**

Tal como no ponto anterior, nada a acrescentar ao descrito nos pontos I.12. e I.13.

## **CAPÍTULO II:**

### **Órgãos de Administração e Fiscalização:**

#### **II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade:**

a) Conselho de Administração:

Presidente: Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcellos e Souza (Executivo).

Vogais: José Fernandes Baeta (Executivo; Independente);

Lázaro Ferreira de Sousa (Executivo; Independente);

Eugénia Margarida Dias Antunes da Cunha Pereira Coutinho;

Maria da Luz de Azevedo Coutinho de Vasconcellos e Souza;

Joaquim Serrão da Silva Correia.

b) Conselho Fiscal:

Presidente: Leopoldo Assunção Alves;

Vogais: Nuno Albuquerque de Morais Sarmiento;

João Maria Teixeira;

Suplente: Luís Fernando Nogueira Soares de Sousa

c) Revisor Oficial de Contas:

Moore Stephens & Associados, SROC, SA, representada por António Gonçalves Monteiro.

## **II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade:**

O Conselho de Administração, em reunião de 29/6/2007, nos termos do artº 16º, nº 2, b) dos estatutos da sociedade, designou uma Comissão Executiva do Conselho de Administração, na qual delegou os mais amplos poderes de gestão admitidos por lei, com excepção da tomada de decisões relativas a investimentos ou desinvestimentos não orçamentados de valor significativo.

Esta Comissão Executiva ficou composta pelos seguintes três membros:

Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcellos e Souza, presidente;

Lázaro Ferreira de Sousa, vogal;

José Fernandes Baeta, vogal.

## **II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis:**

De acordo com o artigo 10º dos respectivos estatutos, os órgãos da sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Nos termos dos mesmos estatutos, o Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros, entre cinco e nove. Na última Assembleia Geral Anual, foi eleito um Conselho de Administração composto por sete membros, três executivos e quatro não executivos. No final do exercício, após a renúncia do Vogal Srª Drª Maria do Carmo Guedes Antunes Oliveira, encontravam-se em funções seis membros, três executivos e três não executivos.

Estatutariamente, o Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade, competindo-lhe a prática de todos os actos necessários ou convenientes à prossecução do objecto social.

Considerando, no entanto, as características da sociedade que, desde 1/5/2001, é uma holding sem actividades próprias, vamos desenvolver este ponto na óptica da organização do processo de decisão empresarial do Grupo Vista Alegre Atlantis, que é o que faz sentido em termos de divulgação da nossa estrutura organizacional.

Assim, em termos operativos, o Conselho de Administração da VAA definiu e implementou, para o conjunto das empresas operacionais do Grupo, uma estrutura organizacional com poucos níveis hierárquicos, liderada por uma Comissão Executiva, que é composta por três administradores executivos da sociedade,



competindo a coordenação desta Comissão Executiva ao Presidente do Conselho de Administração, na qual, nos termos do artº 16º, nº 2, b) dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração, delegou os mais amplos poderes de gestão admitidos por lei, com excepção da tomada de decisões relativas a investimentos ou desinvestimentos não orçamentados de valor significativo.

Esta Comissão Executiva é composta pelos seguintes três membros: Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcelos e Souza, presidente; Lázaro Ferreira de Sousa e José Fernandes Baeta.

#### ORGANIGRAMA FUNCIONAL DO GRUPO VISTA ALEGRE ATLANTIS

Conselho de Administração da VAA - Presidente: Bernardo de Vasconcelos e Souza		
Comissão Executiva - Presidente: Bernardo de Vasconcelos e Souza		
Administrativo e Financeiro	Comercial e Marketing	Indústria e Logística
José Fernandes Baeta	Lázaro Ferreira de Sousa	Lázaro Ferreira de Sousa

Por sua vez, de cada uma das Áreas funcionais dependem os seguintes direcções /serviços:

**a) Administrativo e Financeiro:**

- Finanças, Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Património, Legal e Fiscal e Auditoria.

**b) Comercial e Marketing:**

- Marketing Estratégico;
- Comercial Canais Próprios Nacionais;
- Comercial Mercado Interno não Canais Próprios;
- Comercial Mercado Externo Espanha;
- Comercial Mercado Externo Cerâmica Resto do Mundo;
- Comercial Mercado Externo Cristal e Vidro Resto do Mundo;
- Design

**c) Industrial e Logística:**

- Produção de Porcelana, Faiança e Louça de Forno;
- Produção de Cristal e Vidro;
- Logística;
- Sistemas de Informação;
- Compras e Aprovisionamentos;
- Recursos Humanos;
- Desenvolvimento de Novos Produtos;
- Qualidade.

#### II.4. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira:

Tendo em conta que a VAA desempenha unicamente funções de holding, o controlo dos riscos inerentes à actividade é efectuado directamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções.

Nas empresas participadas, são definidos sistemas de controlo específico a cada uma das actividades, cujo órgão máximo é o Conselho de Administração de cada uma das empresas.

No controlo do risco devemos considerar o risco interno e o risco no relacionamento do Grupo com o exterior.

No que ao primeiro respeita, além do controlo exercido pelos diversos responsáveis e pelos órgãos instituídos, destacamos o controlo exercido pela Auditoria Interna, que se baseia nos diversos procedimentos superiormente aprovados e nas boas práticas de gestão, a acção igualmente controladora desempenhada pelo Departamento de Controlo de Gestão, o controlo exercido pela Direcção de Qualidade e as auditorias externas periódicas no âmbito da certificação do processo administrativo e de controlo de todas as Áreas.

O controlo no ambiente externo é exercido, basicamente, pela Direcção Financeira, a quem compete, com base na informação externa recolhida, a aprovação do crédito a conceder e o controlo dos plafonds estabelecidos e/ou a estabelecer.

É prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

Refira-se, ainda, o controlo que é exercido pelos auditores financeiros, fiscais e legais externos, que actuam em todas as áreas e em todas as empresas do Grupo, bem como a auditoria interna contínua e a externa realizadas no âmbito do controlo de qualidade, especialmente no que respeita à certificação do processo administrativo.

## **II.5. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital:**

Nos termos dos artigos 16º e 17º dos estatutos da VAA:

- a)** O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade, competindo-lhe a prática de todos os actos necessários ou convenientes à prossecução do objecto social.
- b)** O Conselho de Administração pode:
  - delegar em um ou mais dos seus membros poderes e competências para a prática de determinados actos ou categorias de actos de gestão dos negócios sociais;
  - delegar em um ou mais dos seus membros ou numa Comissão Executiva, composta por dois terços ou menos dos seus membros, a gestão corrente da Sociedade;
  - nomear mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos, no âmbito dos respectivos instrumentos de mandato.
- c)** Em caso de delegação da gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, o Conselho de Administração ou os Membros da Comissão Executiva devem designar o Presidente desta, ao qual é atribuído voto de qualidade.
- d)** O Conselho de Administração só pode deliberar validamente se estiverem presentes ou representados, pelo menos, dois terços dos seus membros.
- e)** As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos emitidos, tendo o Presidente voto de qualidade.
- f)** Qualquer membro do Conselho de Administração pode votar por correspondência e fazer-se representar por outro Administrador.

- g) Cada membro do Conselho de Administração não pode representar mais de um Administrador.
- h) Os votos por correspondência serão exercidos e os poderes de representação serão conferidos por carta, ou por qualquer outro meio de comunicação escrita, dirigida ao Presidente do Conselho de Administração.
- i) O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois Administradores, devendo reunir, pelo menos, uma vez em cada mês.
- j) A falta de um Administrador a três reuniões, seguidas ou interpoladas, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, conduz à sua falta definitiva.
- k) A falta definitiva de Administrador deve ser declarada pelo Conselho de Administração.

#### **II.6. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados:**

Não existe regulamento formal referente ao funcionamento dos órgãos de administração e de fiscalização. Tendo em conta a dimensão e complexidade do Grupo, considera-se que as disposições estatutárias e a legislação existente são suficientes nesta matéria.

Embora não tenha sido aprovado qualquer Código de Conduta da Sociedade, os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva seguem e transmitem os princípios da boa prática, nomeadamente os consagrados no Código das Sociedades Comerciais e, particularmente, nos seus artigos 397º, 398º, 410º, 428º e 437º.

Não existem regulamentos internos ou quaisquer contratos que, relativamente a potenciais ofertas públicas de aquisição ou de mudança da composição do órgão de administração, conduzam à erosão do património da sociedade.

#### **II.7. Regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração:**

Estatutariamente não está consignada qualquer restrição em matéria de designação ou de substituição dos membros do órgão de administração fixando-se, apenas, que o mandato é de três anos.

Deste modo são seguidas as normas gerais reguladoras desta matéria, nomeadamente no que respeita eleições e cooptações, tendo-se especialmente em conta as incompatibilidades previstas no nº 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais.

#### **II.8. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício de 2008:**

Durante o exercício de 2008, formalmente, o Conselho de Administração reuniu 9 (nove) vezes, o Conselho Fiscal 3 (três) vezes e a Comissão Executiva (que coincide com os Conselhos de Administração das subsidiárias) reuniu uma vez por semana, com excepção do mês de Agosto.

#### **II.9. Identificação dos membros do conselho de administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no nº 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais:**

### Membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Nomes	Conselho Administ	Comissão Executiva	Executivos	Incompatível (nº 1 artº 414º A CSC)?	Independente (nº 5 artº 414º CSC)?
Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcellos e Souza	Sim	Sim	Sim	Não	Não
José Fernandes Baeta	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Lázaro Ferreira de Sousa	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Eugénia Margarida Dias Antunes da Cunha Pereira Coutinho	Sim	Não	Não	Não	Não
Maria da Luz de Azevedo Coutinho de Vasconcellos e Souza	Sim	Não	Não	Não	Não
Joaquim Serrão da Silva Correia	Sim	Não	Não	Não	Não

### II.10. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato:

Em 31 de Dezembro de 2008 os membros do Conselho de Administração eram titulares das seguintes acções da VAA:

#### Acções detidas pelos membros dos órgãos sociais

Nome	Cargo	Acções detidas		
		Próprio	Conjuge	Total
Eng Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcelos e Sousa	PCA	904.308		904.308
Drª Maria da Luz de Azevedo Coutinho Vasconcellos e Souza	Vogal CA	44.307		44.307

Primeira designação e termo do mandato em curso, dos membros do órgão de administração:

Nomes	Primeira Designação		Termo do Mandato
	Modo	Data	
Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcellos e Souza	Eleição	Mar/1989	Dez/2009
José Fernandes Baeta <sup>(1)</sup>	Cooptação	Abr/2005	Dez/2009
Lázaro Ferreira de Sousa	Cooptação	Out/2005	Dez/2009
Eugénia Margarida Dias Antunes da Cunha Pereira Coutinho	Cooptação	Jul/2006	Dez/2009
Maria da Luz de Azevedo Coutinho de Vasconcellos e Souza	Eleição	Jun/2007	Dez/2009
Joaquim Serrão da Silva Correia	Cooptação	Abr/2008	Dez/2009

A qualificação profissional dos actuais membros do Conselho de Administração, actividade profissional desenvolvida e a indicação de outras empresas onde desempenha funções de administração é como se segue:

➤ **Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcellos e Souza:**

É licenciado (antes de Bolonha) em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa (1974).

Por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 29 de Março de 1989 da VAA (então designada por Fábrica de Porcelana da Vista Alegre SA) foi eleito vogal do Conselho de Administração da Sociedade para o triénio de 1989/1991, tendo sido reeleito para o mesmo cargo em 30 de Março de 1992 para o mandato de 1992/1994.

Na Assembleia Geral realizada em 30 de Março de 1995 é eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da VAA para o mandato de 1995/1997, cargo que tem vindo a exercer até à presente data, cumulando com o cargo de Presidente do Conselho de Administração das demais sociedades que têm integrado o Grupo Vista Alegre Atlantis.

Além das empresas identificadas na alínea b), desempenhou funções de administração de 1977 a 1989, como Administrador Delegado, na PROMALTE, Lda, empresa de produtos alimentares, fornecedora da Schewppes e da indústria de panificação pastelaria.

➤ **José Fernandes Baeta**

É licenciado (antes de Bolonha) em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (1981).

Em 1977 conclui Bacharelato em Contabilidade e Administração, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, tendo também os seguintes cursos: Auditoria Interna, CEGOC; Planeamento Tático, CIFAG; Planeamento Estratégico, CIFAG; PAGE, Universidade Católica.

Desde 1965 que trabalha em empresas do Grupo Vista Alegre (áreas de compras, contabilidade, financeira, controlo de gestão, auditoria interna).

Por deliberação da Assembleia Geral de 4.05.1998 é eleito vogal do Conselho de Administração da VAA para o mandato 1998/2000, cargo que exerce até ao final do mandato.

Desde Março de 1995 que, ininterruptamente, faz parte de Conselhos de Administração das empresas do Grupo VAA.

Em Abril de 2005 é cooptado para o cargo de vogal do Conselho de Administração da VAA para o mandato em curso (2004/2006), cooptação essa ratificada na Assembleia Geral de 30 de Junho de 2005.

Foi reeleito, para o mandato de 2007 a 2009, em Junho de 2007.

➤ **Lázaro Ferreira de Sousa**

É licenciado (antes de Bolonha) em Engenharia mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1985).

Em 1986 frequentou o curso de Gestão Industrial INEGI, e em 1988/9, na Universidade Católica, PAGE.

Trabalhou na Electro-Cerâmica SA como Director de Produção e responsável pelo Departamento de Métodos e na Ge Power Control, como "Plant Manager"

Em 1997 ingressou no Grupo Vista Alegre como responsável industrial pela unidade de porcelana.

Em Outubro de 2005 foi cooptado para o cargo de vogal do Conselho de Administração da VAA para o mandato em curso (2004/2006), cooptação essa ratificada na Assembleia Geral de 10 de Março de 2006.

Foi reeleito, para o mandato de 2007 a 2009, em Junho de 2007.

➤ **Eugénia Margarida Dias Antunes da Cunha Pereira Coutinho**

É licenciada (antes de Bolonha) em Finanças pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (Lisboa);

Experiência profissional:

- 1974/77 – Banco Totta & Açores: Técnica do Gabinete de Análise Financeira;

- 1978/79 – Comissão de Apreciação dos Contratos de Viabilização (Ministério das Finanças): Assessora dos membros da Comissão;

- 1979/80 – Secretaria de Estado das Finanças: Adjunta do Secretário de Estado;

- 1981/81 – Secretaria de Estado do Orçamento: Assessora do Secretário de Estado;
- 1982/00 – Banco Totta & Açores: Técnica coordenadora na Direcção de Filiais no Estrangeiro (4 anos); Directora de Conta na Direcção Grandes Empresas-Sul (5 anos); Directora responsável pelo Departamento de Apoio Técnico da Direcção Grandes Empresas Sul, responsável por grandes projectos e recuperação de crédito (a partir de 1991); Directora do Departamento responsável pela análise de crédito e Controlo de Gestão das Sucursais no Estrangeiro (Londres, Nova Iorque, Macau, Luxemburgo, Luanda, Praia, Bissau) e offshores (a partir de 1994);
- 2000/02 – Finupe, Engenharia e Acabamentos, SA: Accionista e membro do Conselho de Administração da Finupe, Consultores de Gestão, SA e Administradora da Finupe, Engenharia e Acabamentos, SA (100% detida pela primeira), com o pelouro financeiro e administrativo;
- 2003 (Desde 8 de Abril de 2004) – Gerente da Propaço, Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda.
- Vogal, não executiva, do Conselho de Administração da VAA desde Julho de 2006.

➤ **Maria da Luz de Azevedo Coutinho Vasconcellos e Souza**

Formação académica:

- Licenciatura (antes de Bolonha) em Direito/Ciências Jurídicas pela Universidade Clássica de Lisboa-Faculdade de Direito de Lisboa;
- Pós-Graduação em Estudos Europeus/Área Jurídico-Económica pela Universidade Clássica de Lisboa-Faculdade de Direito de Lisboa;
- Mestrado em Gestão de Empresas (MBA) pela Universidade Nova de Lisboa/Departamento de Gestão.

Experiência profissional:

- 1989/1991: Advogada no escritório de advocacia Dr. Daniel Proença de Carvalho;
- 1992/até à data: Presidente do Conselho de Administração da VIDA-Voluntariad Internacional para o Desenvolvimento Africano;
- 1989/2003: Gerente da Sociedade Agrícola da Quinta da Labruja, Lda;
- 1996/2005: Administradora da AVSI-Associazione Volontari Per Il Servizio Internazionale;
- 1995/2005: Membro dos órgãos sociais de diversas ONG's nacionais e internacionais.
- Vogal, não executiva, do Conselho de Administração da VAA desde Junho de 2007.

➤ **Joaquim Serrão da Silva Correia:**

Habilitações académicas:

- Licenciatura (antes de Bolonha) em Engenharia Electrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico;
- PADE-Programa de Alta Direcção de Empresas, da AESE.

Funções desempenhadas nos últimos cinco anos:

- Presidente do Conselho de Administração da HCB-Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SARL;
- Presidente do Conselho de Administração da Sogrupa SI (ACE de Sistemas de Informação para o Grupo CGD);
- Presidente do Conselho de Administração da Compal, SA;
- Administrador da Sensafruit (Joint-Venture entre a Compal e o Grupo Osborne).

**II.11. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo:**

➤ **Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcelos e Sousa**

Presidente do Conselho de Administração:

- V.A. Grupo - Vista Alegre Participações, S.A <sup>(a)</sup>
- BVVS - Imobiliário e Serviços, S.A
- Cerexport - Cerâmica de Exportação, S.A <sup>(a)</sup>
- Vista Alegre Atlantis, S.A <sup>(a)</sup>
- VA - Vista Alegre España, S.A <sup>(a)</sup>
- Faianças da Capoa - Indústria de Cerâmica, S.A <sup>(a)</sup>

Administrador/Gerente:

V.A. - Investimentos, SGPS, S.A  
Sociedade Agrícola das Arrábidas, Lda.  
Sociedade Agrícola Quinta da Labruja, Lda.  
Sociedade Agro-Pecuária da Herdade do Zambujal, Lda  
(a) sociedades que pertencem ao grupo da VAA.

➤ **Eugénia Margarida Dias Antunes da Cunha Pereira Coutinho**

Gerente da Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda.

➤ **José Fernandes Baeta**

Administrador/Gerente:

V.A. Grupo - Vista Alegre Participações, S.A <sup>(a)</sup>  
Vista Alegre Atlantis, S.A <sup>(a)</sup>  
Faianças da Capoa - Indústria de Cerâmica, S.A <sup>(a)</sup>  
VA - Vista Alegre Espanha, S.A <sup>(a)</sup>  
Cerexport - Cerâmica de Exportação, S.A <sup>(a)</sup>  
(a) sociedades que pertencem ao grupo da VAA.

➤ **Lázaro Ferreira de Sousa**

Administrador:

Vista Alegre Atlantis, SA <sup>(a)</sup>  
Faianças da Capoa – Indústria de Cerâmica SA <sup>(a)</sup>  
V.A. Grupo - Vista Alegre Participações, S.A <sup>(a)</sup>  
Cerexport-Cerâmica de Exportação, SA <sup>(a)</sup>  
(a) sociedades que pertencem ao grupo da VAA.

➤ **Maria da Luz de Azevedo Coutinho de Vasconcellos e Souza**

Presidente do Conselho de Administração:

VIDA-Voluntariad Internacional para o Desenvolvimento Africano

Administrador/Gerente:

Sociedade Agrícola da Quinta do Valdalagea, S.A  
Sociedade Agrícola Quinta de Valflores, S.A  
Sociedade Agrícola Quinta das Donas, Lda.

➤ **Joaquim Serrão da Silva Correia:**

- Presidente do Conselho de Administração da Compal, SA;
- Administrador da Sensafruit (Joint-Venture entre a Compal e o Grupo Osborne).

**II.12. Indicação dos membros do conselho fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A e o critério de independência previsto no nº 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais:**

<b>Membros do Conselho Fiscal</b>		
<b>Nomes</b>	<b>Incompatível (nº 1 artº 414º-A CSC)?</b>	<b>Independente (nº 5 artº 414º CSC)?</b>
Leopoldo Assunção Alves	Não	Sim
Nuno Albuquerque Morais Sarmento	Não	Sim
João Maria Teixeira	Não	Não

**II.13. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato:**

Em 31 de Dezembro de 2008, os membros do Conselho Fiscal não eram titulares de acções da VAA.

Primeira designação e termo do mandato em curso, dos membros do órgão de administração:

Nomes	Primeira Designação		Termo do Mandato
	Modo	Data	
Leopoldo Assunção Alves	Eleição	Jun/2007	Dez/2009
Nuno Albuquerque Morais Sarmento	Eleição	Jun/2007	Dez/2009
João Maria Teixeira	Eleição	Jun/2007	Dez/2009

A qualificação profissional dos actuais membros do Conselho de Administração, actividade profissional desenvolvida e a indicação de outras empresas onde desempenha funções de administração é como se segue:

➤ **Leopoldo Assunção Alves:**

Habilitações académicas:

- Licenciatura em Auditoria  
Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
- Master em "Auditoria Contable, Económica y Financiera"  
Universidad Autónoma de Madrid
- Programa escolar do Doutoramento em Contabilidade e Organização de Empresas  
Universidad Autónoma de Madrid

Qualificação Profissional:

- Revisor Oficial de Contas (n.º 319)
- Técnico Oficial de Contas (n.º 25)

Actividade anterior (últimos anos):

- Professor (convitado) da Universidade Aberta (1994/98)
- Docente de "Contabilidade Internacional" em Mestrados em Contabilidade e Finanças Empresariais (Aveiro)
- Membro da Comissão Euro (M.F.) (1997/99)
- Vice Presidente do Conselho de Inscrição da O.R.O.C. (1995/97)
- Presidente da Comissão de Estágio e Vice Presidente do Júri de Exame da O.R.O.C. (1995/97)
- Delegado no Accounting Advisory Forum na União Europeia- (Bruxelas) (1991/98)
- Delegado no "Accounting Working Party" da F.E.E. – Federation des Experts Comptables Européens – (Bruxelas) (1987/97)
- Presidente do Conselho Fiscal da Associação Comercial de Lisboa / Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (1985/97)
- Presidente da Assembleia Geral da O.R.O.C. (1987/94)

➤ **Nuno Albuquerque Morais Sarmento:**

Curriculum académico:

- Licenciatura (antes de Bolonha) em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, em 1984;
- Frequência da Pós-Graduação em Direito Comunitário, Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, em 1996.

Curriculum profissional:

- Advogado/Sócio de Capital – A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados;
- Assessor Jurídico do Alto Comissário para o Projecto Vida, 1993;
- Membro da Comissão de Protecção de Dados Pessoais, 1994;



- Membro da Autoridade de Controlo Comum de Schengen, em representação do Estado Português, 1995;
- Membro do Conselho Superior do Ministério Público, 1997;
- Ministro da Presidência do XV Governo (2002-2004);
- Ministro de Estado e da Presidência e dos Assuntos Parlamentares do XVI Governo (2004-2005).

Funções em Associações de Beneficiência:

- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da ATT Associação de Tratamento de Toxicodependentes;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APSA Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger.

➤ **João Maria Teixeira:**

Qualificações académicas:

- Licenciatura (antes de Bolonha) em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, concluída em Julho de 1975;
- Pós-graduação em Gestão Avançada de Banca pelo Instituto de Formação Bancária/Universidade Católica Portuguesa, concluída em Julho de 1990.

Actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos:

- Director Central do Banco Comercial Português, SA até 31/12/2005;
- Vogal do Concelho de Administração da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, entre 14/7/2006 e 27/6/2007;
- Professor do ISAG-Instituto Superior de Administração e Gestão desde Março de 2007;
- Professor do IFB-Instituto de Formação Bancária desde Abril de 2008.

**II.14. Funções que os membros do órgão de fiscalização exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo:**

➤ **Leopoldo Assunção Alves:**

- Leopoldo Alves & Associado, S.R.O.C. (Sócio)
- Membro do Conselho Fiscal e Fiscal Único em diversas empresas na qualidade de Revisor Oficial de Contas
- Membro da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística
- Professor Associado da Universidade Autónoma de Lisboa
- Membro do C. F. da Delegação Portuguesa da Câmara de Comércio Internacional
- Membro Nacional do ISAR/ONU (Geneve)
- Presidente do Conselho Fiscal da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.

-

➤ **Nuno Albuquerque Morais Sarmento:**

Não desempenha funções de administração ou de fiscalização noutras sociedades.

➤ **João Maria Teixeira:**

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da V.A.GRUPO-Vista Alegre Participações, SA<sup>(a)</sup>

(a) sociedades que pertencem ao grupo da VAA.

**II.18. Descrição da política de remunerações, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo**

**os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos:**

Os membros dos órgãos sociais terão as remunerações fixas e/ou variáveis que lhe forem fixadas pela Assembleia Geral ou por uma comissão de remunerações composta por 4 (quatro) membros, eleita conjuntamente com os demais órgãos sociais.

As remunerações variáveis do Conselho de Administração podem ser constituídas por uma participação, globalmente não superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos do exercício.

Os membros remunerados do Conselho de Administração não estão a auferir qualquer remuneração pela VAA Vista Alegre Atlantis SGPS SA, sendo remunerados directamente pelas restantes sociedades do Grupo onde exercem funções de administração.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não está directamente dependente da evolução da cotação das acções da Sociedade.

Além da legislação aplicável e do contrato social, não existem quaisquer contratos entre a sociedade ou as suas subsidiárias e os membros do órgão de administração.

Do mesmo modo, não se encontra definida nenhuma política de compensações a atribuir aos membros do Conselho de Administração, em caso de destituição ou cessação antecipada de funções, além da legislação geral, nomeadamente o princípio da inamobildade, e os estatutos da sociedade, especificamente o seu artigo 24º já anteriormente transcrito.

**II.19. Indicação da composição do comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3º grau, inclusive:**

A VAA, estatutariamente, tem definida uma Comissão Fixadora de Remunerações, cujas competências incidem essencialmente sobre a definição das remunerações dos membros do Conselho de Administração.

Após a última Assembleia Geral Eleitoral, realizada em 29/5/2007 com continuação em 28/6/2007, a actual Comissão Fixadora de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

Banco Comercial Português, SA representado por Dr. Manuel de Quina Vaz	Presidente
Inter-Risco-Sociedade de Capital de Risco, SA representada por Dr. Rui Manuel Lopes Rego Ferreira	Vogal
Caixa de Desenvolvimento SGPS, SA representada por Dr. José Manuel Carreiras Carrilho	Vogal

**II.20. Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração:**

Tal como vem acontecendo desde 2003, no exercício de 2008 não foram pagas remunerações variáveis.

Os membros remunerados do Conselho de Administração não estão a auferir qualquer remuneração pela VAA Vista Alegre Atlantis SGPS SA, sendo a totalidade das suas remunerações paga directamente pelas restantes sociedades do Grupo onde exercem, também, funções de administração.

As remunerações ilíquidas dos membros do Conselho de Administração, processadas no exercício 2008 por todas as sociedades do Grupo Vista Alegre Atlantis, foram as seguintes:

Não executivos.....	0 Milhares de euros
Executivos <sup>(1)</sup> .....	657 Milhares de euros
Ex-Membros (Pensões).....	231 Milhares de euros

(1) 3 membros

Não existem:

- Planos de sistemas de incentivos relacionados com a atribuição de acções aos membros do Conselho de Administração;
- Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores relativamente à cessão de funções durante o exercício de 2008;
- Benefícios não pecuniários considerados como remuneração.

Nos termos do art. 24º dos estatutos da Sociedade, “Os membros do Conselho de Administração que, seguida ou interpoladamente, tenham exercido funções na sociedade ou em empresas em relação de Grupo, durante pelo menos dez anos, no decurso dos quais tenham desempenhado pelo menos três mandatos como Administradores, terão direito a uma pensão de reforma equivalente a 3% (três por cento) por cada ano de serviço, calculada na base média dos proveitos auferidos nos últimos três anos, não podendo em caso algum a pensão exceder a última remuneração anual.”

#### **II.21. Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa:**

Estatutária, contratual e legalmente, neste ponto apenas poderá ser considerado o princípio da inamobibilidade (pagamento da remuneração até ao final do mandato em caso de destituição sem justa causa) e a pensão de reforma prevista no artigo 24º dos estatutos da VAA.

#### **II.22. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade:**

Tendo em consideração a proximidade dos membros executivos do Conselho de Administração relativamente às actividades correntes das diversas empresas do Grupo VAA, com os colaboradores do Grupo, não existe formalmente um modelo de comunicação de irregularidades internas. Esta proximidade permite que sempre que sejam detectadas irregularidades as mesmas sejam prontamente comunicadas aos administradores, que asseguram a implementação de procedimentos que visam lidar de modo eficaz e justo com as eventuais irregularidades relatadas.

### CAPÍTULO III:

#### Informação:

#### III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa:

De acordo com as informações recepcionadas na sociedade até à data em estamos a elaborar este relatório, a estrutura do capital social da VAA é a que consta do mapa seguinte.

#### Estrutura do Capital Social

Accionistas	Acções admitidas à negociação		Acções não admitidas à negociação <sup>(1)</sup>		Total	
	Quantid	%	Quantid	%	Quantid	%
Grupo BPI (Gestão).....	3.803.540	4,425%			3.803.540	2,622%
Grupo BCP.....			14.386.271	24,346%	14.386.271	9,919%
Grupo CGD.....	8.495.498	9,885%	5.890.771	9,969%	14.386.269	9,919%
Grupo Visabeira.....	19.373.910	22,542%	38.814.693	65,685%	58.188.603	40,119%
Outros Accionistas.....	54.274.208	63,148%			54.274.208	37,420%
Sub-Totais.....	85.947.156	100,000%	59.091.735	100,000%	145.038.891	100,000%
Acções próprias.....	1.099				1.099	
Totais.....	85.948.255		59.091.735		145.039.990	

(1) aumento de capital de Maio de 2006

Com excepção, naturalmente, das acções próprias, todas as acções têm os mesmos direitos.

#### III.2. Participações qualificadas no capital social da emitente, calculadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários:

Tal como no ponto anterior, tendo em conta as comunicações recepcionadas na emitente até à presente data, as participações qualificadas no capital social e nos direitos de voto da VAA são as seguintes:

Accionista	Nº de acções detidas	% do capital social	% dos direitos de voto
<b>Banco BPI, SA:</b>			
a) Indirectamente (através de entidades geridas):			
(i) Fundos geridos pela BPI Gestão de Activos, SA.....	2.153.721	1,485%	1,485%
(ii) Fundos geridos pela BPI Pensões, SA.....	29.199	0,020%	0,020%
(iii) Fundo Frie Inter-Risco.....	1.620.620	1,117%	1,117%
<b>Total do BPI.....</b>	<b>3.803.540</b>	<b>2,622%</b>	<b>2,622%</b>
<b>Caixa Geral d Depósitos, SA:</b>			
a) Directamente (carteira própria).....	5.890.771	4,061%	4,062%
b) Indirectamente (através de entidades detidas):			
(i) Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA.....	8.495.498	5,857%	5,857%
<b>Total da CGD.....</b>	<b>14.386.269</b>	<b>9,919%</b>	<b>9,919%</b>
<b>Banco Comercial Português, SA:</b>			
a) Directamente (carteira própria).....	14.386.271	9,919%	9,919%
<b>Total do BCP.....</b>	<b>14.386.271</b>	<b>9,919%</b>	<b>9,919%</b>
<b>CERÚTIL-Cerâmica Utilitária, SA:</b>			
a) Directamente (carteira própria).....	58.188.603	40,119%	40,119%
<b>Total da CERÚTIL.....</b>	<b>58.188.603</b>	<b>40,119%</b>	<b>40,119%</b>
<b>TOTAIS.....</b>	<b>90.764.683</b>	<b>62,579%</b>	<b>62,580%</b>

#### III.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos:

Com excepção, naturalmente, das acções próprias, todas as acções têm os mesmos direitos.

#### III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para alienação, ou limitações à titularidade de acções:

Nada está previsto estatutariamente. Não temos conhecimento da existência de acordos nesse sentido entre accionistas.

#### III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto:

Não temos conhecimento de que exista em vigor qualquer acordo com estas ou outras características.

#### III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade:

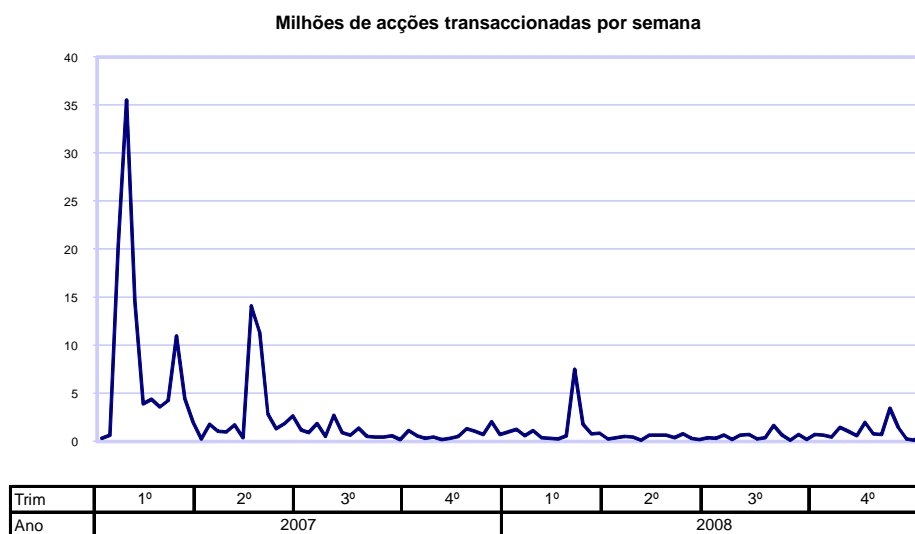
Nada está previsto estatutariamente, pelo que se aplica a legislação vigente, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais.

#### III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes:

Não está regulamentado nem previsto qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital da sociedade ou das suas subsidiárias.

#### III.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente:

Nos exercícios económicos de 2007 e 2008, não se verificou qualquer alteração do capital social, não foram pagos dividendos e não foi divulgado ou aconteceu qualquer facto relevante passível de influenciar a evolução da cotação das acções representativas do capital social da VAA.



Consequentemente, com excepção do final de Fevereiro e final de Novembro, durante o exercício de 2008, as transacções semanais de acções VAA raramente ultrapassaram um milhão e, em muitas semanas, não foram além de três centenas de milhar.

Cotações médias semanais (cêntimos)



Sem qualquer razão aparente, pelo menos do conhecimento da Gestão, de meados de Janeiro a meados de Fevereiro de 2007, em poucas sessões, a cotação subiu dos cerca de € 0,14 para € 0,23 e as quantidades semanais transaccionadas chegaram a atingir perto dos 35 milhões de acções. Com excepção de algumas reacções positivas em Maio e Julho de 2007 e em Fevereiro de 2008, de Março de 2007 até ao final do ano de 2008 assistiu-se a um natural ajustamento sempre em baixa com o ano de 2008 a abrir com uma cotação de 12,9 cêntimos e a encerrar com uma cotação na casa dos 5 a 6 cêntimos.

Importa referir que o capital social da Sociedade é de € 29.007.998,00 representado por 145.039.990 acções com o valor nominal unitário de € 0,20, que o EBITDA consolidado se tem situado abaixo dos cinco milhões de euros e que o endividamento bancário e equiparado (incluindo suprimentos, factoring e leasing) é de cerca de 140 milhões de euros.

### III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios:

A VAA não tem definida uma política de dividendos. Por outro lado, os prejuízos sistemáticos verificados durante a década corrente não têm permitido a distribuição de dividendos.

### III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisições de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano:

Após a revogação, nos termos da comunicação feita à CMVM por carta de 10/1/2005 e explicada no nosso Relatório sobre o Governo da Sociedade de 2005, do plano atribuído ao ex-Vogal do Conselho de Administração Eng. Mário Emanuel Herrmann Pais de Sousa, neste momento não existe qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

### III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que

**respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade:**

No exercício de 2008, não foram pedidos, analisados ou autorizados quaisquer negócios deste tipo entre os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e a VAA ou qualquer das suas subsidiárias.

Os Grupos Bancários titulares de participações qualificadas realizaram operações com a VAA e suas subsidiárias nas condições normais de mercado e dentro da respectiva actividade corrente.

**III.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar:**

O Gabinete de Apoio ao Investidor é da responsabilidade directa do Presidente do Conselho de Administração, sendo que, ele próprio e o responsável Executivo Administrativo e Financeiro, garantem todo o apoio ao investidor.

A informação disponibilizada caracteriza-se, basicamente, por dados económicos e financeiros históricos, bem como pelas suas projecções futuras e pelos pressupostos em que as mesmas se baseiam, sem por em causa o critério da igualdade de tratamento entre accionistas.

O acesso aos responsáveis pelo apoio ao investidor tem sido feito por via telefónica ou por correio electrónico através dos endereços "[bernardo.sousa@vaa.pt](mailto:bernardo.sousa@vaa.pt)" ou "[jose.baeta@vaa.pt](mailto:jose.baeta@vaa.pt)".

O representante para as Relações com o Mercado é o próprio Presidente do Conselho de Administração, Eng. Bernardo de Vasconcelos e Sousa .

Progressivamente, a VAA tem vindo a adoptar a utilização de novas tecnologias na divulgação da diversa informação, nomeadamente na preparação e realização das reuniões, sejam dos órgãos sociais, das áreas operativas ou mistas.

A informação destinada a apreciação nas reuniões do Conselho de Administração e nas reuniões das Direcções é previamente distribuída, via correio electrónico, a todos os participantes.

A pedido dos accionistas e dos investidores que o solicitem, após a respectiva colocação à disposição dos accionistas, a documentação destinada a apreciação nas Assembleias Gerais é distribuída aos interessados por correio electrónico.

Para efeito de publicação, os documentos necessários são remetidos aos meios utilizados também por correio electrónico.

Para a informação ao Mercado, nomeadamente de carácter financeiro ou factos considerados relevantes, a VAA utiliza o site da CMVM e o seu site institucional com o endereço [www.vaa.pt](http://www.vaa.pt).

**III.13. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:**

a) Serviços de revisão legal de contas.....	73.500 €
b) Outros serviços de garantia de fiabilidade.....	€
c) Serviços de consultoria fiscal.....	25.660 €
d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.....	€
Total.....	<u>99.160 €</u>

O Conselho de Administração assegura que os serviços contratados aos auditores e sua respectiva rede não põem em causa a sua independência

Lisboa, 22 de Abril de 2009

O Conselho de Administração



## **VAA - VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, S.A.**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Sobre as Contas Individuais

Exercício de 2008

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e dos estatutos da Sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida bem como parecer sobre o Relatório Individual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais apresentadas pelo Conselho de Administração da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.
2. No decurso do exercício, acompanhamos a evolução das actividades do Grupo VAA, com a periodicidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, nomeadamente através das exposições feitas pelo Conselho de Administração no decurso das reuniões efectuadas, bem como da análise de informação contabilística e de outras informações de gestão, não tendo tomado conhecimento de violações à lei ou ao contrato da Sociedade.
3. No âmbito das nossas funções verificámos:
  - a) que o Balanço Individual, a Demonstração dos Resultados Individual por Naturezas e demais peças contabilísticas, bem como o correspondente Anexo, foram preparadas de acordo com as disposições legais.
  - b) a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, os quais se encontram apropriadamente divulgados no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.
  - c) que o Relatório Individual de Gestão exprime adequadamente a evolução dos negócios e a situação da empresa, incluindo uma proposta de aplicação dos resultados.
4. Pelo Despacho n.º 6600/2009, a Secretaria de Estado do Emprego, concedeu, para o período 2009/2011, o estatuto de Empresa em Reestruturação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 220/2006 de 3 de Novembro.

5. Apreciámos igualmente a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitida pela Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
6. Nesta conformidade, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da empresa bem como as conclusões constantes na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, referida no ponto 5 deste relatório, somos de parecer:
- a) seja aprovado o Relatório Individual de Gestão e Contas Individuais do exercício.
  - b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

**Declaração nos termos do Art.º 245, n.º1, alínea c) do CVM**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 245º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório Individual de Gestão, as Demonstrações Financeiras Individuais e demais documentos de prestação de contas individuais exigidos por lei ou regulamento, foram elaborados em conformidade com as Normas do Plano Oficial de Contabilidade aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado do emitente e que o Relatório Individual de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 29 de Abril de 2009

Leopoldo de Assunção Alves  
Presidente

Nuno Morais Sarmiento  
Vogal

João Maria Teixeira  
Vogal

## **VAA - VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, S.A.**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Sobre as Contas Consolidadas

Exercício de 2008

Senhores Accionistas,

7. Nos termos da lei e dos estatutos da Sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida bem como parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.
8. No decurso do exercício, acompanhamos a evolução das actividades do Grupo VAA, com a periodicidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, nomeadamente através das exposições feitas pelo Conselho de Administração no decurso das reuniões efectuadas, bem como da análise de informação contabilística e de outras informações de gestão, não tendo tomado conhecimento de violações à lei ou ao contrato da Sociedade.
9. No âmbito das nossas funções verificámos:
  - d) que o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas e demais peças contabilísticas, bem como as correspondentes Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, foram preparadas de acordo com as disposições legais.
  - e) a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, os quais se encontram apropriadamente divulgados nas notas explicativas.
  - f) que o Relatório Consolidado de Gestão exprime adequadamente a evolução dos negócios e a situação do Grupo.
10. Pelo Despacho n.º 6600/2009, a Secretaria de Estado do Emprego, concedeu, para o período 2009/2011, o estatuto de Empresa em Reestruturação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 220/2006 de 3 de Novembro.
11. Apreciámos igualmente a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as Contas Consolidadas emitida pela Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
12. Nesta conformidade, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da empresa bem como as conclusões constantes na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, referida no ponto 5 deste relatório, somos de parecer:

- Que se aprove o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas do exercício, apresentadas pelo Conselho de Administração.

**Declaração nos termos do Art.º 245, n.º1, alínea c) do CVM**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 245º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório Consolidado de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e demais documentos de prestação de contas consolidadas exigidos por lei ou regulamento, foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado do emitente e que o Relatório Consolidado de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 29 de Abril de 2009

Leopoldo de Assunção Alves  
Presidente

Nuno Morais Sarmiento  
Vogal

João Maria Teixeira  
Vogal